APRESENTAÇÃO

Com imenso prazer que a Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC) faz homenagem aos 100 anos de Celso Furtado, considerado um dos maiores pensadores das economias latino-americana e brasileira. Sua vasta obra, expressa em mais de três dezenas de livros, sendo alguns traduzidos em diversos idiomas, influenciou e continua a influenciar gerações de economistas e estudiosos das áreas de ciências sociais e políticas. Nessa homenagem, os diretores da APEC demonstram através da elaboração de oito artigos a riqueza de sua contribuição acadêmica, que permanece ativa e presente e serve de base para as pessoas buscarem explicações, para as razões do atraso do desenvolvimento que cerca a economia brasileira.

O primeiro artigo, "Celso Furtado e a formação de economistas", de autoria de Dimas de Oliveira Estevam tem como objetivo, demonstrar a preocupação de Furtado com a formação dessa profissão. Recorre, em termos metodológicos, a suas obras bem como de outros autores que tratam dessa temática. Dentre os principais resultados ressalta que a formação do economista não deve ser padronizada para todos os países e válidas para todos os tempos. Demonstra que a estrutura de ensino deve formar economistas comprometidos com os problemas nacionais e adequado e adaptado à realidade brasileira. Assim como, diante das transformações econômicas, sociais, ambientais que se processam na sociedade, a formação do economista deve relacionar com outras áreas de conhecimento, no propósito de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual, mais justa e sustentável.

O segundo artigo, "Celso Furtado e a integração econômica: uma nota", de responsabilidade de Hoyedo Nunes Lins apresenta como proposta, discutir a percepção de Furtado sobre a integração econômica supranacional e explorar seus aspectos contemporâneos no tocante ao Cone Sul. Utiliza-se, portanto, referências bibliográficas de autoria de Furtado, de relatórios da CEPAL e de outros pesquisadores ligados a esse tema. Os resultados apontam a preocupação furtadiana com a desigualdade na distribuição dos efeitos da integração. Diante desse quadro, defende a criação de um sistema econômico regional no propósito fortalecer as atividades produtivas, além da liberalização das trocas. Assim como, chama atenção para ações planejadas do Estado na formulação e execução de políticas no tratamento da integração econômica.

O terceiro artigo "Subsídios para aquilatar a contribuição de Celso Furtado para o campo do desenvolvimento regional" de autoria de Luis Cláudio Krajevski, Tatiane Thaís Lasta,

Daniel Rodrigo Strelow, Diego Boehlke Vargas e Ivo Marcos Theis tem como propósito, discutir a contribuição de Celso Furtado no desenvolvimento econômico regional. Em termos metodológicos, os autores recorrem a suas obras representativas e de estudos de outros autores que tratam dessa temática. Os resultados demonstram a preocupação de Furtado com os desequilíbrios regionais em um país periférico, como o Brasil, que tende a se agravar com o desenvolvimento das forças produtivas. Aponta os problemas regionais, em destaque à região nordeste do país e as possibilidades de superação. E, ressalta a importância do planejamento público, ancorado em ações voltadas para a redução da desigualdade socioeconômica regional.

O quarto artigo "Formação Econômica do Brasil e sua contribuição aos estudos de história econômica comparada" de autoria de Fábio Farias de Moraes e Alcides Goularti Filho tem como propósito principal, apresentar os estudos econômicos comparativos realizados por Furtado sobre os Estados Unidos e Brasil e de formações econômicas regionais brasileiras. Como procedimento metodológico, os autores recorrem a obra Formação Econômica do Brasil, cuja primeira edição fora em 1949, estendida com a utilização de outras obras mais contemporâneas. Os resultados apontam a importância do método de Furtado recorrer à história, para explicar os fenômenos econômicos. Nessa perspectiva, destacam as razões da decadência e ascensão de atividades econômicas internas, o surgimento de economias concorrentes no mercado internacional, a formação de classes dirigentes nas atividades econômicas, o processo de industrialização entre os pontos destacadas.

O quinto artigo "A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini" de autoria de Silvio A. F. Cario, Marcio G. Gomes e Eduardo S. Sigaúque tem como objetivo discutir o tratamento dado por esses autores brasileiros visando auxiliar, na compreensão do processo de desenvolvimento da economia brasileira. Para tanto, são pesquisadas as principais obras dos autores em referência que tratam dessa temática. Os resultados apontam que para Furtado, a dependência é cultural derivada de imitação de valores e ideologias dos países centrais; enquanto, para Cardoso a dependência assume natureza política em decorrente de vínculos estabelecidos entre as elites política e econômica nacional com a estrangeira; e para Marini, a dependência decorre da forma com que os países capitalistas imperialistas exploram e apropriam economicamente, da riqueza gerada no país periférico.

O sexto artigo "Subdesenvolvimento e dependência tecnológica: atualidade em Celso Furtado" de autoria de Tatiane Ap. Viega Vargas e Anielle Gonçalves de Oliveira tem o propósito de fazer uma releitura de duas obras de Furtado: Teoria Política do Desenvolvimento Econômico e O Capitalismo Global. A partir dessas obras, as autoras dedicam atenção aos aspectos que marcam o subdesenvolvimento e a dependência tecnológica e recorrem a dados

da balança comercial brasileira. Os resultados apontam a preocupação de Furtado em demonstrar, através de processo histórico, como o subdesenvolvimento se manifesta no capitalismo. Assim como, evidencia a dependência tecnológica, demonstrada pelas aquisições externas de máquinas e equipamentos e ganhos obtidos com exportação de produtos de baixo valor agregado.

O sétimo artigo "Internacionalização, desindustrialização precoce e subdesenvolvimento recente sob a ótica de Furtado" de Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt e Pollyana Rodrigues Gondin apresenta, como propósito, compreender se o subdesenvolvimento recente no Brasil está associado ao processo de desindustrialização precoce. Para tanto, utiliza como procedimento metodológico avaliar o comportamento das variáveis importação, exportação, investimento direto externo e formação bruta de capital fixo, a partir de dados secundários obtidos juntos a instituições públicas e privadas. Os resultados apontam que o Brasil se encontra distante da autonomia tecnológica diante da forte dependência de produtos importados de média e alta tecnologia importados e depara-se com processo intenso de desindustrialização. Portanto, distante de superar as condições de subdesenvolvimento ressaltadas por Furtado no conjunto de sua vasta obra.

E, por fim o oitavo artigo "Celso Furtado na busca da melhor "estrutura" para compreender e propor o desenvolvimento latino-americano" de autoria de Adriano de Amarante busca apresentar as principais ideias de Furtado sobre desenvolvimento econômico e social. Para tanto, faz resgate bibliográfico de seus textos expondo as definições e ideias presentes sobre desenvolvimento. Dentre as principais conclusões, destaque para a heterogeneidade estrutural. Depara-se com a formação de uma estrutura econômica e social desigual, em que o setor moderno, produtor de bens de luxo, emprego formal e salários elevados, convive com setor atrasado, marcado por atividades marginais, informais, subempregos e de baixa remuneração. Conclui, ainda, que diante dessa economia dual, boa parte da população não desfruta dos benefícios do progresso, conferido a uma minoria social.

Desejamos boa leitura a todos.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2020

Silvio Antonio Ferraz Cario

Alcides Goularti Filho

Editores

Celso Furtado e a formação de economistas

Dimas de Oliveira Estevam*

Resumo
Celso Furtado dedicou grande parte de sua vasta obra à formação profissional do/a economista, destacando a importância do comprometimento profissional desse sujeito para a superação das assimetrias e desigualdades socioeconômicas do País, e ressaltando que a formação do/a economista não pode ser a mesma para todos os países e válida para todas as épocas. Por isso, sua preocupação estava relacionada à dificuldade enfrentada pelos/as estudantes de economia em países subdesenvolvidos, como no caso brasileiro, cujas teorias ensinadas se baseavam em observações feitas mediante a simplificação da realidade, mas que, do ponto de vista estrutural, eram distintas do que era vivenciado pelos/as estudantes. Nesse sentido, o presente artigo aborda o tema da formação de economistas a partir da perspectiva furtadiana. O procedimento metodológico adotado na pesquisa se baseou em fontes bibliográficas de algumas obras do autor, em publicações a seu respeito e em referências complementares. Conclui-se, com base na análise das informações estudadas, que as críticas e os desafios apontados por Furtado sobre a necessidade de economistas comprometidos com os problemas nacionais, além da formação adequada e adaptada à realidade brasileira continuam os mesmos na atualidade.

Palavras-chave: Celso Furtado; Economista; Formação Profissional.

Celso Furtado and the formation of economists

Abstract
Celso Furtado dedicated a large part of his vast work to the professional training of the economist, highlighting the importance of this subject's professional commitment to overcoming the socio-economic asymmetries and inequalities of the country, and emphasizing that the training of the economist cannot be the same for all countries and valid for all seasons. Therefore, his concern was related to the difficulty faced by economics students in underdeveloped countries, as in the Brazilian case, whose theories taught were based on observations made by simplifying reality, but which, from a structural point of view, were distinct of what was experienced by students. In this sense, this article addresses the issue of training economists from a furtadian perspective. The methodological procedure adopted in the research was based on bibliographic sources of some of the author's works, on publications about him and on complementary references. It is concluded, based on the analysis of the information studied, that the criticisms and challenges pointed out by Furtado on the need for economists committed to national problems, in addition to adequate training and adapted to the Brazilian reality, remain the same today.

Keywords: Celso Furtado; Economist; Professional qualification.

Classificação JEL: A11; A13

---

* Economista e Professor do Curso de Graduação em Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), E-mail: doe@unesc.net

1 Introdução

Quando abordamos a importância de Celso Furtado para os estudos referentes à realidade socioeconômica brasileira, destaca-se o seu esforço para captar as especificidades de nossa sociedade, afastando-se das análises de estudiosos europeus e norte-americanos ao demonstrar o quanto a nossa realidade é distinta daqueles países. Por esse seu esforço, que lhe é peculiar, podemos colocá-lo entre os principais pensadores do País, também pelo seu grande legado e por suas contribuições para o pensamento social, político e econômico brasileiro.

Entre suas obras, a grande maioria tangencia a formação de economistas em países subdesenvolvidos. Entre elas, destacam-se "A pré-revolução brasileira", publicada em 1962, e "O mito do desenvolvimento econômico", lançada no ano de 1974, além de outras que também abordam a temática. Para Furtado, a formação dos/as economistas não deveria ser homogênea para todos os países e válida para todas as épocas históricas. Isso porque, quando se analisam comparativamente os países, percebe-se que existem assimetrias entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, de maneira que os princípios básicos de economia não são os mesmos de uma nação para a outra, nem mesmo internamente, de região para região (FURTADO, 1962).

Contudo, não se está negando o sentido universal da teoria econômica, sua base comum nem o trabalho dos/as economistas dos demais países, tampouco os mais de dois séculos de desenvolvimento da ciência econômica e suas contribuições para o conhecimento da humanidade. Salienta-se que a dificuldade está em reconhecer o ponto onde termina o caráter universal da ciência econômica e começam os aspectos particulares, definidos pelas questões regionais e pelos sistemas de valor (BRESSER PEREIRA, 1967).

Conforme Celso Furtado (1962, p. 81), "[...] não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamentos de valor". Embora alguns desses princípios tendam a ser universais, o bem-estar social deve prevalecer sobre o interesse individual. E, também, devido às grandes disparidades nos níveis de desenvolvimento econômico e social, seria errôneo postular para o/a economista uma equívoca ideia de objetividade, similar à contida nas ciências físicas e naturais (FURTADO, 1962).

Sendo assim, consideram-se as preocupações apontadas pelo autor sobre a formação de economistas no País pertinentes à realidade atual. O procedimento metodológico adotado na pesquisa, baseou-se em publicações sobre o autor, além de referências complementares. À vista disso, o presente artigo, além desta parte introdutória, aborda, na segunda seção, os aspectos

gerais da trajetória dos cursos de economia no Brasil, tratando, por conseguinte, das causas ou motivos da queda na demanda nos cursos de Economia, bem como da formação do/a economista no País. Na seção três, trata da formação de economistas na perspectiva de Celso Furtado. Por fim, na seção quatro, são apresentadas as considerações finais sobre o tema abordado e as referências utilizadas.

2 Aspectos gerais sobre a trajetória dos cursos de economia no Brasil

O ensino de economia no Brasil, segundo Castro (1991), embora remonte ao início do século XIX, oficialmente, teve a sua origem na criação do primeiro curso superior em Economia na década de 1930. No entanto, o embrião dos cursos de Economia no País estava vinculado às disciplinas de Economia dos cursos de Direito e Engenharia e, em especial, no ensino técnico comercial. Os cursos técnicos desse período não formavam bacharéis, eram essencialmente práticos, com conhecimentos em contabilidade, direito mercantil e noções de economia política aplicada ao comércio e à indústria. Ressalta-se que os primeiros cursos superiores em Economia foram gestados nessas disciplinas, vinculados a cursos criados durante o século XIX.

É atribuído ao Visconde de Cairu o título de "primeiro economista" brasileiro, segundo Castro (1991), por ser o introdutor da economia política e do liberalismo econômico no País. Os estudos do comércio tiveram seus passos iniciais em seu livro, "Princípios de direito mercantil", publicado em 1801, em Lisboa. Essa obra foi a primeira publicada em português sobre economia política. Em 1804, Cairu publicou "Princípios de economia política", sendo também atribuída a ele a autoria da abertura dos portos brasileiros em 1808.

Contudo, essa etapa inicial não foi homogênea, podendo ser dividida em três fases: a primeira, vinculada às técnicas comerciais; a segunda, aos cursos de graduação em Direito; por último, aos cursos de graduação em Engenharia. Nela, cada segmento de ensino era dirigido a públicos distintos. Por exemplo: carreiras de nível superior, mais valorizadas, cuja demanda provinha das elites, eram voltadas a advogados e engenheiros; já as funções intermediárias e socialmente menos valorizadas eram ocupadas por aqueles/as com formação em técnicas comerciais (SANSON; NICOLAU, 2007).

A primeira fase da trajetória do curso de Economia no País foi a da criação do curso de Técnicas Comerciais, criado a partir da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, denominado "Aula de Economia Política". Era para ser um curso de nível um pouco acima do que se denomina, atualmente, Ensino Fundamental, com o objetivo de preparar guarda-livros (contadores), comerciários e funcionários públicos ligados ao comércio exterior. O ensino de

técnicas comerciais era feito em tempo parcial, geralmente à noite (CASTRO, 1991). Essas formas de ensino foram usadas durante o Império e atendiam aos negócios públicos e privados.

A partir de 1827, conforme Sanson e Nicolau (2007), iniciou-se a segunda fase com a criação de faculdades em Olinda e na cidade de São Paulo. Nessas faculdades, a disciplina de Economia Política passou a fazer parte do currículo de Direito, e alguns egressos dessas escolas passaram a ser denominados "Advogados-Economistas", influenciando, por um longo período, o pensamento econômico brasileiro. Em 1863, iniciou-se a terceira fase da trajetória do ensino de economia, com a criação dos cursos de Engenharia, tendo as disciplinas de Economia na grade curricular. Os formandos desses cursos eram conhecidos como "Engenheiros-Economistas", que também passaram a ter influência no pensamento econômico do País. Nesses cursos, as disciplinas de Economia eram voltadas a aspectos instrumentais no campo das finanças e da organização industrial. Esses dois cursos (Direito e Engenharia) formaram os primeiros economistas brasileiros.

A primeira faculdade de Economia no País foi criada em 1919, sob o título Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Entretanto, sem o reconhecimento oficial, que aconteceu apenas em 1926 (Decreto nº 17.329), quando os/as egressos/as passaram a receber o título de "graduado/a em Ciências Econômicas e Comerciais". Ressalta-se que o/a formado/a não recebia o título de bacharel, o qual era concedido somente aos concluintes dos cursos de Medicina, Engenharia e Direito (CASTRO, 1991). Todavia, o primeiro curso de Ciências Econômicas integrado a uma estrutura universitária surgiu em 1946, com a criação do curso de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, posteriormente denominada Faculdade de Economia e Administração, o atual Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na altura de sua criação, o currículo adotado na UFRJ passou a ser padrão no País.

A profissão de Economista foi regulamentada pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951 (BRASIL, 1951), a qual designa o exercício profissional aos bacharéis em Ciências Econômicas diplomados no Brasil. A partir da promulgação dessa lei, o dia 13 de agosto passou a ser reconhecido e comemorado como o "Dia do Economista" no País.

O primeiro currículo mínimo de economia, criado pelo Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, era composto, em grande parte, por disciplinas voltadas às áreas jurídica, financeira, contábil e administrativa, integradas por matérias de economia política, geografia econômica, história econômica e fontes da riqueza nacional, totalizando dezessete disciplinas. Embora o currículo tivesse um peso elevado de disciplinas das áreas jurídicas, de administração

e de contabilidade, havia, contudo, um grande número de disciplinas de economia, as quais continuam sendo obrigatórias na atualidade (CASTRO, 1991).

Cabe ressaltar, nesse período, que o ensino de ciências econômicas não se desvinculou totalmente de suas origens e das profissões afins. Era comum a predominância de técnicos comerciais nas primeiras turmas, devido à origem de grande parte dos professores e, também, de bacharéis em Direito e Engenharia. A partir de 1962, concretizou-se a separação entre economia, contabilidade e atuária, mediante pareceres e resoluções específicos do Conselho Federal de Educação (CFE), já na vigência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Entre as características relevantes do currículo mínimo de 1962, está a separação do ciclo básico e do ciclo de formação profissional e a divisão entre as matérias de economia e as acessórias (CASTRO, 1991). A duração do curso foi fixada em quatro anos, e a carga horária mínima foi regulamentada, em 1965, pelo Ministério da Educação (SANSON; NICOLAU, 2007).

A crítica feita por Celso Furtado a respeito dessas faculdades era sobre como os seus conteúdos chegavam ao País. Eram importados da Europa, penetravam as faculdades daqui e transformavam-se em um "corpo de doutrina", sendo aceitos independentemente de contraponto com a realidade do País. Dessa maneira, a realidade se distanciava do mundo ideal da doutrina, supondo-se o início daquilo que o autor denominou "patologia social". Desse modo, passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para uma política, excluindo qualquer possibilidade de crítica à doutrina em confronto com a realidade (FURTADO, 1962).

Esse currículo esteve em vigência até 1984, quando o CFE publicou a Resolução nº 11/84, aprovando o novo currículo de Economia (ANGE, 2010). As mudanças contemplaram os debates sobre as características que deveriam ter o curso de Economia no Brasil. As novas Diretrizes Curriculares foram aprovadas pelo CNE por meio da Resolução nº 04/2007 (BRASIL, 2007b), que manteve a estrutura básica de 1984. A estrutura atual dos cursos de Economia foi instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, em nível de bacharelado, a ser observada pelas Instituições de Educação Superior (IES) em sua estrutura curricular. A Resolução nº 02/2007 do CNE (BRASIL, 2007a) definiu a carga horária mínima dos cursos em 3.000 horas-aula, e a duração mínima de quatro anos para a integralização do currículo.

No subitem a seguir, apresentam-se algumas causas ou motivos da queda na demanda nos cursos de Economia do País.

2.1 Causas ou motivos da queda na demanda nos cursos de Economia

No Brasil, o número de estudantes matriculados/as nos cursos de Ciências Econômicas tem apresentado tendência de queda. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (BRASIL, 2019), apresentados na Tabela 1, entre 1997 a 2018, o número de estudantes de Ciências Econômicas apresentou redução de 9,9% nas matrículas, ou seja, de 65.795 caiu para 53.449 alunos/as no período. Em 1997, os/as estudantes de Ciências Econômicas representavam 3,39% do total de estudantes matriculados no ensino superior no País. Já em 2010, representavam 0,93% do total das matrículas. Conforme os dados da Tabela 1, em 2018, havia 250 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertavam 250 cursos de Economia no Brasil, com 53.449 alunos/as matriculados/as. Contudo, a evasão no curso se apresentou elevada em 2018, visto que apenas 12,2% (6.519) dos/as estudantes o concluíram.

Tabela 1: Dados gerais dos cursos de economia presenciais e a distância no Brasil em 2018

Categoria Administrativa	**Cursos**	**Matrícula Total**	**Concluinte Total**
Pública Federal	71	21.466	2.164
Pública Estadual	39	10.365	1.106
Pública Municipal	3	294	662
Privada com fins lucrativos	65	9.858	766
Privada sem fins lucrativos	69	11.308	1.783
Especial	3	158	39
Total	**250**	**53.449**	**6.519**

Fonte: Inep (BRASIL, 2019) – Censo da Educação Superior (Adaptado).

Além das questões apontadas por Furtado sobre os problemas na formação profissional do/a economista, mais à frente são apresentados os desafios na formação profissional na perspectiva do autor. Outros autores, nacionais e internacionais, têm apontado as dificuldades, como as evidenciadas por Fanaya (2007), para justificar a queda na demanda, entre as quais estão as funções assumidas por profissionais de outras áreas de formação, os quais têm sua formação complementada em cursos de especialização, em áreas de atuação dos/as economistas, sendo grande parte composta por engenheiros, administradores, advogados, contadores, entre outros. Além disso, o autor aponta a omissão dos/as próprios/as economistas quando são instados/as a identificarem-se profissionalmente. Na maioria das vezes, relacionam a sua especialização (doutorado, mestrado ou especialização) à profissão.

Para o autor supracitado, há, com isso, um processo de desintegração da profissão, levando-a a ser considerada sinônimo de ocupações ou de cargos, tais como consultor, analista, conferencista, pesquisador, executivo, diretor, entre outras designações. As possibilidades de

substituição da denominação são inúmeras e variadas, verificando-se também em carreiras tradicionais, como funcionário público, bancário, professor, militar, auditor, entre outras. Diante disso, a expressão "economista" é relegada a segundo plano (FANAYA, 2007).

Outros motivos para o declínio da profissão são apontados por Pinto e Oliveira (2010) ao explicarem a diminuição da demanda de estudantes no Brasil, dentre os quais está a linguagem utilizada pelos/as próprios/as economistas, que é pouco compreensível à opinião pública. As pessoas não familiarizadas com os jargões econômicos (“economês”) têm dificuldade para entender os temas abordados por eles/as. Para complicar a compreensão do público em geral, os/as economistas acreditam demasiadamente em modelos matemáticos para dar conta das relações sociais e econômicas, como se elas fossem previsivelmente exatas e como se a vida se reduzisse a números, taxas e índices.

Mais causas das dificuldades na formação do economista no País foram ressaltadas por Mário Henrique Simonsen, de corrente distinta da de Celso Furtado. Para Simonsen (1966), os economistas saem das faculdades com certas deficiências na formação; de modo geral, o autor pontua as mais frequentes: falta de conhecimento básico em matemática e estatística; dificuldade de raciocínio lógico e incompreensão do método científico; conhecimento desintegrado da análise econômica (muitas faculdades ensinam ideias vagas sobre economia, como consequência, os/as economistas ficam com dificuldades para utilizar conceitos em problemas práticos); falta de informação institucional (boa parte dos egressos em Economia saem das escolas sem conhecer o funcionamento dos instrumentos de política econômica adotados no País).

Outros motivos para a demanda decrescente do curso, segundo Pinto e Oliveira (2010), estão na pouca familiaridade em esclarecer o campo de atuação do/a profissional economista. Muitas vezes, não é explicado com clareza sobre referido campo de atuação, que pode ser em espaços de atividades públicas e privadas, dada a abrangência de conhecimentos sólidos que o curso fornece, não se limitando a dados técnicos e matemáticos, mas abrangendo toda uma discussão dos processos históricos, sociais e políticos do País.

Além dos motivos apontados acima, Assis e Doria (2011) atribuem esse declínio à subjetividade humana, que ficou reduzida a números e a fórmulas matemáticas, isso porque a matemática se tornou um meio para estabelecer autoridade, além de possibilitar a seus formuladores uma superioridade política. Espantoso é o silêncio de grande parte da comunidade acadêmica sobre a questão. Contudo, o maior perigo das ciências econômicas não está na resistência à utilização de cálculos, mas no abuso do que se pode fazer com os números.

Autores internacionais, como Amartya Sen e Karl Polanyi, também dedicaram parte de suas obras para elucidar os motivos de a economia ter se afastado do mundo real, transformando-se em uma ciência abstrata. Sen (1999) tem recorrido às ideias de Adam Smith para compreender as causas do empobrecimento do ensino de ciências econômicas na atualidade. Para o autor, em Smith, a economia tem duas origens, ambas relacionadas com a política, embora diferentes – por um lado, a "ética", e, por outro, a "engenharia". Na abordagem da "engenharia", foi caracterizada pelo fato de focar em questões logísticas, de números e cálculos e não nos fins fundamentais de promover "o bem-estar". Na questão ética, a economia afastou-se de seu compromisso com o ético (mundo da política).

A primeira origem (ética), conforme Sen (1999), remonta a Aristóteles, tendo como expoentes modernos Adam Smith, John Stuart Mill, Karl Marx, entre outros. A outra centra-se na descrição mecânica das relações sociais, fundadas nos aspectos logísticos. Essa linha tem como principais representantes William Petty, François Quesnay, David Ricardo, Léon Walras, entre outros pensadores. Nessa perspectiva, o comportamento humano é baseado em motivos simples e facilmente caracterizáveis. Essa abordagem tornou-se dominante na economia durante o século XX, consequentemente, as análises econômicas da ética foram sendo enfraquecidas no campo da economia.

A economia deve se dedicar às questões coletivas, por isso é um ramo da política (ética). Para Sen (1999), esse tema tem importância no estudo da economia. Por um lado, tem-se as questões da motivação humana, isto é, a questão ética: “como devemos viver?”. Por outro, a abordagem da “engenharia” é caracterizada por preocupar-se com as questões logísticas, focadas em encontrar meios para atingir determinados fins. Segundo Sen (1999), o distanciamento dessas duas origens empobreceu a economia moderna e contribuiu para um “caráter não ético” da economia, mesmo ela devendo grande parte de sua trajetória à filosofia moral.

Pode-se afirmar que dimensão ética, na economia moderna, foi sendo reduzida em sua trajetória, não só perdendo espaço e relevância, mas também causando problemas práticos no estudo econômico. Como no caso da “economia positiva”, que não apenas se esquivou da análise econômica normativa, como também deixou de lado uma variedade de considerações éticas complexas as quais afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos/as economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos (SEN, 1999).

Assim, a “economia positiva”, corrente dominante no pensamento econômico, preconiza que a economia é uma ciência positiva. Apesar desses economistas reconhecerem a

existência de uma economia normativa, consideram que ela ainda não atingiu a maturidade do pensamento positivo devido ao seu apego às considerações morais (éticas). Por isso a dificuldade de diálogo entre as correntes e o distanciamento entre ética e logística (SEN, 1999).

Esse distanciamento apontado por Amartya Sem, também já havia sido verificado por Karl Polanyi (1980) ao observar a desconexão entre a economia e as demais ciências. O autor (1980) fez suas ponderações sobre a crença de alguns economistas quanto à existência de "leis naturais" na economia. Como exemplo, a "lei" da oferta e procura, apresentada como se o mercado tivesse suas "leis" naturais próprias e que não fosse constituído de relações humanas (política, social, cultural e moral). Dessa maneira, coloca-se a realidade econômica sob a autoridade da própria natureza, fazendo-nos acreditar que os mercados são instituições naturais regidas espontaneamente e que, por isso, devem ficar em paz. Nesse sentido, a sociedade deve se "sujeitar" às leis não humanas, às leis da natureza (POLANYI, 1980).

Ainda, com base na análise de Polanyi (1980), seu legado continua atual, principalmente sobre a sua crítica à teoria econômica *mainstream* e às instituições de uma sociedade cuja economia é regulada por um sistema globalizado de mercados. Segundo o autor, essa forma de encarar a economia engendrou um economicismo arrogante que distanciou a reflexão econômica não apenas das considerações éticas, mas também da sociologia, antropologia, geografia, história, psicologia. O pretenso universalismo do cálculo econômico levou ao monopólio semântico do termo economia, encobrindo a existência de seus outros sentidos e significados.

A partir dessa interpretação, conforme Polanyi (1980), a escassez passou a ser o postulado da insuficiência das coisas materiais (a crença de que não há o suficiente para todos/as). A associação da economia com a "escassez" parece óbvia, pois está presente na própria terminologia "economizar" (poupar) e em "econômico" quando vinculado a barato. Por meio dessa associação, a condição humana parece que leva a uma "tragédia predestinada", ou seja, somos prisioneiros do trabalho, da perpétua disparidade do paradoxo dos desejos infinitos e dos meios insuficientes para alcançá-los.

Polanyi (1980) demonstrou a não existência da escassez em outras sociedades, mesmo vivendo em condições materiais limitadas. O que diferencia a sociedade atual é que ao invés de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A tese defendida pelo autor é de que a percepção de um mercado que se autorregula era uma ideia utópica. A economia definida como a ciência da alocação eficiente de recursos escassos, visando à maximização da utilidade individual e ao mercado como lugar

de encontro entre a oferta e a demanda, onde se formam os "preços de equilíbrio", isso era uma interpretação idealista (POLANYI, 1980).

Por isso, as ponderações de Polanyi (1980) sobre os equívocos do *mainstream* econômico se constituíram em um suporte importante para enfrentar os grandes desafios para a formação de futuros/as economistas, proporcionando caminhos alternativos que corroboram a construção de pensamentos alternativos, como os propostos por Furtado, sem cair nos modismos. A lógica utilitarista do indivíduo interessado em si próprio tem se demonstrado incapaz de enfrentar os desafios atuais, como a destruição da natureza e da vida, a concentração da riqueza e demais consequências. Quando se busca a maximização de nossos interesses próprios, os resultados tendem a ser desastrosos para todos/as (POLANYI, 1980).

No "Mito do Desenvolvimento", Furtado (1974), reforça as questões apontadas por Polanyi, particularmente para tratar sobre a formação do/a economista, visto que dentro desse arcabouço teórico seu campo de observação fica limitado a processos parciais. A formação fica centrada em análises descontextualizadas, tornando a formação abstrata e com pouco nexo com a realidade. Com isso, o/a profissional, ao confrontar-se com o mundo real, sente-se frustrado/a (FURTADO, 1961).

Diante do que foi apresentado acima, existem muitas razões e motivos para explicar ou justificar a queda na demanda ou mesmo a falta de interesse pelos cursos de Economia. Celso Furtado (1961) foi um dos pioneiros a tratar especificamente a respeito do problema, inicialmente apontando a maneira como os conteúdos chegavam às faculdades brasileiras. Ou seja, eram importados de países desenvolvidos, penetravam nas faculdades e transformavam-se em um "corpo de doutrina", aceitos independentemente de fazerem o contraponto com a nossa realidade. O mundo concreto se distanciava do mundo ideal da doutrina, formando aquilo que o autor denominou "patologia social". Ou seja, passava-se diretamente de uma interpretação idealista da realidade para a política, excluindo qualquer possibilidade de crítica à doutrina em confronto com a realidade (FURTADO, 1962). Os problemas detectados por Furtado, na década de 1960, ainda podem se relacionar com o que acontece atualmente.

Contudo, ressalta-se que no campo da economia, apesar da lógica instrumental florescer de muitas fontes, dispõe-se ao menos conceitualmente de sólidos marcos teóricos. No entanto, são inúmeros economistas dissidentes do *mainstream* de diferentes ramificações, como Celso Furtado, assunto tratado na próxima seção.

3 A formação do/a economista na perspectiva de Celso Furtado

Celso Furtado já tinha percebido em seus estudos iniciais que o/a estudante de economia enfrentava grandes dificuldades em seu aprendizado. Isso se devia, segundo Furtado (1961), às teorias ensinadas nas universidades estarem distantes da realidade do País. O ensino estava sendo feito com simplificações, muitas vezes ditadas pela conveniência do uso de técnicas de análises importadas e não adaptadas à nossa realidade. Para o autor, não se deve esquecer de que quando se analisa o mundo real, adota-se uma técnica de análise preexistente à escolha do objeto analisado. Com isso, afasta-se da realidade, como se pudesse avançar apenas pelos caminhos abertos pela análise do cálculo diferencial, da estatística e da econometria (FURTADO, 1961).

Esse distanciamento do mundo concreto foi enfatizado na obra lançada pelo autor em 1964, intitulada "Dialética do desenvolvimento", que trata da missão e da responsabilidade dos intelectuais na sociedade. Ele não considerava a existência de uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estavam/estão necessariamente inseridas em algum contexto social. Porém, não se pode desconhecer suas responsabilidades sociais. Uma sociedade não somente pode, como deve sobrepor-se às condicionantes sociais mais imediatas do comportamento individual. Isso lhe faculta mover-se em um plano de racionalidade mais elevado e outorga-lhe uma responsabilidade toda especial: a da inteligência (FURTADO, 1964).

A obra "A pré-revolução brasileira" (1962) é direcionada à juventude universitária. Nela, o autor manifesta a sua preocupação com a formação do/a economista. A sugestão é dedicar-se à causa nacional e romper com o passado oligárquico, pois o País havia alcançado um nível de maturidade e tinha condições de tomar decisões sobre sua vida econômica, mas ainda era caracterizado por um nível de renda *per capita* típico de país subdesenvolvido. Embora tivéssemos conquistado maior autonomia nas decisões, ainda havia grande incerteza sobre o futuro, agravada pelo fato de interpretar-se a realidade econômica com um aparato conceitual inadequado (FURTADO, 1962).

Nesse período, o Estado brasileiro ainda se encontrava desaparelhado para o exercício de suas novas funções como principal instrumento do desenvolvimento. Furtado aponta o desmedido custo social do desenvolvimento que vinha se realizando, incapaz de mudar as condições de vida de três quartos da população. Por isso, o Estado necessitaria ser administrativamente reestruturado e haveria necessidade de um maior entrosamento entre

especialistas em ciências políticas, administrativas e econômicas, condição indispensável ao êxito da política de desenvolvimento e da reconstrução do País (FURTADO, 1962).

Nessa mesma obra referenciada acima, o autor chama a atenção para as assimetrias existentes entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e para o fato de que os princípios básicos não são os mesmos de uma para a outra (as soluções não podem ser pré-fabricadas). Por isso, a formação do/a economista era considerada abstrata, e a dificuldade enfrentada pelo/a estudante de economia, em um país subdesenvolvido, era que as teorias ensinadas se baseavam em observações simplificadas do mundo real, distintas da realidade vivida.

Segundo Furtado (1961), o/a economista, ao confrontar-se com o mundo real, sente-se frustrado ao perceber que é mais importante compreender as limitações de natureza administrativa e fiscal em uma empresa que conhecer os sutis caprichos da posição de equilíbrio de uma firma teórica. Para fazer um bom estudo de mercado, é necessário saber trabalhar com a imaginação, base de dados e informações indiretas, visto que esses aspectos são mais importantes do que as refinadas técnicas de análise. Para Furtado, se o/a economista optar por trabalhar no setor público, a desorientação poderá ser ainda maior; nesse caso, descobrirá que quase tudo do que aprendeu é quase totalmente inútil e o que é útil deixou de aprender. Esses aspectos são, para o autor (1961), a chave para entender o problema da formação do/a economista no País.

Contudo, Furtado (1961) admite que não é tarefa fácil dar esse passo decisivo do campo das doutrinas (terreno da lógica) para o campo das teorias científicas (eficácia explicativa), em um país como o Brasil. Segundo o autor, ao falar de doutrina, está se referindo a um protótipo ideal, ao passo que a teoria científica diz respeito a uma determinada realidade. O que tem ocorrido no ensino de economia é que uma teoria formulada para explicar uma dada realidade, com limites no tempo e no espaço, é transformada em doutrina com caráter universal. Furtado cita como exemplo que uma teoria desenvolvida para explicar a balança de pagamentos de um país, quando universalizada, transforma-se em doutrina, a qual pode servir para justificar determinadas políticas, mas não para explicar indiscriminadamente a realidade de qualquer país.

A ciência econômica exerce forte influência devido à aparente exatidão dos métodos utilizados. Conforme Furtado (1974), de modo geral, os/as economistas tratam os fenômenos de forma quantitativa, ao menos na aparência, os quais são isolados e analisados em seu contexto. Ao serem identificadas as relações estáveis entre fenômenos, abre o caminho à verificação e à previsão, que são as características essenciais do conhecimento científico. Muitos/as economistas têm se empenhado em traduzir a realidade econômica em linguagem de

análise matemática. Portanto, o progresso da economia se faz no sentido de uma aplicação crescente do método científico, o qual tem o seu paradigma na ciência física (FURTADO, 1974).

Ocorre que o objeto de estudo da economia não é uma natureza estática a si mesma, ela é totalmente exterior ao ser humano, como são os objetos estudados nas ciências naturais. De acordo com Furtado (1974), para que o preço do arroz fosse algo objetivo, deveria ser, como se ensina nos manuais de economia, o resultante da interação entre a procura e a oferta, dotada de existência objetiva. Seria como se a oferta de arroz dependesse somente da precipitação pluviométrica, e a sua procura dependesse das necessidades fisiológicas de um determinado grupo de pessoas. Contudo, a oferta de arroz é condicionada por uma série de fatores sociais, os quais vão desde o crédito para financiar estoques até o uso de pressões para importar ou exportar o produto, o controle dos meios de transporte, o grau de monopólio dos mercados, entre outros fatores (FURTADO, 1974). Por isso, para o autor (1974, p. 115),

> Nem o mais ingênuo jovem economista doutrinado em Chicago acredita hoje em dia no mito da "soberania" do consumidor como princípio ordenador da vida econômica. Ademais, admitida a hipótese da "soberania" do consumidor, em que basear a introdução do postulado da homogeneidade, isto é, como somar as preferências de um milionário com as de um pobre que passa fome?

Para o autor, os/as economistas, via de regra, pensam como tal e levam a que outras categorias sociais assimilem essa visão, sem suspeita de que se possa estar crendo em uma falácia.

Toda decisão econômica é parte de um conjunto de decisões com importantes projeções e repercussões no tempo. As decisões encontram sua coerência última em um projeto que introduz um sentido unificador na ação do agente. Isolar uma decisão do conjunto dotado de sentido, que é o projeto do agente, considerá-la fora do tempo e, em seguida, adicioná-la a decisões pertencentes a outros projetos como se ela se tratasse de elementos homogêneos “[...] é algo fundamentalmente distinto do que em ciência natural se considera como legítima aplicação do método analítico" (FURTADO, 1974, p. 114).

Essa conclusão do autor se impõe a respeito da análise macroeconômica, a qual pretende explicar o comportamento de um sistema econômico nacional. Nesse caso, as definições dos conceitos e das categorias básicas da análise estão diretamente influenciadas pela visão inicial que tem o/a economista do projeto implícito na vida social, o qual se apresenta como um processo ou como um conjunto de fenômenos em interação e adquire sentido mediante a ótica dos agentes que controlam os centros de decisões, ou seja, exercem poder. Da mesma maneira, a concentração do poder econômico (grandes empresas) e da manipulação da informação

(grandes redes de comunicação) facilita a identificação de estruturas colaterais de poder. E em torno das decisões emanadas dos centros principais de poder se ordena o amplo processo da vida social.

Furtado, nesse contexto, trata ainda do empobrecimento cultural e faz uma crítica epistemológica da "economia positiva", sobretudo ao que chamou de "vaca sagrada dos economistas", o Produto Interno Bruto (PIB), por conter definições e arranjos arbitrários. Entre eles está a exclusão, no cálculo do PIB, dos impactos da destruição dos recursos naturais e seus custos para a coletividade, como a poluição do ar e das águas. Os/as economistas delimitam um campo de trabalho restrito à observação de processos parciais, ignorando que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico (FURTADO, 1974).

Para Furtado (1974, p. 117), o PIB é um

> [...] conceito ambíguo, amálgama considerável de definições mais ou menos arbitrárias, transformou-se em algo tão real para o homem da rua como o foi o mistério da Santíssima Trindade para os camponeses da Idade Média na Europa. Mais ambíguo ainda é o conceito de taxa de crescimento do PIB.

Conforme o autor, para elevar a taxa de crescimento do PIB, deve-se aumentar o consumo supérfluo, em termos relativos, bastando concentrar a renda. Dito de outra maneira, quanto mais se concentra a renda, mais privilégios se criam, maior é o consumo supérfluo, maior será a taxa de crescimento do PIB. "Desta forma a contabilidade nacional pode transformar-se num labirinto de espelhos, no qual um hábil ilusionista pode obter os efeitos mais deslumbrantes" (FURTADO, 1974, p. 118). Para o autor, o avanço das ciências econômicas depende da capacidade de autocrítica, por isso não é de surpreender que as ciências se degradem quando declinam do exercício da autocrítica.

Outra crítica referente à formação do/a economista diz respeito à sua inaptidão para captar os problemas do desenvolvimento, devido à sua formação ou à sua maneira de pensar, estar presa à ideia de equilíbrio geral e de "automatismos autocorretores". Para Furtado (1962), essa forma de captar a realidade decorre da tendência entre os/as economistas de pensar o mundo em função de modelos e de constructos abstratos, o que supõe certo padrão e regularidade.

A maneira de ensinar uma ciência deveria partir de seus quadros conceituais como sistemas de hipóteses, cuja eficácia explicativa deveria ser testada com respeito a uma determinada realidade. Segundo Furtado (1962), isso raramente é feito, no ensino de economia, quando muito se demonstra a consistência lógica interna do sistema de hipóteses, partindo de um conjunto de definições. Dificilmente se aborda o problema de sua eficácia explicativa com

respeito a uma determinada realidade empírica. Ou seja, "[...] raramente se passa do campo da doutrina para o da teoria científica" (FURTADO, 1962, p. 96).

Devido às dificuldades na aplicabilidade de boa parte das teorias econômicas nas estruturas subdesenvolvidas, Furtado (1961) considera que, na formação do/a economista, deveria ser priorizado o domínio das técnicas que capacitem a observação de forma sistemática à realidade econômica, pois saber observar o mundo real e saber retirar da realidade os meios disponíveis e os elementos necessários à sua representação em termos econômicos é mais importante do que um refinado conhecimento dos mais sutis modelos escolásticos (FURTADO, 1961).

Em razão do caráter histórico dos fenômenos econômicos, deve-se levar em conta que a validez de uma teoria é muito mais limitada em economia do que em outras áreas do conhecimento. Para Furtado (1961), em ciência, explicar significa estar munido para prever; já em economia, explica-se dez para poder prever um, e o que se logra prever é sempre o mais geral, ou melhor, aquilo que é comum a uma multiplicidade de fenômenos, consequentemente, tem um caráter histórico limitado. Ou seja, aquilo que é mais específico de uma determinada realidade é o que mais dificilmente pode ser previsto. O/a economista com uma base sólida do método científico, em geral, perceberá que a imaginação é um instrumento poderoso de trabalho. Na medida em que venha a pensar por conta própria, com independência, reconquistará a autoconfiança e perderá a perplexidade (FURTADO, 1961).

Outro ponto destacado por Furtado (1961) e que exige análise cuidadosa diz respeito à necessidade de que se tenha uma política de desenvolvimento em consonância com as características continentais do País, e ao reconhecimento de que o desenvolvimento não pode continuar a processar-se à custa das desigualdades sociais crescentes. Essa questão deve ser objeto de debates e de estudos sistemáticos entre os/as economistas. Para obter êxitos, é preciso, então, trabalhar em conjunto com especialistas de outras áreas das ciências sociais, principalmente os estudiosos da ciência política e da administração (FURTADO, 1962).

Os temas referidos pelo autor para reflexão são relevantes para indicar a importância da discussão sobre problemas econômicos brasileiros. As desigualdades sociais e as disparidades regionais, entre ritmos de crescimento de sistemas econômicos, também são matéria de competência de economistas (FURTADO, 1961). Os/as economistas que têm essa preocupação poderão contribuir para que se forme uma consciência mais objetiva da realidade e para que novos elementos de racionalidade sejam introduzidos no debate dos problemas de política econômica. Para Furtado (1962), pensar com clareza constitui um dever de todos/as aqueles/as que têm em suas mãos uma parcela de responsabilidade.

Nos anos noventa, Furtado lançou a obra "Brasil: a construção interrompida" (1992), na qual aponta os equívocos e os fracassos das políticas econômicas e sociais, estruturadas a partir do Consenso de Washington e do Banco Mundial. Em "novos desafios", pequeno texto publicado em 1991, suas reflexões para retomar essa construção interrompida sugerem mudança de rumo da civilização, a qual exige o abandono de ilusões e exorcismo dos fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante (FURTADO, 1991). De certa maneira, o autor retoma o debate de outras obras ao abordar a situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. Sugere como condição para libertar-se do subdesenvolvimento que se escape da obsessão de reproduzir o perfil dos países os quais se autodenominam desenvolvidos e que se assuma uma identidade própria. Na crise de civilização atual, somente a confiança em nós mesmos poder-nos-á restituir a esperança de chegar a um bom porto (FURTADO, 1991).

Para Furtado, a economia tem se desprestigiado devido às suas limitações nas análises. Os problemas socioeconômicos estão mais complexos; as mudanças climáticas, a concentração da riqueza, a miséria e a fome não serão resolvidas somente com os recursos dos/as economistas. Não se pode depender somente deles/as para entender a complexidade de nosso tempo, é preciso somar forças com outras áreas do conhecimento, como política, história, sociologia, entre outras. Conforme, Furtado (1991), espera-se em demasia dos/as economistas, e alguns acreditam que são muito importantes mesmo. Mesmo assim, Furtado tinha esperança nos economistas: [...] "que a atual geração de economistas ilumine com ideias novas os difíceis caminhos na busca da superação do subdesenvolvimento" (1992, p. 54).

4 Considerações finais

O atual quadro para os cursos de Economia no Brasil apresenta certa estabilidade, também em relação ao número de economistas formados/as. Embora os cursos com formação afins tenham apresentado crescimento, o número de cursos de Economia passou por drásticas reduções em suas demandas, nas décadas de 1980 e 1990, com o fechamento de muitos em razão da queda de matrículas.

Os/as economistas têm ocupado cada vez mais espaços na mídia. Isso demonstra interesse social em saber a opinião desses/as profissionais. No entanto, esse interesse não tem refletido no aumento pela procura dos cursos de Economia. Ainda é preciso superar a forte tendência à formação "ortodoxa" por uma visão mais ampla, com novas perspectivas da

fronteira teórica, mais pluralista e interdisciplinar. A formação deve pautar-se em um profissional com maior flexibilidade, na abertura teórica e na tolerância ideológica.

Dada a complexidade das transformações sociais, econômicas e ambientais, o/a economista não pode estar isolado das contribuições das demais áreas do conhecimento. Deve ser capaz de recepcionar e aplicar informações obtidas por modelos que escapam de sua área de conhecimento para encontrar saídas compatíveis com a realidade. O/a economista precisa se relacionar com as demais áreas do conhecimento e pensar como operacionalizará o volume de informações geradas para melhorar o processo de decisão da sociedade, em prol de uma sociedade menos desigual, mais justa e sustentável.

Por isso, se têm um longo caminho a ser trilhado, na formação de economistas, tanto nos aspectos teóricos quanto nos metodológicos. O predomínio, ainda é fazer os/as estudantes aprender as teorias mais aceitas, principalmente as importadas de países desenvolvidos, sem a devida contextualização. Contudo, essas teorias estão distantes de nossa realidade, e essa era a preocupação principal de Celso Furtado. Sendo assim, para transformar a realidade, é preciso formar profissionais comprometidos/as com os problemas e as causas nacionais.

Referências

ASSIS, J. C.; DORIA, F. **O universo neoliberal em desencanto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ANGE. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS (ANGE). **Cadernos ANGE:** Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas - Orientação Acadêmica 2010. [S.l.]: ANGE, 2010. Disponível em: http://www.ange.org.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Cadernos_ANGE_2010_diretrizes.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos officialmente pelo Governo Federal. **Diário Oficial da União.** Rio de Janeiro, DF, 10 nov. 1926. Seção 1, p. 20261. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951. Dispõe sobre a profissão de Economista. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 18 ago. 1951. Seção 1, p. 12201. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1411-13-agosto-1951-361899-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 02, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 19 jun. 2007a. Seção I, p. 6. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 04, de 13/07/2007. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, 14 jul. 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

BRESSER PEREIRA, L. C. A teoria econômica e os países subdesenvolvidos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 7, n. 24, jul./set. 1967. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901967000300001. Acesso em: 23 out. 2020.

CASTRO, N. J. **O processo de profissionalização do economista no Brasil:** Texto de Debate nº 15. Rio de Janeiro: UFRJ/FEA, 1991.

FANAYA, G. Formação e Mercado de Trabalho do Economista. *In*: Encontro dos Cursos de Ciências Econômicas do RS, 30, 2007, Cruz Alta. **Anais...** Cruz Alta, RS: Corecon, 2007. Disponível em: http://www.coreconrs.org.br/palestras/gf.ppt. Acesso em: 07 out. 2020.

FURTADO, C. A formação do economista em país subdesenvolvido. Rio de Janeiro: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1961. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311213180.A_formacao_do_economista_em_pais_subesenvolvido.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

FURTADO, C. **A Pré-revolução brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Os novos desafios**. Brasília: Edição 96, 1991. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=950. Acesso em: 01 nov. 2020.

FURTADO, C. **Brasil:** a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, H. E. M.; OLIVEIRA, M. E. Recado aos jovens futuros economistas. Brasília: **COFECON**, 2010. Disponível em: https://www.oeconomista.com.br/recado-aos-jovens-futuros-economistas-e-aos-que-desejam-estudar-economia-por-hugo-meza-pinto-e-marcus-eduardo-de-oliveira/. Acesso em: 31 out. 2020.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SANSON, J. R.; NICOLAU, J. A. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de Economia em Santa Catarina. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 297-312, jan. 2007. Disponível em:

https://www.academia.edu/29690511/Do_ensino_de_t%C3%A9cnicas_comerciais_ao_ensino_de_Economia_em_Santa_Catarina. Acesso em: 22 out. 2020.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIMONSEN, M. H. O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 19-30, 1966. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/1769/2785. Acesso em: 10 out. 2020.

Celso Furtado e a integração econômica: uma nota

Hoyêdo Nunes Lins*

Resumo
A integração econômica supranacional, formalizada em acordos ou tratados, não tem presença recorrente na obra de Celso Furtado. Contudo, principalmente no seu período de trabalho na CEPAL, em Santiago do Chile, o autor "vivenciou" o tema: nos anos 1950, cresceu nessa instituição a ideia de que integrar representava um importante passo para a industrialização e o desenvolvimento dos países latino-americanos. Pode-se dizer que esse ambiente inspirou os principais escritos de Furtado sobre a questão. Este artigo objetiva situar, apresentar e discutir a sua percepção sobre a integração, assim como explorá-la, em alguns de seus aspectos, numa breve abordagem sobre um processo contemporâneo desse tipo, referente ao Cone Sul. Observou-se, entre outras coisas, que o autor deu grande ênfase ao problema da distribuição dos efeitos da integração, assim como à atuação do Estado com vistas a lograr avanços nesse aspecto e a contribuir para promover, em decorrência, o desenvolvimento nos países participantes.

Palavras-chave: Celso Furtado; integração econômica; América Latina; Cone Sul

Celso Furtado on economic integration: some comments

Abstract
Economic integration between countries, involving agreements or treaties, has no recurring presence in Celso Furtado's work. However, mainly during his period at ECLAC, in Santiago (Chile), he "experienced" the subject: in the 1950s, ECLAC registered the strengthening of the idea that integrating was an important step towards industrialization and development in Latin America. It can be said that this context inspired Furtado's main writings on the issue. This article aims to situate, present and discuss his perception about economic integration, and also explore some of its aspects in a brief approach on a contemporary process of this type, referring to the Southern Cone. It was observed that the author placed great emphasis on the distribution of the effects of integration, as well as on State action intended to achieve advances in this aspect and, consequently, to help promoting development in the member countries.

Key words: Celso Furtado; economic integration; Latin America; Southern Cone

Classificação JEL: F15, F53, O54

* Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e integrante, como voluntário, dos Programas de Pós-Graduação em Economia e em Relações Internacionais dessa universidade. E-mail: hoyedo.lins@ufsc.br

1 Introdução

Praticamente no mesmo período em que, convocado pelo governo brasileiro, Celso Furtado se ocupava da questão nordestina, fermentava na então Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) a ideia de que a integração supranacional haveria de contribuir fortemente para impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento no subcontinente. Uma concretização foi o surgimento, em 1960, da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), envolvendo Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, signatários do Tratado de Montevidéu. Mais tarde, Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia aderiram progressivamente.

Antes de mergulhar na problemática do Nordeste do Brasil, ao final da década de 1950, Celso Furtado atuou longamente na CEPAL, frequentando, portanto, ambiente que viu florescerem, na esteira do que ocorria em solo europeu, importantes reflexões e iniciativas sobre integração econômica regional. Desse modo, esse assunto esteve longe de ser estranho ao economista paraibano, mesmo que não fosse recorrentemente tratado por ele.

Com efeito, sua vasta produção intelectual não deixou de reservar espaço à questão, problematizando-a e chamando a atenção para as repercussões da integração nos países externos ao centro do capitalismo. Assim procedendo, Furtado explorou para países mais pobres aspectos vistos como cruciais nas discussões a respeito em outras latitudes. E, fiel ao espírito que marcou grande parte da sua obra, o autor procurou destacar a importância da ação do Estado para promover os resultados positivos da integração e atenuar ou evitar os negativos. Pelo menos dois livros merecem realce, por apresentarem abordagens específicas sobre integração: *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, cuja primeira edição ocorreu em 1967, e *Economic development of Latin America: historical background and contemporary problems*, conforme o título da edição inglesa de obra lançada em 1969.

O presente estudo tem um duplo objetivo. De um lado, sistematizar as ideias de Celso Furtado sobre integração econômica contidas nos livros mencionados. De outro, após assinalar que o contexto atual – de globalização, com grande fragmentação dos processos produtivos e intenso comércio de bens intermediários – difere muito do observado naqueles escritos e é especialmente desafiador, olhar para a experiência do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) sob inspiração de algumas daquelas ideias.

Inicia-se pela atenção dada à integração no âmbito da CEPAL, moldura básica das abordagens de Celso Furtado sobre o assunto. Depois exploram-se as considerações do autor

nos dois livros indicados. A última parte antes das considerações finais é dedicada à problemática do MERCOSUL.

2 A Cepal e a integração econômica na América Latina

As contribuições de Celso Furtado ao debate sobre integração econômica, desdobradas nos escritos aludidos, viram a luz cerca de um decênio após a CEPAL divulgar um documento-marco sobre a importância do referido processo na escala latino-americana. Em 1959, a pluma de Raul Prebisch disponibilizou, como material de autoria coletiva da CEPAL, "O mercado comum latino-americano", o primeiro capítulo do qual foi incorporado ao volume 1 da coletânea *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, organizada por Bielschowsky (2000a).

A teorização mais geral sobre integração econômica, estribada na observação da experiência europeia iniciada no início dos anos 1950, postulava que o mercado comum representa um alto patamar de regionalização, precedido de etapas exibindo níveis crescentes de complexidade (BALASSA, 1964). Assim, segundo o mencionado texto cepalino, o mercado comum latino-americano seria objeto de uma implantação progressiva, desde os passos iniciais da redução tarifária entre os países.

Essa regionalização, uma vez desencadeada, deveria operar como um importante vetor para a expansão econômica no subcontinente, induzida pela intensificação do comércio recíproco. Ao mesmo tempo, considerava-se que o funcionamento do mercado comum seria condicionado pelo grau de vigor do crescimento registrado na região. Numa palavra, existiria, para a CEPAL, "[...] uma estreita interdependência entre o mercado comum e a aceleração do desenvolvimento econômico." (CEPAL, 2000a, p. 352).

Essa aceleração revelar-se-ia indissociável da industrialização, a presença da qual representava condição para que os países latino-americanos participassem da propagação mundial do progresso técnico e reduzissem a distância que os separava dos países centrais. Tal atribuição convergia, diga-se, com o *zeitgeist* do imediato Segundo Pós-Guerra, de incidência ampla (cf., p. ex., Wallerstein, 2002). De fato, a industrialização, escreveu Prebisch em 1949, "[...] não constitui um fim em si, mas é o único meio de que [...] [esses países] dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas." (PREBISCH, 2000, p. 72).

Entendia-se que as desigualdades que crivam a América Latina historicamente – quer se fale em territórios, grupos sociais ou processos produtivos – constituíam impedimentos à propagação do progresso técnico. Para a CEPAL, as dificuldades enfrentadas por esses países

para participar do movimento mundial dessa propagação, célere desde o Segundo Pós-Guerra, perfilavam-se na base dos obstáculos enfrentados na América Latina quanto ao desenvolvimento, de um modo geral. Associada a esses entraves figurava uma continuada tendência de deterioração dos termos de troca.

Chamou a atenção para esse aspecto o *Estudo econômico da América Latina, 1949*, também redigido por Prebisch e divulgado como obra coletiva (CEPAL, 2000b). Esse trabalho foi publicado em 1951, e alguns de seus trechos foram aproveitados na mencionada coletânea organizada por Bielschowsky (2000a). Aponta-se naquele documento que, no indicado contexto, o desenvolvimento industrial haveria de repercutir positivamente, contribuindo para mudanças. E o processo de integração, estimulando investimentos até pelos acenados ganhos de escala propiciados pelo aumento do mercado, cumpriria, esperava-se, um importante papel.

Com efeito, como escreveu Prebisch em 1959, o avanço industrial exige "[...] abordar indústrias cada vez mais complexas, nas quais a dimensão do mercado é um fator primordial de produtividade." (CEPAL, 2000a, p. 351). Assim, a intensificação do comércio entre os países latino-americanos articular-se-ia, na perspectiva cepalina, com o processo de substituição de importações – pelo embutido encorajamento aos investimentos industriais – e com a decorrente diversificação da pauta exportadora. Daí que "Na segunda metade dos anos 1950 [a CEPAL] esteve envolvida na criação da ALALC." (BIELSCHOWSKY, 2000b, p. 30).

Todavia, a problemática das desigualdades pairava sobre a própria maneira de conceber esse processo de integração. Prebisch não deixou de assinalar que

> O mercado comum deveria dar oportunidades iguais de aceleração do desenvolvimento a todo e qualquer país latino-americano. Mas, como as situações relativas dessas nações são desiguais, em virtude de seus diferentes graus de evolução, impõe-se um tratamento diferenciado para conseguir, na medida do possível, essa igualdade de oportunidades em relação ao mercado comum (CEPAL, 2000a, p. 350).

Essa literatura surgiu na fase da trajetória da CEPAL que Bielschowsky (2000b) situou entre 1948 e 1960 e designou como de atenção privilegiada à industrialização. A produção intelectual da agência nesses anos firmou o uso do método histórico-estruturalista, associado ao interesse em examinar a particular transição econômica para o modelo urbano-industrial experimentada no subcontinente. Nos termos das análises protagonizadas, a forte herança do modelo primário-exportador obstaculizava mudanças profundas.

A divulgação desse método no meio acadêmico europeu foi talvez auxiliada pela publicação, em meados dos anos 1960, de um artigo de Furtado em prestigioso periódico francês. O autor mostrou nesse texto que os problemas latino-americanos encontravam-se ligados às "[...] particularidades das estruturas socioeconômicas, o que nos permite generalizar

o enfoque estruturalista que, aliás, prevalece no pensamento econômico contemporâneo da América Latina, e de esquematizar numa explicação teórica as características do processo de desenvolvimento [...]" (FURTADO, 1966, p. 2, nossa tradução).

É também ilustrativo desse enfoque o que Celso Furtado assinalou em livro de 1961, intitulado *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, cujo capítulo 4 foi parcialmente inserido na coletânea de Bielschowsky (2000a): "A estrutura econômica da região onde penetrou a empresa capitalista [...] não se modifica, necessariamente, como consequência dessa penetração." (FURTADO, 2000a, p. 254). A rigor,

> [...] a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui [...] o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 2000a, p. 253).

O período do florescimento daquela literatura, isto é, a primeira fase da periodização dos trabalhos da CEPAL proposta por Bielschowsky (2000a), coincide em boa medida com o da passagem de Celso Furtado por aquela instituição, que se prolongou, segundo Tenório e Wanderley (2018), de 1949 a 1957. Portanto, o que o economista paraibano escreveu sobre integração econômica, longe de constituir um reflexo fortuito do seu envolvimento intelectual e técnico com a problemática mais geral da América Latina, há de ter sido profundamente influenciado pelo amadurecimento das reflexões cepalinas sobre o assunto.

3 Integração econômica em Celso Furtado

Em *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, Celso Furtado dedicou todo um capítulo à integração econômica. Trata-se do capítulo 23, intitulado "Integração regional" (FURTADO, 1983). No capítulo seguinte o autor apenas assinalou, ao abordar a evolução da economia internacional desde o fim da Segunda Grande Guerra, que a preparação então exibida pelos países mais industrializados para enfrentar uma intensa e disseminada concorrência levaria, "[...] em sua fase superior, [...] à formação de 'mercados comuns' e à busca de formas de 'integração econômica'." (FURTADO, 1983, p. 236).

Ao que parece, encontra-se no indicado capítulo 23 o que de mais elaborado o autor produziu em termos teóricos sobre a temática da integração econômica supranacional. Com efeito, embora curto, tal escrito contém observações importantes com respeito aos países externos ao centro do capitalismo que se envolvem em processos integracionistas, constituindo

blocos com fronteiras internas porosas por conta de relações lubrificadas pelos termos de diferentes acordos ou tratados.

Mas, como apontado na introdução, também em *Economic development of Latin America: economic background and contemporary problems*, surgido dois anos após o livro anterior, Furtado se debruçou sobre o assunto (FURTADO, 1976). Uma parte inteira, intitulada "Relações intrarregionais", foi dedicada ao tema, com capítulos voltados às experiências da América Central (capítulo 20) e do binômio Área de Livre Comércio da América Latina – Grupo Andino (capítulo 21). A tônica combinou a contextualização dos respectivos processos, inclusive mencionando aspectos de índole histórica, a descrição dos procedimentos e dos avanços até a formalização da integração e, ainda, a análise do funcionamento e dos resultados.

É importante assinalar, antes de considerar esses escritos, que o contato de Celso Furtado com a problemática da integração econômica há de ter precedido a sua vivência na CEPAL. O autor doutorou-se em Paris em 1948, e a estada europeia certamente lhe permitiu observar mais do que o frenesi da reconstrução (da economia, das infraestruturas) que marcou países daquele continente no Segundo Pós-Guerra. Com efeito, sua passagem pela Europa como estudante também coincidiu, ao menos em parte, com o processo de amadurecimento do ideário referente à integração naquele continente.

Em solo europeu, pensadores e autoridades, notadamente franceses e alemães, solidificaram o entendimento de que a integração contribuiria para arrefecer o espírito de nacionalismo e as asperezas de relacionamento que tinham ajudado a provocar duas guerras mundiais. Assistiu-se assim à criação, em 1952, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, e, em 1957, tanto da Comunidade Europeia da Energia Atômica como da Comunidade Econômica Europeia, a segunda exibindo como objetivo de médio prazo a criação de um mercado comum. Inicialmente com os mesmos seis membros (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo), esta magnetizou outros países europeus desde então.

O respectivo debate sobre a integração foi intenso e se refletiu em produção acadêmica e técnica que se prolongou nas décadas seguintes. Importantes autores marcaram presença, teorizando e procurando discernir as consequências da criação de áreas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns, notadamente. Não deixou de participar o orientador de Celso Furtado, que advertiu, dez anos após o doutoramento do economista brasileiro, sobre a necessidade de políticas coordenadas entre os países para lidar com as desigualdades de desenvolvimento geradas ou aprofundadas pela integração (BYÉ, 1958). Esse problema chamava a atenção na Europa desde os anos 1940, conforme, por exemplo, Giersch (1949).

Assim, tem sentido postular que as considerações de Furtado sobre integração econômica, apresentadas no referido capítulo 23 de *Teoria e política do desenvolvimento econômico* e na sétima parte de *Economic development of Latin America*, estão impregnadas também da influência da vida na Europa, além da referente, a experiência na CEPAL. Mas, inclusive pela natureza do contato com o tema, os anos em Santiago do Chile hão de ter sido mais consequentes.

De fato, já no início do texto de 1967 emerge uma questão que o escrito de Prebisch de 1959 sobre o mercado comum latino-americano colocara em destaque: representava irrecusável adversidade para os países do subcontinente uma dimensão de mercado incapaz de viabilizar, por não sinalizar possibilidades em eficácia e nível de retorno, investimentos industriais diversificados e efetuados sob as exigências tecnológicas que então se apresentavam. Em relação a isso residiria, aliás, um importante argumento em favor da integração: "É [...] natural que se tenha pensado em contornar esse obstáculo mediante formas diversas de integração de economias nacionais." (FURTADO, 1983, p. 231).

Em seguida, Celso Furtado volta-se para a localização das atividades industriais nos espaços supranacionais em integração. O autor fala sobre o papel exercido pelos custos de transporte na determinação dessa localização – quanto maiores forem, mais forte seria a tendência à disseminação dos investimentos –, assinalando, todavia, que os primeiros interferem em combinação com o fator representado pela escala de produção, fonte de economias internas para as empresas. Do jogo entre tais determinantes, emergiria a geografia industrial no seio daqueles espaços.

Essa questão tem grande importância, pois a inscrição espacial da atividade produtiva pode repercutir em outras decisões locacionais, cumulativamente. Isso produz aglomerações representativas de externalidades para novos investimentos, o processo como um todo se refletindo em surgimento ou ampliação de desigualdades socioespaciais. Com efeito, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, particularmente nos países que davam seus primeiros passos na industrialização, "[...] a redução progressiva dos custos relativos dos transportes veio acelerar [...] a tendência à concentração [geográfica] da atividade industrial." (FURTADO, 1983, p. 232).

Note-se que tal assunto mostrou-se caro aos europeus, como sugerido pela criação, em 1975, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), destinado a financiar a promoção do desenvolvimento econômico nas áreas mais deprimidas do espaço onde se desenrolava aquele processo de integração. Esse surgimento não ocorreu por acaso, pois a questão das desigualdades de desenvolvimento é uma das mais espinhosas na integração

econômica, podendo representar vetor de erosão do próprio processo. É sugestivo da sua importância o fato de, ao longo do tempo, esse tema ter recebido a atenção de diferentes autores, interessados ou não na experiência europeia, como Krugman (1991), Planque (1990), Puga e Venables (1998), Vaitsos (1979), Venables (2003) e Wionczek (1966).

Celso Furtado tinha plena consciência dessa relevância. Nas suas palavras, "[...] ao decidir sobre a localização econômica, também se decide sobre a distribuição da renda. No caso das políticas de integração multinacional, esse problema adquire particular importância." (FURTADO, 1983, p. 232). O autor desenvolveu esse ponto mais amplamente num texto apresentado em conferência realizada em Nova Delhi, também publicado em periódico de circulação internacional, no qual discutiu particularmente – explorando o tema da localização industrial – o aspecto da "[...] conciliação entre os objetivos de desenvolvimento nacional com os do bem estar regional." (FURTADO, 1967, p. 13)

Atenção especial a esse respeito deve ser dispensada às situações de integração entre "economias subdesenvolvidas", no dizer de Furtado. Quando os países implicados são pouco ou quase nada industrializados, logo, com economias reféns de mercados pequenos, a própria integração pode desencadear a industrialização em setores tipificados por economias de escala reduzidas, nutrindo tendência de aglomeração espacial pelas vantagens incrustadas. Ora, "Os mesmos fatores que provocam a concentração das indústrias dentro de um país levariam à sua concentração dentro de uma região formada por um grupo de países." (FURTADO, 1983, p. 232-233). Assim,

> [...] deve-se ter em conta que esse tipo de integração apoiado principalmente nas vantagens da aglomeração tende a favorecer desigualmente os países que se integram, ou exige um planejamento amplo, coordenado – incluindo política fiscal, de salários e preços –, se se pretende evitar a tendência à concentração geográfica dos frutos do desenvolvimento. (FURTADO, 1983, p. 233).

De outra parte, quando os países participantes são heterogêneos em termos industriais, o processo de integração faz com que economias de aglomeração e economias de escala se revelem articuladas. Isso ocorre, frisa Furtado (1983, p. 233), "[...] favorecendo, de preferência, o país mais industrializado. É mesmo concebível [...] que ocorra uma regressão da economia menos desenvolvida [...]".

Outra possibilidade diz respeito à integração entre economias menos desenvolvidas que apresentam semelhança nos seus patamares de industrialização. Nesses casos, "Se são similares os níveis de industrialização, a integração favorecerá de preferência o país onde se localizam as indústrias que mais se beneficiam de economias de escala de produção." (FURTADO, 1983, p. 233). O contexto desse tipo de resultado seria mormente aquele em que prevalece o tipo de

divisão espacial do trabalho designada por Massey (1979) como "especialização espacial setorial", em que é bastante forte a relação (ou a articulação) entre setores industriais "completos" e territórios (permitindo falar, por exemplo, em áreas ou territórios têxteis).

Furtado diz que as indústrias ou setores de transformação de produtos primários são os que ostentam a maior representatividade das economias de escala. Assim, quando se trata de regionalização envolvendo economias menos desenvolvidas, "O país ou os países em que se concentram indústrias desse tipo são os principais beneficiários da integração econômica." (FURTADO, 1983, p. 233).

Celso Furtado termina o capítulo 23 de *Teoria e política do desenvolvimento econômico* com o parágrafo abaixo.

> A integração econômica é, no essencial, um esforço visando a maximizar as economias de escala de produção, em função da tecnologia disponível sem reduzir as economias de aglomeração, ou compensando adequadamente os efeitos negativos dessa redução sobre determinadas coletividades. A teoria econômica corrente fundada numa análise estática dos custos comparativos pouca luz projeta sobre esse problema que é essencialmente dinâmico. [...] Desta forma, a teoria da integração constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento e a política de integração uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento da integração surge, assim, como a forma mais complexa dessa técnica de coordenação das decisões econômicas. Em se tratando de economias subdesenvolvidas, a integração não-planificada leva necessariamente ao agravamento dos desequilíbrios regionais, isto é, à concentração geográfica da renda. Por outro lado, pelo fato mesmo de que favorece a elevação do coeficiente de capital, a integração pode atuar no sentido de agravar os problemas estruturais básicos [...]. Em si mesma, ela contribui para aumentar a concentração funcional da renda. Se se tem em conta que a adoção de políticas de tipo *qualitativo*, para não falar de reformas estruturais em profundidade, será sempre mais difícil num sistema multinacional integrado que numa economia nacional, cabe reconhecer que o processo integracionista pode, em certos casos, tornar ainda mais difícil a superação do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1983, p. 233-234, grifado pelo autor).

Observando o cenário latino-americano de meados dos anos 1960, Celso Furtado concluiu, de todo modo, que o processo de integração haveria de cumprir um papel muito importante no desenvolvimento de economias com diminutas dimensões. A última frase do explorado capítulo 23, com efeito, assinala não existir "dúvida [...] que no caso de pequenas nações como as centro-americanas, ele [o processo integracionista] constitui requisito prévio à formulação de uma política eficaz de desenvolvimento." (FURTADO, 1983, p. 234).

No capítulo 20 de *Economic development of Latin America*, cujo foco é a América Central, o autor informou, de fato, que o Mercado Comum Centro-Americano (o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana foi assinado em 1962 por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua) traduziu-se não só em forte expansão do comércio intrarregional. Ocorreu também crescimento industrial, implicando setores exportadores tradicionais (FURTADO, 1976).

Outro aspecto que merece amplo realce nesses escritos é que, em todas as circunstâncias, o papel do planejamento e da política mostra-se essencial em face da ampliação das desigualdades ligadas à concentração geográfica dos melhores ou mais promissores resultados da integração. Trata-se de um importante aspecto sob quaisquer pontos de vista, pois o insucesso em lidar com tal problema costuma representar entrave ao próprio processo de integração e cevar a sua derrocada.

Por conseguinte, como Furtado indicou sobre a ALALC no capítulo 21 de *Economic development of Latin America*, o Tratado de Montevidéu tratou de abrir possibilidades para acordos setoriais que mirassem a coordenação produtiva em escala de bloco. “A ideia era facilitar a integração industrial permitindo aos produtores dividir atividades complementares entre si e, assim, ganhar acesso a um mercado maior.” (FURTADO, 1976, p. 235, nossa tradução). Todavia, passados alguns anos, os resultados desapontaram: “[...] muito pouco progresso foi feito nessa direção.” (Ibid., p. 235, nossa tradução).

A rigor, as realizações da ALALC, de um modo geral, revelaram-se bastante limitadas. A iniciativa do Chile em explorar o tema da integração regional em direção distinta parece ter sido um resultado de tal insucesso. Aquele país e mais Colômbia, Peru e Venezuela estabeleceram o Grupo Andino, pelo Acordo de Cartagena, assinado em 1969. A composição alterou-se posteriormente, com a saída de Chile e Venezuela e a entrada de Bolívia e Equador, formando a atual Comunidade Andina.

Furtado parecia otimista com a experiência andina que se desenhava. Redução automática das tarifas praticadas internamente, definição de tarefa externa comum frente ao exterior, planejamento coordenado, desenvolvimento de infraestrutura para favorecer o processo de integração e adoção de uma política comum para lidar com o capital estrangeiro figuravam com destaque no plano de ação. Vale sublinhar que “Um dos mais originais e pioneiros aspectos da política de integração do Grupo Andino é o sistema comum para o tratamento do capital estrangeiro [...]” (FURTADO, 1976, p. 239, nossa tradução).

Celso Furtado conclui sua análise sobre as experiências latino-americanas de integração com indicações encadeadas sob o subtítulo “Prospectos para o movimento integracionista”:

> A criação de um mercado comum regional é um objetivo [...] da política econômica perseguida por todos os governos latino-americanos na atualidade. Essa *ideia força* [...] ganhou movimento rapidamente nos últimos poucos anos, largamente como um reflexo do entendimento de que países pequenos e isolados não podem lidar com os crescentes problemas criados pelo seu subdesenvolvimento. Entretanto, a experiência recente já demonstrou a enorme complexidade da tarefa[...]. (FURTADO, 1976, p. 239, grifado pelo autor, nossa tradução).

De fato,

> [...] o problema real não é simplesmente uma questão de liberalizar o comércio, mas de promover a progressiva criação de um *sistema econômico regional* – uma tarefa longe de se mostrar fácil, tendo em vista a prévia orientação do desenvolvimento, as grandes discrepâncias nos atuais níveis de desenvolvimento, o risco de agravar a concentração geográfica das atividades econômicas e dos ganhos do desenvolvimento, a considerável autonomia com a qual poderosos consórcios internacionais que controlam, além das atividades de exportação tradicionais, também uma grande proporção do moderno setor industrial que operou até agora na região, as diferenças nas políticas nacionais que controlam a exploração dos recursos naturais, a não efetividade dos estados nacionais em controlar e orientar os processos econômicos e muitos outros [fatores] não menos importantes. (FURTADO, 1976, p. 239-240, grifado pelo autor, nossa tradução).

Não obstante, tem sentido considerar que integração econômica

> [...] desencadeará um processo evolucionário envolvendo estruturas políticas, um desenvolvimento que corresponda às urgentes mudanças demandadas pelas relações internacionais. A necessidade de uma definição mais realista das suas relações com os grandes blocos de poder no mundo atual, particularmente com os Estados Unidos, levou os latino-americanos a atribuir um maior valor ao que possuem em comum e a se mover rumo à estruturação de um projeto regional que condicionará a evolução sociopolítica no plano nacional [...]. Para suplantar as dúvidas naturais de países com uma longa história de dependência externa, essa evolução exigirá uma definição clara dos objetivos de desenvolvimento no nível nacional. (FURTADO, 1976, p. 240, nossa tradução).

4 Integração em tempos de regionalismo aberto: explorando as ideias de Celso Furtado

A última década do século XX testemunhou movimentos de integração econômica em diversas regiões do mundo, tanto novos quanto de intensificação de processos já existentes. Por exemplo, na Europa avançou-se rumo ao estabelecimento de uma União Econômica e Monetária, ápice de um percurso iniciado nos anos 1950. No continente africano, foi criada a União Econômica e Monetária da África Ocidental. Em terras americanas, surgiram o *North American Free Trade Agreemen*t, envolvendo Canadá, Estados Unidos e México, e o MERCOSUL, fundado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Todas essas iniciativas, entre várias outras, ocorreram no marco da globalização. Sobre algumas, principalmente no continente americano, cabe falar em regionalismo aberto.

4.1 Globalização e regionalismo aberto

De utilização recorrente, e objeto de abordagens variadas e amiúde controversas, o termo globalização adentrou o léxico dos pesquisadores mormente desde meados dos anos 1980, na esteira de estudos como Levitt (1983). Em que pese a miríade de enfoques, não erra

quem o associa a aspectos contemporâneos como o aprofundamento do caráter internacional dos processos econômicos, a forte mobilidade do capital e o papel determinante das tecnologias (em controle dos fluxos, processamento de dados, comunicações), para só mencionar alguns traços de índole mais econômica.

Merece realce a divisão espacial do trabalho industrial que ganha vigor sob a globalização. Grandes empresas, sobretudo multinacionais, distribuem funções de gestão, produtivas e comerciais entre países e regiões de acordo com seus interesses no usufruto das condições ofertadas nos diferentes locais de operação. Isso ocorre de forma direta – mediante investimentos diretos no exterior – e indiretamente, via subcontratação ou terceirização.

Nessa geografia, diferentes atividades, tarefas ou etapas da produção, exibindo hierarquias (organizacionais, produtivas), são inscritas em diversos territórios sob o comando de grandes capitais. Em debates nos anos 1970 e 1980, Massey (1979) falava sobre isso com a expressão "hierarquias locacionais na produção", e Lipietz (1983), com "circuitos de ramos", exibindo especialização sincrônica dos múltiplos trabalhos ou processos, enfeixados nos setores, protagonizados em diferentes locais. De todo modo, como frisou Massey (1984), as estruturas espaciais da produção são muito variadas, seja entre setores ou num mesmo setor, conforme as circunstâncias e as características dos agentes envolvidos.

Sob o signo da globalização, ganharam proeminência as estruturas na forma de cadeias globais de valor, assim denominadas após anos de debates sobre suas características, incluindo as relações de poder internas e as estratégias das empresas líderes (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994; BAIR, 2005). Esses arranjos são observados em diferentes setores e foram assimilados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico à própria ideia de globalização (OECD, 2013). Seu vigor e seu nível de presença são indissociáveis do aumento da fragmentação internacional das atividades industriais nas últimas décadas (BALDWIN, 2012; FOSTER; STHERER; TIMMER, 2013; JONES; KIERZKOWSKI, 2005).

Nas operações dessas cadeias, papeis específicos têm sido atribuídos a países e regiões, incidindo na periferia e em partes da semiperiferia do capitalismo os representativos de menores recompensas (salários, lucros) e piores condições (de trabalho, de benefícios sociais), conforme assinalado por Arrighi (1997), entre outros. Isso rima com aumento ou pelo menos com manutenção das clivagens e desigualdades de desenvolvimento. Nesse contexto, notadamente fora das áreas centrais da economia mundial, o Estado se vê interpelado a agir para mitigar as adversidades. De fato, perante tal quadro Celso Furtado não deixou de salientar a importância do Estado principalmente em países que padecem de grandes e estruturais desigualdades sociais e regionais. "Num mundo dominado por empresas transnacionais, esses sistemas heterogêneos

somente sobrevivem e crescem por uma vontade política apoiada em um projeto com raízes históricas." (FURTADO, 2000b, p. 44).

Essa urgência, contudo, depara-se com a contração das possibilidades de ação pública por conta de forças desarticuladoras – as quais, segundo Furtado (1996), fogem da capacidade explicativa das teorias existentes – robustecidas nas últimas décadas no seio da própria globalização. Merece realce a respeito o fato de que, segundo Furtado (2000b, p. 29), "[...] o sistema de poder dos Estados nacionais está [...] abalado, em prejuízo das massas trabalhadoras organizadas e em proveito das empresas que controlam as inovações tecnológicas. Já não existe o equilíbrio garantido no passado pela ação reguladora do poder público."

Essa é a conjuntura mais geral em que teve lugar o ímpeto integracionista observado em várias regiões do mundo no final do século XX. No subcontinente latino-americano, a CEPAL manuseou analiticamente a expressão "regionalismo aberto" para examinar as experiências testemunhadas. O que se buscava referir com essa noção? Nada menos do que

> [...] um novo processo resultante da reconciliação de dois fenômenos [...]: a interdependência que deriva de acordos especiais, preferenciais, e aquela que emerge basicamente dos sinais do mercado produzidos pela liberalização do comércio em geral. O que o regionalismo aberto procura realizar é fazer políticas explícitas de integração compatíveis e complementares com políticas que aumentam a competividade internacional. [...] Um objetivo complementar é fazer da integração um alicerce de uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de torná-la um obstáculo a tal economia [...]. Isso significa que acordos de integração deveriam tender a eliminar as barreiras que se aplicam à maior parte do comércio em bens e serviços entre os signatários, em linha com suas políticas de liberalização comercial com respeito a terceiros países, ao mesmo tempo em que se tornaria mais fácil a entrada de novos membros nos acordos. (ECLAC, 1994, p. 12, nossa tradução).

O Tratado de Assunção, assinado em março de 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para a criação de um mercado comum no Cone Sul, há de ser considerado no marco desse regionalismo aberto (TRATADO..., 1991). De fato, *pari passu* com o avanço desse processo integracionista, as economias da região, em primeiro lugar Argentina e Brasil, protagonizaram reformas entre as quais cintilava a liberalização do comércio com o resto do mundo. Assim, vetores de regionalização e de aderência à dinâmica da globalização operavam a um só tempo, articulados. Tal quadro nutriu a complexidade do cenário referente ao funcionamento do MERCOSUL.

4.2 O Mercosul e a atualidade do pensamento de Celso Furtado sobre integração

O MERCOSUL representa desdobramento da reaproximação entre Argentina e Brasil após o fim de seus regimes militares em meados dos anos 1980. Nesse movimento, vários

encontros governamentais e documentos formalizaram o interesse na integração, cujos precursores mais destacados – com abrangência subcontinental – eram a já mencionada ALALC, de 1960, e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), surgida em 1980 sobre as bases da anterior. A ação tornou-se quadripartite com o envolvimento de Paraguai e Uruguai no curso do processo.

As expectativas não eram pequenas, como sugere a leitura do preâmbulo desse documento, onde se assinalou que o passo dado era visto pelos signatários do Tratado de Assunção como uma resposta adequada aos processos então observados na economia mundial. Sobre o significado da empreitada, Marini (1992, p. 143) chegou a dizer que "O Mercosul assume importância crescente no plano latino-americano, contrapondo-se à política direta de entendimento com os grandes centros [...]". E a revista *The Economist* intitulou de "Remapeamento da América do Sul" uma grande matéria publicada pouco tempo após a entrada em vigor do MERCOSUL (REMAPPING..., 1996).

Iniciado como área de livre comércio e união alfandegária – e não como mercado comum, patamar referido no título do empreendimento – com alcances somente parciais no tocante às mercadorias cobertas, o MERCOSUL exibiu notável vigor comercial nos primeiros anos. As trocas intrarregionais expandiram-se sobretudo até o início dos anos 2000, em período que foi apontado de maneira estilizada como a *belle époque* dessa integração (LINS, 2013). De fato, a representatividade do bloco como destino das exportações de cada país membro só fez se robustecer.

Mas a assimetria tem sido a tônica na trajetória. Por exemplo, a importância do MERCOSUL para as exportações se fez notar principalmente no Paraguai e no Uruguai, seguidos com alguma distância pela Argentina. Para o Brasil, esse foi muito menos o caso em termos quantitativos, não obstante o fato de suas exportações para o MERCOSUL mostrarem-se mais sofisticadas do que as dirigidas ao resto do mundo. Assim, o caráter "regionalismo aberto" parece ter dito mais respeito ao Brasil e também à Argentina, refletindo o perfil e o vigor de suas estruturas produtivas e o escopo dos respectivos parceiros comerciais mundo afora, assim como as opções de política adotadas.

Foram igualmente marcantes as diferenças na entrada de investimentos estrangeiros. A Argentina exibiu o maior destaque no começo do percurso do MERCOSUL, mas o Brasil logo passou a sobressair, inclusive porque a economia do país vizinho foi duramente afetada por grave crise em 2001. Paraguai e Uruguai mostraram-se bastante distanciados, completando situação que reflete a profunda e histórica heterogeneidade econômica prevalecente no Cone Sul (LINS, 2013).

É significativo que nos movimentos do MERCOSUL as desigualdades no rebatimento dos impulsos de crescimento e nos seus resultados logo tenham chamado a atenção. Com mais ou menos sucesso na atribuição à dinâmica do MERCOSUL o que constataram de disparidades ou diferenciação, diversos autores falaram em aumento das desigualdades no interior do território em integração. Por exemplo, Blyde (2006) apontou intensificação dos contrastes entre os países e entre suas regiões na década de 1990. De sua parte, Traistaru-Siedschlag e Martincus (2006) e também Lo Turco (2007) observaram, para Argentina, Brasil e Uruguai, ter havido reorganização espacial da produção industrial consoante as vantagens comparativas, com evidências de alguma concentração relativa pró Brasil em termos setoriais e espaciais. É eloquente que em 2006 tenha passado a operar o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), para financiar infraestruturas e atividades produtivas aptas a fortalecer a competitividade e a coesão social nas áreas menos desenvolvidas, os países de economia mais forte contribuindo mais e usufruindo menos, e vice-versa (MERCOSUL, 2020).

Outro aspecto importante em qualquer processo integracionista refere-se às complementaridades entre atividades protagonizadas nos países envolvidos, refletidas, por exemplo, no comércio intraindustrial. Em todas as experiências, esse tipo de relação constitui fator (ou sintoma) de distribuição dos reflexos positivos da integração. É de integração produtiva que se trata aqui, motivo para estudos sobre o que se pode chamar de cadeias regionais de produção e troca. Representando a outra face da fragmentação das atividades, com divisão espacial do trabalho, a integração produtiva tem sido constatada e muito pesquisada principalmente na União Europeia (cf., p. ex., Kawecka-Wyrzykowska, 2009, e Zeddies, 2007) e em processos asiáticos (entre outros, Athukorala e Yamashita, 2007).

No MERCOSUL, esse caráter tem pouca visibilidade, como assinalou Medeiros (2011). Fora algumas iniciativas especialmente no âmbito da indústria automotiva, envolvendo empresas multinacionais instaladas na Argentina e no Brasil, muito pouco é constatado (LINS, 2017). Não é desprovido de significado que, muitos anos depois da entrada em vigor do MERCOSUL, um livro inteiramente dedicado ao assunto tenha sido organizado no seio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ALVAREZ; BAUMANN; WOHLERS, 2010). Vários de seus estudos, ao mesmo tempo em que diagnosticam o quadro da integração produtiva no bloco, argumentam ser necessário avançar nesses termos.

As ideias iniciais sobre a integração no Cone Sul salientavam a importância das complementaridades produtivas para distribuir os efeitos positivos e promover a dinamização conjunta das economias, como se constata nos documentos de base (cf. Lins, 2017). Todavia, devido a aspectos estruturais das economias do bloco e a opções governamentais representativas

de uma, por assim dizer, captura do MERCOSUL pela lógica quase que tão somente comercial – em detrimento da produtiva –, muito pouco se logrou atingir nesse aspecto (FERRER, 2007; BOUZAS, 2009).

Outro ângulo de observação das desigualdades no MERCOSUL diz respeito às regiões no interior das fronteiras nacionais. Vários pesquisadores se ocuparam do assunto, seja estudando diferentes países simultaneamente – como Calfat e Flôres Jr. (2001) e Souza, Oliveira e Gonçalves (2010) – ou examinando situações individuais, como Granato (2007) sobre a Argentina e como Haddad, Domingues e Perobelli (2005) sobre o Brasil. Em regra, mostram um envolvimento mais intenso com a integração, quer se olhe para comércio ou para investimentos, os espaços ou regiões mais dinâmicos e desenvolvidos economicamente.

Teria sentido dizer, assim, que o MERCOSUL pode ter contribuído para o aumento das disparidades de desenvolvimento dentro dos países. Essa possibilidade foi mencionada com inquietação por Laurelli e Montaña (1994) já no umbral do processo integracionista. As autoras opinaram que, pelo que se desenhava, a maior intensidade de contatos entre as áreas mais dinâmicas certamente teria como contrapartida a marginalização ou mesmo a exclusão, dos fluxos e impulsos ligados à integração, daquelas com menores atributos competitivos e menos atraentes.

No Brasil, debates e manifestações políticas focalizaram desde logo o problema dos espaços historicamente menos desenvolvidos. O Nordeste figurou com destaque, e o tom das abordagens indicava preocupação inclusive com a possibilidade de perturbação da própria integração no Cone Sul por conta do aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento. Nessa linha, por exemplo, Barros (1997, p. 114) escreveu que a "[...] questão regional no Brasil já é muito séria e poderá comprometer a integração caso haja piora das desigualdades regionais por causa do Mercosul." Ao mesmo tempo, parlamentares nordestinos propuseram cerrar fileiras na pressão sobre o Governo Federal para que se atuasse no sentido de evitar uma concentração ainda maior do desenvolvimento econômico no Centro-Sul do país, na esteira da integração (FÓRUM..., 1996).

Celso Furtado não parecia comungar desse pessimismo. Em entrevista publicada em 1997 na Revista Econômica do Nordeste – republicada em Furtado (2009) –, o autor respondeu, quando perguntado sobre como via a abertura do MERCOSUL, mormente os possíveis reflexos no Nordeste: "O Mercosul é vantajoso para todo o Brasil, merece apoio e até algum sacrifício para ser consolidado. O Nordeste tem que tirar partido disso, mesmo se por enquanto o Rio Grande do Sul é que mais se beneficia, pela proximidade física e cultural." (FURTADO, 2009, p. 278-279). Detalhando a opinião, o economista assinalou: "O que importa é pensar

globalmente no Brasil. Se o Mercosul é bom para o Brasil, é bom para o Nordeste, pois se ele desenvolver mais o Sul do Brasil beneficiará a todos, já que o Sul é o maior mercado do Nordeste. O Brasil tem de ser pensado dessa forma [...].” (FURTADO, 2009, p. 279)

Estudos realizados durante o primeiro decênio do MERCOSUL sugerem a pertinência da visão de conjunto de Furtado. Considerando o comércio, Wanderley, Oliveira e Balanco (2003) apresentaram evidências para o Nordeste como um todo e para o Estado da Bahia, individualmente, seu objeto principal. Até o início dos anos 2000, as exportações nordestinas para o MERCOSUL, em particular as baianas, tinham crescido fortemente. Destacavam-se na pauta produtos industrializados, alguns dos quais com alto valor agregado, como químicos, plásticos e de metais.

Mas é fato que o peso do MERCOSUL nas exportações brasileiras é bem maior nas regiões mais industrializadas do país. Fala-se aqui não da participação nas vendas brasileiras para o bloco, enfoque que embutiria um “efeito volume”: os estados mais exportadores em termos gerais certamente se destacariam também nas relações com o MERCOSUL. O que deve ser considerado é a participação das exportações para o bloco nas exportações totais dos entes federados, pois fica assim indicada a relevância relativa dessa regionalização em cada caso. A Tabela 1, que recobre o período 1999-2019, fornece uma ideia sobre essa relevância.

Embora a percentagem das vendas para o MERCOSUL seja sempre decrescente – salvo entre 1999 e 2009 na Região Sul, pelos desempenhos de Paraná e principalmente Rio Grande do Sul –, situam-se na Região Sudeste e na Região Sul os destaques dos reflexos comerciais da integração. Na primeira, São Paulo sobressai inquestionavelmente: o MERCOSUL canalizava 1/5 das exportações estaduais em 1999; duas décadas depois, responde por 12,3%. No Sul, o Paraná mostra estabilidade, oscilando de 11,3% em 1999 a 10,3 em 2019; o estado gaúcho exibe crescimento até 2009 e forte declínio posteriormente; em Santa Catarina, a redução é suave no segundo decênio da tabela. Fora dessas regiões, dois casos merecem realce: os estados do Amazonas e de Pernambuco, com níveis muito elevados de presença das vendas para o MERCOSUL, o primeiro exportando principalmente motocicletas, lâminas metálicas, aparelhos de barbear e secadores de cabelo, e o segundo, sobretudo automóveis e componentes para veículos. Um quarto de século após sua entrada em vigor, o MERCOSUL permite observar o quanto são pertinentes as considerações teóricas de Celso Furtado sobre o problema da distribuição dos efeitos da integração.

A concentração dos impulsos mais dinâmicos provocados ou induzidos pelo processo nos territórios historicamente mais desenvolvidos tende a representar sinônimo de ampliação das clivagens e disparidades. Como assinalou Furtado ao falar sobre a integração entre países

bastante heterogêneos em termos industriais (cf. apresentado na Seção 3), as articulações entre economias de aglomeração e de escala na produção tendem a fazer dos espaços já mais industrializados (países, regiões) os destinos privilegiados dos novos investimentos.

Tabela 1: Brasil, macrorregiões e estados: exportações totais e para o MERCOSUL – US$ milhões FOB (1999, 2009 e 2019).

Anos	1999			2009			2019		
Regiões/estados	Expor. Totais (A)	Expor. Mer-cosul (B)	B/A * 100	Expor. Totais (A)	Expor. Mer-cosul (B)	B/A * 100	Expor. Totais (A)	Expor. Mer-cosul (B)	B/A * 100
Norte	*2.674*	*152*	*5,7*	*10.099*	*459*	*4,5*	*21.438*	*177*	*0,8*
Acre	1	0,3	25,6	16	0,1	0,7	33	..	..
Amapá	45	2	4,4	183	..	..	261	0	0
Amazonas	428	100	23,3	872	367	42,1	731	152	20,8
Pará	2.135	42	2,0	8.344	82	1,0	17.841	7	0,04
Rondônia	55	8	15,4	391	10	2,5	1.304	15	1,1
Roraima	2	0	0	13	..	..	158	0	0
Tocantins	8	0,06	0,7	280	..	..	1.110	3	0,3
Nordeste	*3.355*	*427*	*12,7*	*11.596*	*1.068*	*9,2*	*16.887*	*1.311*	*7,8*
Alagoas	225	0,7	0,3	824	2	0,3	319	1	0,5
Bahia	1.581	265	16,8	7.005	789	11,3	8.168	667	8,2
Ceará	371	55	14,8	1.078	110	10,2	2.275	79	3,5
Maranhão	663	40	6,0	1.232	26	2,1	3.544	132	3,7
Paraíba	63	11	17,5	157	13	8,2	126	10	7,9
Pernambuco	266	40	15,0	815	112	13,7	1.466	409	27,9
Piauí	49	0,7	1,4	167	0,6	0,4	543	0,6	0,1
Rio G. do Norte	115	9	7,8	257	13	5,1	395	10	2,5
Sergipe	22	6	27,3	61	2	3,3	51	2	3,9
Centro Oeste	*1.292*	*79*	*6,1*	*14.047*	*191*	*1,4*	*29.743*	*502*	*1,7*
Distrito Federal	9	0,1	1,1	129	0,6	0,5	161	15	9,3
Goiás	326	20	6,1	3.609	37	1,0	7.133	79	1,1
Mato Grosso	740	16	2,2	8.419	20	0,2	17.206	24	0,1
M. G. do Sul	217	43	19,8	1.890	133	7,0	5.243	384	7,3
Sudeste	*27.964*	*4.320*	*15,4*	*81.473*	*8.870*	*10,9*	*111.426*	*8.479*	*7,6*
Espírito Santo	2.446	78	3,2	6.500	135	2,1	8.800	254	2,9
Minas Gerais	6.373	463	7,3	19.476	1.308	6,7	25.139	1.134	4,5
Rio de Janeiro	1.637	279	17,0	13.502	596	4,4	28.634	1.059	3,7
São Paulo	17.508	3.500	20,0	41.995	6.831	16,3	48.853	6.032	12,3
Sul	*11.489*	*1.695*	*14,7*	*32.803*	*4.922*	*15,0*	*43.951*	*4.276*	*9,7*
Paraná	3.931	445	11,3	11.196	1.324	11,8	16.454	1.698	10,3
Rio G. do Sul	4.995	874	17,5	15.201	2.948	19,4	18.545	1.719	9,3
Santa Catarina	2.563	376	14,7	6.406	650	10,1	8.952	859	9,6
Não declarada	753	43	5,7	948	87	9,2	1.937	1	0,05
Reexportação	48	24	50,0	393	24	6,1	0	0	0
Zona não declar.	0	0	0	555	81	14,6	0	0	0
Merc. nacionali.	370	29	7,8	998	121	12,1	0	0	0
TOTAL	47.946	6.769	14,1	152.911	15.823	10,3	225.383	14.746	6,5

Fontes: elaborado pelo autor com dados de Ministério da Economia (2020a) para as exportações totais e de Ministério da Economia (2020b) para as exportações dirigidas ao Mercosul.
..: corresponde a cifras inferiores a US$ 100 mil.

Planejar coletivamente o processo de integração e conceber e executar políticas compensatórias e de promoção do crescimento econômico constituiriam, portanto, iniciativas fundamentais no Cone Sul. Isso, claro, se as intenções sobre benefícios conjuntos estampadas no preâmbulo do Tratado de Assunção tivessem mais do que o sentido de simples declaração de princípios, sem necessariamente representar comprometimento. Não é possível dizer que a trajetória cumprida permite afirmar serem genuínos aqueles propósitos, ou que, caso sejam, que resultados condizentes tenham sido observados.

5 Considerações finais

Pretendeu-se neste artigo sistematizar as ideias de Celso Furtado sobre integração econômica em processos de regionalização e lançar um breve olhar sobre a experiência do MERCOSUL com inspiração nessas contribuições. A iniciativa se justificava, pois, embora a integração não fosse tema recorrentemente tratado pelo autor, entendia-se que alguns de seus principais escritos a respeito – influenciados notadamente pelos debates no âmbito da CEPAL desde o final dos anos 1950 – representaram aportes ao debate merecedores de realce, quer em termos teóricos, quer em termos de análise de experiências latino-americanas.

Atenção particular foi dirigida por Furtado ao problema das desigualdades na distribuição dos efeitos da integração. Trata-se de questão salientada em estudos sobre diversos processos de integração, em diferentes regiões mundiais ou continentes. Ressaltando ser necessária a devida atenção para com tal problemática, tendo em vista que a incidência espacial desses reflexos há de repercutir em assimetrias e disparidades de desenvolvimento – as quais podem até nutrir sentimentos contrários à própria integração –, Furtado salienta o caráter estratégico do planejamento e da formulação e execução de políticas, quer dizer, do forte engajamento do Estado no trato com problemas dessa natureza.

Furtado afirmou, em sintonia com a correspondente discussão, que é preciso promover a criação paulatina de um sistema econômico regional nesses processos de integração, muito mais do que concentrar os esforços somente na liberalização das trocas. Sem dúvida, avançar nessa direção mostrar-se-ia crucial no MERCOSUL, como em outros processos integracionistas entre países fora do centro do capitalismo. Contudo, seria realmente possível lograr sucesso nessa empreitada no marco do regionalismo aberto? Como se articulariam as participações simultâneas dos países do MERCOSUL, e de suas regiões, em cadeias globais de valor, símbolo

talvez maior da globalização, e em estruturas representativas das operações de cadeias regionais? O quanto a primeira possibilitaria, de fato, a segunda?

Essas são perguntas em aberto, claro. Mas inspiram-se, ao término deste artigo, em observações importantes de Celso Furtado sobre os processos de integração. Tentar respondê-las e, mais ainda, atuar com vistas a lidar com os problemas colocados em relevo, não prescindiria de considerações sobre o efetivo envolvimento público em termos de análise, planejamento e concepção e execução de políticas, harmoniosamente e de forma concertada em escala de bloco.

Referências

ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOHLERS, M. (org.). **Integração produtiva**: caminhos para o Mercosul. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ATHUKORALA, P.; YAMASHITA, N. Production fragmentation in manufacturing trade: the role of East Asia in cross-border production networks. Tokyo: Nihon University, Center for China and Asian Studies, **Working Paper Series** n. 003. 2007.

BAIR, J. Global capitalism and commodity chains: looking back, going forward. **Competition & Change**, v. 9, n. 2, p. 153-180, June 2005.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964.

BALDWIN, R. Global supply chains: why they emerged, why they matter, and where they are going. Hong Kong: The Fung Global Institute, **Working Paper FGI** – 2012-1. 2012.

BARROS, A. R. Os impactos do Mercosul no Nordeste brasileiro. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Comércio internacional e Mercosul**: impactos sobre o Nordeste brasileiro. Fortaleza: BNB, 1997, p. 107-173.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. 2 v.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In: _____. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000b, p. 13-68.
BLYDE, J. S. Convergence dynamics in Mercosur. **Journal of Economic Integration**, v. 2, n. 4, p. 784-815, 2006.

BOUZAS, R. Apuntes sobre el estado de la integración regional en América Latina. In: SEMINARIO "REGIONAL INTEGRATION IN THE AMERICAS: THE IMPACT OF THE GLOBAL ECONOMIC CRISIS", **Annals**..., Washington D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, Nov. 2009.

BYÉ, M. Localisation de l'investissement e Communauté Economique Européenne. **Revue Economique**, v. 9, n. 2, p. 188-212, 1958.

CALFAT, G.; FLÔRES JR., R. G. Questões de geografia econômica para o Mercosul. In: CHUDNOVSKY, D.; FANELLI, J. M. (coord.). **El desafio de integrarse para crecer**: balance y perspectivas del Mercosur en su primeira década. Buenos Aires: Red Mercosur – Siglo XXI Editores, 2001, p. 327-345.

CEPAL. O mercado comum latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p. 342-371. [1959].

CEPAL. Estudo econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000b, p.137-178. [1951].

ECLAC. **Open regionalism in Latin America and the Caribbean**: economic integration as a contribution to changing production patterns with social equity. Santiago, Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 1994. [LC/G.1801/Ver.1-P].

FERRER, A. El éxito del Mercosur posible. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1(105), p. 147-156, 2007.

FÓRUM NOVOS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL EQUILIBRADO, 1995. **Anais**.... Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1996.

FOSTER, N.; STEHRER, R.; TIMMER, M. International fragmentation of production, trade and growth: impacts and prospects for EU member states. Brussels: European Commission, **Economic Papers** 484. 2013.
FURTADO, C. Développement et stagnation en Amérique latine: une approche structuraliste. **Annales**... Economies, sociétés, civilisations, v. 21, n. 1, p. 1-31, 1966.

FURTADO, C. Intra-country discontinuities: towards a theory of spatial structures. **Social Science Information**, v. 6, n. 6, p. 7-16, 1967.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. [1967].

FURTADO, C. **Economic development of Latin America**: historical background and contemporary problems. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. [1969].

FURTADO, C. Os desafios da globalização. **Folha de S. Paulo**, p. 1-3, 1 dez. 1996.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p. 239-262. [1961].

FURTADO, C. **O Capitalismo global**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

FURTADO, C. O GTDN e as exigências da atualidade. In: ___. **O Nordeste e a saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 267-283. [1997].

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (eds.). **Commodity chains and global capitalism**. London: Greenwood Press, 1994.

GIERSCH, H. Economic union between nations and the location of industries. **The Review of Economic Studies,** v. 17, n. 2, p. 87-97, 1949.

GRANATO, M. F. Spatial effects of regional integration. The Argentinean manufacturing landscape after Mercosur. In: XLII REUNIÓN ANNUAL DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ECONOMÍA POLÍTICA, **Anales**...Bahía Blanca, Universidad Nacional del Sur, nov. 2007.

HADDAD, E.; DOMINGUES, E. P.; PEROBELLI, F. S. Brazil-Argentina trade and its impacts in Brazilian states. **Investigaciones Regionales**, n. 7, p. 113-137, 2005.

JONES, R.; KIERZKOWSKI, H. International fragmentation and the new economic geography. **North American Journal of Economics and Finance**, v. 16, p. 1-10, 2005.

KAWECKA-WYRZYKOWSKA, E. Evolving patterns of intra-industry trade specialization of the new Member States (NMS) of the EU: the case of automotive industry. Brussels: European Commission, **Economic Papers** 364. 2009.

KRUGMAN, P**. Geography and trade**. Cambridge, Leuven: The MIT; Leuven University, 1991.

LAURELLI, E.; MONTAÑA, E. Los territórios del Mercado Comun del Sur: propuestas y efectos esperados. **Revista Interamericana de Planificación**, v. 27, n. 106, p. 10-42, 1994.

LEVITT, T. The globalization of markets**. Harvard Business Review**, p. 92-102, May-June 1983.

LINS, H. N. Vinte anos de Mercosul: uma nota. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 34, p. 89-121, 2013.

LINS, H. N. Integração produtiva em processos de regionalização econômica: o Mercosul em questão. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 48, p. 84-106, 2017.

LIPIETZ, A. **Le capital et son espace**. 2.ed. Paris: La Découverte/Maspero, 1983.

LO TURCO, A. **South-South RTAs and industrial location**: is there asymmetric development? Siena: Università Politecnica delle Marche, 2007.

MARINI, R. M. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.
MASSEY, D. In what sense a regional problem? **Regional Studies**, v. 13, p. 233-243, 1979.

MASSEY, D. **Spatial divisions of labour**: social structures and the geography of production. London: Macmillan, 1984.

MEDEIROS, C. A. de. A dinâmica da integração produtiva asiática e os desafios à integração produtiva no Mercosul. **Análise Econômica**, v. 29, n. 55, p. 7-32, 2011.

MERCOSUL. Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL. **Montevidéu**: MERCOSUL, 2020. Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/temas/focem/. Acesso em: 04 out. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Séries Históricas**. Brasília, 2020a. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas. Acesso em: 07 set. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **ComexStat**: Exportações e Importações – Geral. Brasília, 2020b. Disponível em: www.comexstat.medic.gov.br/pt/.geral Acesso em: 08 set. 2020.

OECD. **Interconnected economies**: benefiting from global value chains. Paris: OECD Publishing, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/9789264189560-en Acesso em: 20 jun. 2014.

PLANQUE, B. Grand marché unique européen et dévelopment régional: éléments de problématique. **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, n. 1, p. 27-57, 1990.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 70-136. [1949].

PUGA, D.; VENABLES, A. J. Trading arrangements and industrial development. **The World Bank Economic Review**, v. 12, n. 2, p. 221-249, 1998.

REMMAPING South America. **The Economist**, Oct. 12th 1996. (A Survey of MERCOSUR).
SOUZA, A. de M. e; OLIVEIRA, I. T. M.; GONÇALVES, S. S. Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. **Texto para Discussão**, n. 1477, Brasília: IPEA, 2010.
TENÓRIO, F.; WANDERLEY, S. Celso Furtado: an economist in the service of public management (1943-1964). **Brazilian Journal of Public Administration**, v. 52, n. 3, p. 507-526, 2018.

TRAISTARU-SIEDSCHLAG, I.; MARTINCUS, C. Economic integration and manufacturing concentration patterns: evidence from MERCOSUR. **Open Economic Review**, v. 17, n. 3, p. 297-319, 2006.

TRATADO para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Asunción, 26 mar. 1991.

VAITSOS, C. V. Crisis en los procesos de integración económica. **El Trimestre Económico**, v. XLVI(1), n. 181, p. 35-128, 1979.

VENABLES, A. J. Winners and losers from regional integration agreements. **The Economic Journal,** v. 113, p. 747-761, 2003.

WALLERSTEIN, I. O conceito de desenvolvimento nacional, 1917-1989: elegia e réquiem. In: _____. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 116-129.

WANDERLEY, L. A.; OLIVEIRA, M. J. L. de; BALANCO, P. A. de F. Relevância do Mercosul para as exportações baianas. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 4, p. 321-340, 2003.

WIONCZEK, M. S. Integración económica y distribución regional de las atividades industriales. **El Trimestre Económico**, v. 33, n. 131, p. 469-502, 1966.

ZEDDIES, G. Determinants of international fragmentation of production in the European Union. Halle: Halle Institute for Economic Research, **IWH Discussion Paper** n. 15. 2007.

Subsídios para aquilatar a contribuição de Celso Furtado para o campo do desenvolvimento regional

Luis Cláudio Krajevski *
Tatiane Thaís Lasta **
Daniel Rodrigo Strelow ***
Diego Boehlke Vargas ****
Ivo Marcos Theis *****

Resumo
O objetivo do artigo é oferecer subsídios para dimensionar a contribuição de Celso Furtado à questão regional. Recorreu-se a algumas de suas obras representativas e estudos de outros autores que tratam da questão regional. Dentre os principais resultados estão que os desequilíbrios regionais em um país periférico, como o Brasil, tendem a se agravar na medida em que avançam as forças produtivas. Demonstrou que o território do país subdesenvolvido tende a se desarticular em regiões funcionais a uma inserção passiva da economia nacional, no sistema de divisão internacional do trabalho. A sua obra contribuiu para elucidar teórica e empiricamente a questão regional brasileira e apontar possibilidades concretas de sua superação.

Palavras-chave: Brasil; Celso Furtado; desenvolvimento regional.

Subsidies to size the contribution of Celso Furtado to the field of regional development

Abstract
The main purpose in this article is to offer subsidies to evaluate the contribution of Celso Furtado to the regional question. We examine some of his most representative works, as well as studies by other authors dealing with regional issues. Among the more important results is that regional disparities in a peripheral country, such as Brazil, tend to worsen with the advancement of the productive forces. Was able to demonstrate that an that the territory of the underdeveloped country tends to disintegrate into functional regions to a passive insertion of the national economy, in the international division of labor system. Celso Furtado's work contributed to elucidate theoretically and empirically the Brazilian regional question, and point out concrete possibilities for overcoming it.

Keywords: Brazil; Celso Furtado; regional development.

JEL Classification: B31; O54; R11

* Economista e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB), professor e pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: luisck@ufpr.br
** Economista e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: tatilasta@gmail.com
** Economista e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: danistrelow@gmail.com
**** Economista e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: vargasdb@gmail.com
***** Economista e Doutor pelo Instituto de Geografia, da Universität Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB), e-mail: theis@furb.br

1 Introdução

Os debates envolvendo interpretações sobre a questão regional brasileira ganharam renovado fôlego nos dois primeiros decênios do século XXI. Todavia, ainda parece recorrer-se pouco ao conhecimento produzido e acumulado pelos próprios intelectuais brasileiros na busca por interpretações do Brasil, aí incluída a "questão regional". Celso Furtado ocupou-se de numerosos aspectos referentes à formação do Brasil, entre eles, o problema das desigualdades regionais e, em consequência, a "questão regional" brasileira. Enquanto economista, diversificou seu olhar sobre o Brasil, indo muito além da ciência econômica *mainstream*. Alertava para os grandes deslizes, "das más abstrações, das generalizações excessivas, sobretudo as feitas pelos economistas com seus modelos entorpecentes e da busca cega para alcançar maiores graus de consistência lógica". Era crítico das abordagens que, distanciadas da realidade, orientavam as políticas públicas, assim prestando "um grande desserviço à nação" (BRANDÃO, 2013, p. 21).

Em suas obras, abarcou temas de grande amplitude, trabalhando com as mais variadas dimensões (histórica, social, política...), fornecendo elementos valiosos para a compreensão da formação espacial e regional brasileira. Sua principal obra, "Formação econômica do Brasil" (FURTADO, 1977 [1959]), na qual faz um rico e profundo diagnóstico do Brasil, é considerada por muitos estudiosos da questão regional o trabalho que inaugura as interpretações e os debates sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Com efeito, "Formação econômica do Brasil" acabaria se firmando como obra de referência no *campo* do desenvolvimento regional, não havendo "qualquer produção sobre a Questão Regional que se equipare à sua produção sobre a economia brasileira. A rigor, [Celso Furtado] percebe a Questão Regional em termos de um diagnóstico" (OLIVEIRA, 1993, p. 44), um diagnóstico tão completo quanto definitivo.

Por isso, deve-se admitir que a *opus magna* de Celso Furtado se coloca ao lado de obras marcantes sobre as interpretações do Brasil, como: "Casa Grande e Senzala", de Gilberto Freyre, "Raízes do Brasil", de Sergio Buarque de Holanda, e "Formação do Brasil Contemporâneo", de Caio Prado Junior. Elas "explicam o Brasil aos brasileiros" (OLIVEIRA, 1983).

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, em 1920, estudou Direito na Universidade do Brasil e doutorou-se na área de economia na Universidade de Paris. Em 1957 foi diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico da recém-criada Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL. Durante este período esteve ao lado do economista argentino Raul Prebisch, participando ativamente da concepção de um enfoque estruturalista da

realidade socioeconômica para a América Latina, visão que dominaria os trabalhos elaborados pela CEPAL.

Cabe não esquecer que Celso Furtado foi criador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, em 1958, e, ainda, o primeiro titular do Ministério do Planejamento, no Brasil, entre 1962 e 1963. Cassado pelo golpe militar de 1964, acabaria vivendo na França, aí tendo sido professor de economia na Sorbonne. Após seu retorno ao Brasil, exerceu a função de ministro da Cultura entre 1986 e 1988 (D'AGUIAR, 2019).

Não é tarefa simples "construir com precisão um painel que propicie uma ideia ou balanço adequados da vasta, abrangente e profunda obra de Celso Furtado" (BRANDÃO, 2013, p. 19). Na verdade, pode-se conceder que inaugurou, involuntariamente, uma autêntica escola de pensamento. Suas ideias vêm influenciando pesquisadores de diferentes vertentes teóricas e posições políticas. A simpatia que despertou tem em mira o grande intelectual, mas também o homem público e de ação, empenhado na transformação social.

Quanto ao intelectual, a despeito da variedade de fontes de que bebeu, reconhecem-se influências que têm origem na economia e nas demais ciências sociais, em especial, na história, de correntes que vão desde o positivismo, passando pelo marxismo, até a sociologia estadunidense e a antropologia cultural. E entre os autores que mais significativamente contribuíram para a construção de seu pensamento, estão Max Weber, Karl Mannheim, John Maynard Keynes, Gunnar Myrdal, Joseph Alois Schumpeter, Raul Prebisch e François Perroux (BRANDÃO, 2013).

Considerado por muitos o principal economista brasileiro, sua obra compreende cerca de trinta livros originais, inúmeros ensaios e conferências, com tradução de alguns de seus livros em até quinze idiomas. Como já afirmado acima, o livro "Formação Econômica do Brasil" é apontado como sua obra de maior destaque. Não apenas por meio dela, seu entendimento sobre a economia e a sociedade brasileira é incontestável. Mas, não menor é o reconhecimento que auferiu em decorrência de seus achados sobre *subdesenvolvimento*, conceito com o qual pode explicar as mazelas do Brasil e dos demais países da América Latina.

O objetivo central deste artigo é oferecer subsídios para dimensionar a contribuição de Celso Furtado à questão regional. Para cumprir este propósito não se recorre apenas às obras do "mestre" nas quais ele desenvolve o tema – o que já se fez em outras oportunidades (ver p. ex. THEIS, 2019) –, mas também aos comentários que a elas têm sido feitos por estudiosos, sobretudo, do *campo* do desenvolvimento regional. Assim, a questão regional brasileira é pinçada de obras de Celso Furtado. Mas, comentadores delas são interlocutores importantes para que se logre aquilatar a contribuição do economista paraibano para o que aqui nos ocupa.

Para cumprir com o objetivo proposto, este artigo está dividido nas seguintes seções: segue a esta introdução uma segunda seção, na qual se discorre, propriamente, sobre a questão regional; uma terceira seção, em que se contextualiza a obra de Celso Furtado e se enfatiza sua relevância para o pensamento econômico/social; uma quarta seção, em que se busca identificar a contribuição de Celso Furtado para o desenvolvimento regional; e, por fim, uma última seção, dedicada às considerações finais.

2 Brevíssima introdução à questão regional brasileira

As preocupações com a problemática dos desequilíbrios regionais estiveram presentes no Brasil desde o século XIX, apesar de esses não terem sido designados de "regionais". É no Nordeste e na Amazônia que apareceram as primeiras inquietações com o "regional". O Império adotaria medidas para o que hoje seriam "regiões-problema". Uma delas foi a criação da Comissão Imperial, que data de 1877. Sua função era analisar tais "regiões-problema" e propor soluções. No Nordeste, enfatizava-se a questão das secas, que assolavam violentamente a região. Já na Amazônia, era o controle do território que demandava maior atenção. É possível "que, por consequência das secas e dos problemas sociais, tenham morrido entre 100 e 200 mil pessoas" (DINIZ, 2009, p. 233; ver tb. CANO, 1998 e OLIVEIRA, 1977) apenas nos decênios finais do século XIX. Contudo, a problemática regional atrairia maior atenção apenas no século XX, sobretudo, a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas.

Vale lembrar que, no plano internacional, no após-Segunda Guerra Mundial, uma série de políticas de reconstrução e voltadas para o desenvolvimento ganharam força. Para amparálas, instituições como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foram criadas. Estudos sobre desenvolvimento econômico, planejamento e desenvolvimento urbano e regional também ganharam relevância. A partir do final dos anos 1940 entraria em cena a CEPAL, que logo passaria a alertar para o crescente abismo entre as nações desenvolvidas e as nações subdesenvolvidas – as primeiras cada vez mais ricas, enquanto as últimas cada vez mais pobres. Atentar-se-ia, daí em diante, para a inserção do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho. É neste contexto que emergiram as inquietações relacionadas à condição de subdesenvolvimento do Brasil (e de outras nações latino-americanas) e as reflexões sobre como superá-la (CANO, 1998). A "corrente" cepalina, com sua teoria centro-periferia, passou a ter grande influência nos debates regionais no Brasil.

Aqui se pode lembrar também que, desde a década de 1920, uma *ciência regional* se ocupava de formular, de uma perspectiva interdisciplinar, uma concepção regionalizada de

organização da sociedade e da economia. Entretanto, o estudo da questão espacial na economia ganharia maior fôlego somente a partir da década de 1950, aí tendo papel de relevo a difusão da teoria dos *pôles de croisssance*, de François Perroux. O problema tratado por Perroux (e por outros estudiosos que também se debruçavam sobre crescimento urbano e regional) dizia respeito à reorganização econômica do espaço francês. Mas, em 1954, o tema instituir-se-ia cientificamente com a criação da *Regional Science Association* – empreendimento bancado por Walter Isard e um grupo de mais de 60 economistas, geógrafos, cientistas políticos, sociólogos e urbanistas. O objetivo principal da *Regional Science Association*, que mais tarde viria se tornar a reconhecida *Regional Science Association International* (RSAI), era promover estudos sobre regiões, utilizando métodos e referenciais teóricos das ciências sociais e desenvolvendo instrumentos específicos à análise regional (BENKO, 1999; ISSERMAN, 2001).

A *teoria dos polos de crescimento* de Perroux serviu de apoio a múltiplos estudos e inspirou numerosas aplicações práticas e políticas econômicas regionais, em diversos países, nas décadas de 1950 e 1960. Tais preocupações levaram à formação, por exemplo, do quadro teórico para a formulação do conceito de desenvolvimento regional. Percebeu-se, que "o crescimento econômico não se verificava em toda parte e simultaneamente; [ele] é pontual e dinâmico e difunde-se em função da estrutura espacial e industrial da região e da armadura urbana" (BENKO, 1999, p. 78). A questão era compreender as diferenças regionais de crescimento e desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que era uma teoria sobre o crescimento das regiões, também era uma teoria da formação das desigualdades no espaço.

Foi exatamente esse cenário do após-Segunda Guerra Mundial que inspiraria Celso Furtado a problematizar o *fenômeno* do subdesenvolvimento e, por conseguinte, a dinâmica das desigualdades e do desenvolvimento desigual entre as regiões; ou seja, a refletir sobre as brechas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e, no interior dos últimos, entre as regiões (DINIZ, 2009).

Os esforços iniciais de Celso Furtado foram no sentido de compreender o Brasil através de sua formação histórico-econômica. Por isso, "Formação Econômica do Brasil" é considerada a mais importante contribuição do economista paraibano para o debate regional (BRANDÃO; GUIMARÃES NETO, 2009). Nela, inventariou com bastante precisão as características das economias regionais ao longo da formação do território, examinando cuidadosamente os ciclos econômicos nas regiões brasileiras: o açúcar no Nordeste; os minérios em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e o café no Sudeste (FURTADO, 1977). Sua produção intelectual posterior levá-lo-ia a conferir especial atenção para o Nordeste, o que conduziria à cocriação da SUDENE.

Parece correto, portanto, considerar a interpretação da formação do Brasil, entre os séculos XVI e XX, em "Formação Econômica do Brasil", como uma estratégia original de identificar as condicionantes e os resultados da dinâmica econômica e demográfica sobre o território; e, por conseguinte, sua *desarticulação em regiões funcionais a uma inserção passiva e subordinada do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho* (THEIS; BUTZKE, 2019). Daí constituir-se "Formação Econômica do Brasil" em obra pioneira sobre o desenvolvimento regional brasileiro (DINIZ, 2009; GUIMARÃES NETO, 2009). A partir dela, como se verá mais à frente, Celso Furtado avançaria suas hipóteses sobre a questão regional, legando capítulos preciosos – aos estudiosos desse *campo* – que contêm uma reflexão potente, um argumento sofisticado que ainda não encontrou paralelo (THEIS, 2019). Aliás, caberia lembrar que:

> No campo intelectual, a Questão Regional sempre foi tratada por nordestinos. Nenhum intelectual de fora do Nordeste ou da Amazônia abalançou-se a temas regionais ou à Questão Regional propriamente dita. Não há erro possível: percorra-se a bibliografia, ou frequente-se qualquer das reuniões das grandes sociedades científicas das áreas humanas e sociais, tais como ANPOCS, ABAS, SBS, SBPC. Nestas, quando se estiver tratando de algum tema regional, haverá apenas nordestinos. No caso amazônico, como a ecologia está em moda, há os *verdes* que são *transamazônicos* em sentido bem irônico e verdadeiro: eles reduzem a Amazônia a uma questão de ecologia. Ironicamente, ninguém menos que Celso Furtado não tem qualquer produção sobre a Questão Regional que se equipare à sua produção sobre a economia brasileira (OLIVEIRA, 1993, p. 44).

Enfim, quando a problemática regional se tornaria materialmente exigente de pensamento, emergiram tentativas de explicar as deformações no espaço socioeconômico, as disparidades inter-regionais. Ver-se-á que Celso Furtado conectaria virtuosamente o subdesenvolvimento de nações periféricas no sistema de divisão internacional do trabalho com as desarticulações internas aos seus respectivos territórios. E aí, como é sabido, a realidade regional brasileira tem se apresentado, desde o momento em que o pequeno reino lusitano tomou Pindorama por colônia até o início de século XXI, fecundíssima para toda sorte de experimentações desastradas e ensaios malsucedidos. Ver-se-á, ainda, que o economista paraibano não apenas tentou explicá-lo, identificando causas e apontando implicações, como, também, empenhou-se, com inigualável denodo, para oferecer alternativas plausíveis no quadro da institucionalidade vigente.

3 A obra de Celso Furtado

Não há lugar a dúvidas quanto à importância da obra de Celso Furtado. Se já se sabe que ele formulou uma teoria do subdesenvolvimento e lançou as bases para uma teorização da questão regional, cabe acrescentar duas outras preocupações com que lidou desde cedo: o Nordeste e o Brasil. Em larga medida, seu empenho em compreender a lógica dos fluxos (socioeconômicos...) no território o conduziu a perceber a condição *periférica* do Nordeste numa nação *periférica* como o Brasil. Sua biografia ajuda a entender a devoção aos brasileiros que sofriam as agruras de um desenvolvimento regional desigual. Mas, atenção: o Nordeste era Brasil. E olhar com atenção para o Nordeste não significava desatentar para o Brasil não-nordestino. Aliás, as conexões básicas que tecera indicavam, precisamente, que o Nordeste se tornara isso que se tornara pelo fato de o Brasil ser isso que era. A preocupação de Celso Furtado com o Brasil não era, todavia, instrumental. Não se tratava de tomar o dado empírico para comprovar a hipótese. Em inúmeras de suas três dezenas de obras ele revela o seu imensurável apreço pelo país onde nasceu. Por isso, e não porque pretendia provar teses, saia à cata de evidências para questões como: Por que o Brasil, um país tão rico, é tão atrasado? Por que o Brasil, um país no qual abundam recursos, não logra suprir as necessidades mais elementares de sua população? Por que o Brasil é atrasado, inclusive se comparado a outros países da América Latina? Essas e outras questões levaram-no a mergulhar na leitura mais crítica da realidade socioeconômica brasileira (SOUSA *et al*., 2020a).

A obra de Celso Furtado contribuiu sobremaneira para demonstrar que a pobreza no Brasil resultava da má distribuição de renda que, por sua vez, decorria de problemas estruturais da economia do país. Neste sentido, aproximava-se do pensamento keynesiano, entendendo que o livre jogo das forças de mercado agravaria os problemas econômicos e sociais, cabendo ao Estado intervir para prover um mínimo de ordem se se quisesse perseguir alguma forma de desenvolvimento. É evidente, por exemplo, que em "Formação Econômica do Brasil" há uma combinação – virtuosa – entre teoria econômica keynesiana e análise histórica. Mas, também em outras oportunidades ele analisou criticamente a dinâmica das estruturas que moldavam o capitalismo brasileiro.

Como dito, Celso Furtado integrou os quadros da CEPAL, tornando-se um de seus principais expoentes. O estudo do subdesenvolvimento dos países da América Latina é uma das principais tarefas a que a equipe de Raul Prebisch se entregou. É daí que brota a relação centro-periferia. E o economista paraibano a absorveria para tratar das questões relacionadas ao subdesenvolvimento brasileiro. Aliás, o rigor de sua análise o levaria a constatar, surpreso, a

existência de desigualdades maiores no Brasil que na Argentina, no México e na Venezuela. Então, ainda bem que o subdesenvolvimento era apenas uma etapa para se chegar logo mais ao desenvolvimento, não é mesmo? Bem, esta é outra descoberta, por assim dizer, que hoje parece tão óbvia a qualquer estudante de economia dos primeiros semestres. Mas, o fato é que Celso Furtado teve que mobilizar evidências e argumentos bem fundamentados para mostrar que as nações desenvolvidas nunca foram subdesenvolvidas. E que o esquema baseado no *take-off* tinha fragilidades insuperáveis. Os advogados do *etapismo rostowiano* viam apenas lógica onde, de fato, havia poder. A relação entre desenvolvidos e subdesenvolvidos se revelava uma relação centro-periferia, portanto, de dominação. Aplicado ao caso brasileiro, tinha-se que os problemas do país eram estruturais. As estruturas de poder existentes favoreciam a reprodução do subdesenvolvimento e, portanto, da concentração do poder e da renda. Para superar a condição de subdesenvolvimento seriam necessárias transformações estruturais (DINIZ, 2009, p. 237). Que também deveriam alcançar a questão regional.

4 Desenvolvimento regional na perspectiva de Celso Furtado

Antes de referir à contribuição teórica de Celso Furtado à questão regional, pode-se lembrar que ele teve destacada atuação enquanto homem público. Nessa condição fez pelo "desenvolvimento regional" brasileiro o que outros homens públicos não fizeram. Tome-se em consideração seus esforços para convencer seus interlocutores – como o então presidente Juscelino Kubitscheck – que as desigualdades existentes entre Sudeste e Nordeste não eram *naturais*, cabendo enfrenta-las com medidas governamentais, com políticas públicas; que as agruras do povo nordestino decorriam de relações de dominação vigentes na região, que beneficiavam suas elites e travavam o seu desenvolvimento; que, fundamentalmente, a seca não era um problema climático, natural, mas relativo à estrutura socioeconômica vigente.

Com essa visão de mundo procurou operar mudanças, nos quadros da institucionalidade existente, visando mitigar as desigualdades socioeconômicas no território. Poder-se-ia listar intenções e resultados em cada momento em que assumiu alguma responsabilidade pública, com destaque para os cargos de Ministro do Planejamento (Governo João Goulart), Ministro da Cultura (Governo José Sarney), Diretor Regional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE (atualmente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES) e primeiro Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da qual foi fundador (SOUSA *et al*., 2020b).

Se sua trajetória enquanto homem público revela sua preocupação com a questão regional, esta adquire um significado especial na sua vasta produção intelectual. Se em alguns de seus textos a sua contribuição pode ser facilmente aquilatada, em outros ela tende a permanecer implícita. Contudo, com o apoio nos estudos de alguns de seus melhores comentadores se verifica uma relação inequívoca entre Celso Furtado e o desenvolvimento regional.

Ao estudar a economia brasileira ao longo da década de 1950, o economista paraibano observava que o Centro-Sul se industrializava e crescia, com destaque para São Paulo. E que as desigualdades desta região para com o Nordeste se esgarçavam. Haveria que estudar melhor o Nordeste para se entender porque não acompanhava a região socioeconomicamente mais dinâmica. Mas, haveria que estudar o Brasil, no interior do qual, afinal, tais desigualdades se manifestavam com crescente virulência. Mostrou que medidas governamentais deveriam considerar sempre o país como um todo, por exemplo, quando se desencadeia uma política de industrialização, o que evitaria a ocorrência de desequilíbrios regionais. Ademais, caberia promover uma descentralização do poder, que permitiria levar ao atendimento das necessidades das populações regionais, aspecto que deveria ser considerado quando da elaboração de um planejamento para o desenvolvimento regional (D'AGUIAR, 2013).

Ao debruçar-se sobre as desigualdades socioeconômicas do Nordeste, Celso Furtado conseguiria, de maneira exemplar, não só descrever a formação socioeconômica daquela região, como também oferecer respostas originais para o seu atraso. Como já indicado acima, adotaria a perspectiva centro-periferia da CEPAL para examinar a relação entre o Centro-Sul e o Nordeste. Essa concepção seria disseminada, posteriormente, servindo de modelo para o estudo e a análise de outras regiões – como, por exemplo, em "Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná" (PADIS, 1981).

A peculiar perspectiva de Celso Furtado sobre o que se designa por desenvolvimento regional deriva, em grande medida, de sua análise do subdesenvolvimento, ou seja, de um desenvolvimento que produz e reproduz desigualdades também em termos geográficos. O Brasil como objeto de estudo privilegiado forneceria material abundante para que pudesse elucidar a problemática regional. Isso já estava suficientemente evidente em sua "Formação Econômica do Brasil", a primeira interpretação sobre desenvolvimento regional brasileiro.

Se, como já foi mencionado, o Nordeste se constituía como a questão regional no Brasil, havia evidentemente que se conhecer seu dinamismo interno, as relações intra-regionais, mas sem olvidar das relações inter-regionais, no âmbito do território brasileiro. O famoso Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) parece limitar-se à órbita

intra-regional. Mas, de fato, constitui evidência eloquente de sua capacidade de articular fatores endógenos com fatores exógenos. Se, em algum momento de sua arguta análise a industrialização assumia a condição de fator central para a promoção do desenvolvimento em escala regional, com os estímulos imprescindíveis do Estado – o que confirma a influência que a teoria keynesiana exerceu sobre o economista paraibano –, em outros ganhariam relevância novas variáveis, indicando não apenas amadurecimento intelectual, mas capacidade de aprendizado com a rica e valorosa experiência de homem público (DINIZ, 2009).

Em termos propriamente teóricos, Celso Furtado chegou a formular uma teoria das estruturas espaciais, na qual ganhariam relevo aspectos pouco tratados em textos histórico-empíricos. Entre suas preocupações estavam desde as desigualdades econômicas até o crucial papel do progresso técnico. Aí propunha examinar as estruturas espaciais com maior eficácia a partir de uma abordagem interdisciplinar, portanto, não devendo a primazia caber à economia. Em termos de desenvolvimento regional, sua formulação permitiria captar a importância das mudanças espaciais a partir do ritmo de crescimento econômico regional, da distribuição das plantas industriais entre diferentes regiões, da proximidade de subsidiárias a plantas-motrizes e das próprias economias de escala resultantes (FURTADO, 1967).

De um ângulo algo distinto, pode-se ver em Celso Furtado um estudioso que reconhecia a problemática regional em períodos mais remotos da formação do Brasil. Por um lado, parece certo, como já se afirmou, que a questão regional afloraria no século XIX. Mas, por outro, também parece certo que somente no após-Segunda Guerra Mundial reconhecer-se-iam suas implicações, de maneira que apenas nesse momento ela ingressaria de forma mais explícita nas pautas do governo federal. Ela tinha um significado no contexto de um país cuja economia assentava na agricultura de exportação, que passaria a ser completamente outro no âmbito de uma nação que se industrializava. Se, antes, o dinamismo decorria da produção e exportação de café, ele passou a deslocar-se paulatinamente para a atividade substitutiva de importações. As desigualdades, em geral, e as disparidades inter-regionais, em específico, eram menores, mas ganhariam contornos assombrosos na medida em que avançavam as forças produtivas. Neste contexto de maior dinamismo impulsionado pela atividade substitutiva de importações, o Nordeste apresentava um quadro mais desfavorável – embora também se viesse a argumentar que os "desequilíbrios regionais" abarcavam todo o território brasileiro (CANO, 2000).

As desigualdades regionais brasileiras são tema recorrente na obra furtadiana. O caso do Nordeste levaria a que o economista paraibano conferisse atenção crescente para a "questão regional" brasileira. Sua percepção, informada pela experiência acumulada na CEPAL, é original, divergindo consideravelmente das concepções prevalecentes no mundo desenvolvido

– como a da *Ciência Regional*. Para Celso Furtado, as desigualdades regionais tenderiam a elevar-se a partir da concentração da industrialização em São Paulo. Esta *descoberta* torná-lo-ia *militante* do desenvolvimento regional. Como é sabido e já se o afirmou acima, após sua saída da CEPAL e seu ingresso no antigo BNDE, Celso Furtado passaria a integrar e participaria ativamente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), o qual daria origem à SUDENE. Sua contribuição ultrapassaria o elenco habitual de medidas pontuais e paliativas até então adotadas. O que proporia era nada menos que a subordinação das ações governamentais e dos investimentos públicos a um planejamento atento às desigualdades regionais (CANO, 2002).

Não obstante sua militância em favor do desenvolvimento regional, sua disposição de – num ambiente de respeito às instituições – apresentar respostas factíveis para os problemas relativos aos desequilíbrios socioeconômicos no território, recorrendo ao planejamento regional, os limites próprios ao contexto periférico no qual buscava se mover acabaram se lhe impondo. Questionou a política de industrialização brasileira do presidente Juscelino Kubitschek porque beneficiava, a olhos vistos, a indústria (de capital estrangeiro) instalada no Sudeste. Argumentava, corretamente, que ela não apenas manteria intactos os já graves desequilíbrios regionais acumulados, mas produziria outros ainda maiores. Como se tem lembrado, sua militância o levaria a elaborar o melhor diagnóstico que se conhece sobre a questão regional brasileira, com a indicação de alternativas concretas e viáveis para o seu enfrentamento. Tudo isso, porém, não freou a tendência – que tão perspicazmente constatou e tão bravamente combateu – à reprodução das desigualdades regionais.

Se se pode admitir que em certos períodos, uns mais longos, outros mais curtos, a referida tendência foi contida, seja pela ação estatal (por exemplo, orientando investimentos), seja por outras circunstâncias, é incontestável que o vaticínio furtadiano permaneceria teimosamente atual: o avanço das forças produtivas, ao invés de mitigar, tende a ampliar as disparidades inter-regionais. E isso fica evidente quando em sua análise assume a perspectiva, também já referida, de combinar a dinâmica interna à região com a totalidade da qual a mesma faz parte. Ao examinar a questão nacional, Celso Furtado constatou que ela não estaria resolvida caso perdurassem desequilíbrios em escala subnacional (ARAÚJO, 2000; BRANDÃO, 2010).

Este *insight* já se insinuava em texto publicado antes de "Formação Econômica do Brasil" vir a público. Com efeito, ele já notara previamente que a questão regional brasileira não poderia ser dissociada do conjunto; as desigualdades socioeconômicas no território não poderiam ser desconectadas da preocupação com a integridade e o desenvolvimento da nação; afinal, o Nordeste fazia parte do Brasil. Aí Celso Furtado formularia um argumento,

amadurecido em publicações posteriores, que tomaria em conta as vicissitudes da regionalização da economia brasileira e a tendência aos desequilíbrios regionais. Seu diagnóstico era de que a economia brasileira não se encontrava, naquela quadra da história, devidamente integrada. Por isso se manifestavam disparidades no seu crescimento, com esgarçamento progressivo no nível de renda entre as regiões (FURTADO, 2012 [1958]). Aí se lhe desvelava uma das regras do capitalismo: o desenvolvimento desigual. Em face desse diagnóstico, e a partir de cuidadoso planejamento, proporia investimentos mais expressivos em regiões mais fragilizadas – que propiciariam efeitos positivos, inclusive para outras regiões – e uma adequada política de colonização para otimizar o emprego da força de trabalho e dos recursos disponíveis. Que suas principais recomendações tenham sido desconsideradas, isso ficaria evidente na permanência dos problemas sobre os quais se debruçou (ARAÚJO; SANTOS, 2009; BRANDÃO; GUIMARÃES NETO, 2009; GUIMARÃES NETO, 2009).

O homem público ético e responsável está indissociavelmente ligado ao estudioso arguto e sério quando se perscruta o aportar de Celso Furtado ao campo do desenvolvimento regional. A síntese que se poderia declinar, revisada sumariamente sua vasta obra, que tem contribuição considerável para decifrar a questão regional brasileira, é de que lhe era impensável examinar a parte desconectada do todo. E aqui poderia ser trazida à superfície, mesmo que rapidamente, a condicionante política: o enfrentamento da problemática regional passava por uma construção cuidadosa que tivesse um projeto nacional como referência inamovível (BRANDÃO, 2010). A boa notícia é que essa lição seria captada por integrantes das novas gerações de estudiosos da questão regional (GUIMARÃES NETO, 2009; SOUSA *et al.*, 2020c). Estas se revelam em uma interessante produção intelectual – em grande parte, vinculada à programas de pós-graduação em desenvolvimento regional – que abarca desde estudos de caráter conjuntural até detalhadas análises das diferenças geográficas, que têm em comum a boa inspiração da obra furtadiana sobre a questão regional brasileira (BRANDÃO; GUIMARÃES NETO, 2009).

5 Considerações finais

Pretendeu-se neste artigo oferecer subsídios para dimensionar a contribuição de Celso Furtado à questão regional. Para lograr este objetivo não se recorreu apenas às suas obras (nas quais desenvolveu o tema), mas também aos comentários que a elas foram feitos por outros estudiosos, sobretudo, daqueles ligados ao *campo* do *regional*.

Um primeiro ponto que cumpre lembrar é que Celso Furtado se ocupou de diversos assuntos. Entre esses está, por exemplo, o do subdesenvolvimento, que do economista paraibano mereceu um grande esforço de teorização. Em termos empíricos, o Brasil e a América Latina ofereceram-lhe matéria-prima abundante, permitindo-lhe comprovar suas hipóteses e refinar sua análise.

Um segundo ponto é que, a despeito de seu ecletismo, acabaria se tornando um "clássico". Ou seja: bastaria "Formação Econômica do Brasil" para se colocá-lo ao lado dos demais grandes intérpretes do chamado *Pensamento Social Brasileiro*, como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Poder-se-ia acrescentar que, com tudo o mais que publicou ao longo de sua prolífica vida, contribuiu para explicar o Brasil, a partir de uma perspectiva brasileira e para os próprios brasileiros – embora não-brasileiros também devessem ter acesso à sua precisa e elegante explicação.

O terceiro ponto, que aqui tem maior significação, é que – contrariando a Francisco de Oliveira (1983, p. 16), para quem "teoricamente, a contribuição de Celso Furtado sobre a *questão regional* não é muito relevante" – consideramos que sua obra tem tido importância crucial para o desvelamento da questão regional brasileira. A começar por "Formação Econômica do Brasil", em que realiza uma impecável interpretação dos ciclos econômicos em face de seus respectivos contextos regionais. Mais tarde, em um conjunto de publicações, ele formularia e amadureceria um argumento sólido para a questão regional e seus desequilíbrios socioeconômicos. Apesar de, muitas vezes, conferir destaque ao caso nordestino, seus estudos permitem traçar paralelos e similitudes com outras regiões brasileiras.

Um quarto ponto ao qual ainda cabe atentar é que, embora tenha, com maior frequência, se limitado a examinar a questão regional como um objeto da economia, é inquestionável sua preocupação com uma totalidade jamais cingida à disciplina que o notabilizou. Celso Furtado não respeitou as fronteiras disciplinares, ocupando-se, em diversas obras, com problemas relativos ao meio ambiente, à cultura e à política, dentre outros. Que tais problemas precisem ser devidamente integrados em uma análise global do desenvolvimento regional, este é um desafio que está posto para os estudiosos do *campo* que tomam a obra furtadiana por referência.

Que chegue o tempo em que as desigualdades regionais sejam, no Brasil e no mundo, coisa do passado. Aí a obra de Celso Furtado ter-se-á tornado mero testemunho de que, em tempos idos, uma certa "questão regional" preocupava os seres humanos, um testemunho, enfim, de que havia para ela não apenas explicação razoável, mas também alternativa possível.

Referências

ARAÚJO, T. B. "A 'questão regional' e a 'questão nordestina'". In: TAVARES, M. C. (Org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2000, p. 71-92.

ARAÚJO, T. B.; SANTOS, V. M. "Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil". In: ARAUJO, T. P.; VIANNA, S. W.; MACAMBIRA, J. (Org.) **50 Anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009, p. 177-200.

BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras: Celta, 1999.

BRANDÃO, C.; GUIMARÃES NETO, L. A Formação Econômica do Brasil e a questão regional. In: COELHO, F. S.; GRANZIERA, R. G. (Org.) **Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação: 1959-2009. São Paulo: Atlas, 2009.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, vol. 5, n. 7, p. 101-115, 2010.

BRANDÃO, C. "Prefácio". In: D'AGUIAR, R. F. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 19-31.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2 ed. Campinas/SP: Unicamp/IE, 1998.

CANO, W. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. C. (Org.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2000, p. 93-120.

CANO, W. **Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

D'AGUIAR, R. F. "Apresentação". In: D'AGUIAR, R. F. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 7-18.

D'AGUIAR, R. F. **Celso Furtado**: diários intermitentes, 1937-2002. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: **Revista Nova Economia**, vol. 19, n. 2, 2009, p. 227-249.

FURTADO, C. Intra-country discontinuities: toward a theory of spatial structures. **Social Science Information**, vol. 6, n. 6, p. 7-16, 1967.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FURTADO, C. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012 [1958].

GUIMARÃES NETO, L. "Itinerário de Celso Furtado até Formação Econômica do Brasil". In: ARAÚJO, T. P.; WERNECK VIANNA, S. T.; MACAMBIRA, J. (Org.) **50 anos de Formação**

Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009, p. 247 – 270.

ISSERMAN, A. "Regional science". In: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. (Org.) **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Oxford: Elsevier, 2001, p. 12.930-12.935.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

OLIVEIRA, F. "A navegação venturosa". In: OLIVEIRA, Francisco de (Org.) **Celso Furtado**: economia. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-27.
OLIVEIRA, F. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**. vol. 7, n. 18, p. 43-63, 1993.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; ALBINO B., J. L. (Org.) **Celso Furtado**: a esperança militante (vol. 1, Interpretações). Campina Grande: EDUEPB, 2020a.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; ALBINO B., J. L. (Org.) **Celso Furtado**: a esperança militante (vol. 2, Depoimentos). Campina Grande: EDUEPB, 2020b.

SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; ALBINO B., J. L. (Org.) **Celso Furtado**: a esperança militante (vol. 3, Desafios). Campina Grande: EDUEPB, 2020c.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, vol. 24, n. 3, p. 334-360, 2019.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Desarrollo regional desigual e inserción internacional subordinada: el caso de Brasil. **DAAPGE**, vol. 19, n. 33, p. 31-50, 2019.

Formação Econômica do Brasil e sua contribuição aos estudos de história econômica comparada

Fábio Farias de Moraes[*]
Alcides Goularti Filho[**]

Resumo

A obra *Formação Econômica do Brasil* (FEB), de Celso Furtado, foi escrita durante a chamada *Era de Ouro* do capitalismo. O jovem intelectual, nessa época, já conhecia desde economias que se tornavam mais sofisticadas à precariedade e rusticidade de economias de países pobres. Em FEB, Furtado desenvolveu parte de suas teses sobre o *subdesenvolvimento* a partir da análise do seu próprio país, examinado desde o período colonial até sua industrialização, de uma perspectiva internacional. O clássico livro é um texto fundamental nos estudos de história econômica, economia e ciências sociais, ainda hoje, por sua profusão de interpretações e essencialidade do seu desenlace. Neste artigo pretendemos abordar uma das principais formas de exposição dos seus argumentos, a comparação de história econômica, entre Brasil e EUA, mas também entre as diversas regiões brasileiras.

Palavras-chave: Celso Furtado; formação econômica; história econômica comparada.

Formação Econômica do Brasil and his contribution to the studies of comparative economic history

Abstract

The work *Formação Econômica do Brasil* (FEB), by Celso Furtado, was written during the so-called *Golden Age* of capitalism. The young intellectual, at that time, already knew from economies that became more sophisticated to the precariousness and rusticity of economies in poor countries. In FEB, Furtado developed part of his theses on underdevelopment, from the analysis of his own country, examined from the colonial period until its industrialization, from an international perspective. The classic book is a fundamental text in the studies of economic history, economics and social sciences, even today, due to its profusion of interpretations and the essentiality of its outcome. In this paper we intend to address one of the main ways of exposing their arguments, the comparison of economic history, between Brazil and the USA, but also between the different Brazilian regions.

Keywords: Celso Furtado; economic formation; comparative economic history.

JEL: B31; N30.

[*] Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e Economista do Centro de Informação e Automação do Estado de Santa Catarina S. A. (CIASC). E-mail: fariasdemoraes@alumni.usp.br

[**] Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor da Universidade do Extremo do Sul Catarinense (UNESC). E-mail: alcides@unesc.net

1 Introdução: breve depoimento e reconhecimento de influência

Este artigo busca apontar um importante elemento da análise que Celso Furtado lança mão na obra *Formação Econômica do Brasil* (FEB), a história econômica comparada. Salta aos olhos em FEB a comparação entre a formação econômica dos Estados Unidos e do Brasil, mas também é possível identificar comparações nas formações econômicas regionais. Isso porque a demonstração das trajetórias divergentes constitui não só um relevante recurso de arguição da abordagem estruturalista, outrossim porque o método comparativo já permeava trabalhos anteriores de Furtado.

Não é raro na historiografia econômica o uso da comparação entre economias de diferentes países a fim de hierarquizá-los por seu grau de desenvolvimento. Economistas e historiadores econômicos por vezes justapõem e classificam, ou seja, comparam países, regiões e trajetórias de desenvolvimento econômico. A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), inclusive, analisa e compara os países latino-americanos desde as décadas de 1950. Assim também o fizeram os dependentistas, os tardios e diversos estudiosos permanecem fazendo.

Furtado também o fez, é verdade, e o fez com maestria. Tamanha foi a vivacidade da obra de Furtado, estamos hoje nos debruçando, uma vez mais, sobre seus escritos a fim de demonstrar um elemento mais, que a muitos pode ter escapado.

É comum entre estudiosos de uma área do conhecimento, especialmente nas ciências sociais, ver-se envolvido no escrutínio de um clássico. E entre estudiosos da economia brasileira a grande maioria, invariavelmente, tem de passar por FEB. Com o objetivo de demonstrar como Furtado usou da história econômica comparada nessa obra, hoje nos colocamos a analisar esse clássico brasileiro.

E é com imenso prazer que voltamos nossos olhos, novamente, a esta importante obra do grande mestre dos historiadores econômicos brasileiros. Prestamos, assim, um tributo não só a um grande intelectual, mas a um intelectual firmemente engajado e comprometido com a transformação social e que dedicou todo seu esforço intelectual a superação da pobreza, da ignorância, da fome, das mazelas do *subdesenvolvimento*.

Muito nos alegra escrever este texto, assim como nos alegrou quando, anos atrás o próprio Furtado agradeceu a homenagem que lhe fizemos ao nomear o centro acadêmico do curso de economia da UNESC com seu nome. Hoje, aquela homenagem já não é mais realidade, pois as forças do obscurantismo não compreendem sua grandeza e a desfizeram.

Alegramo-nos hoje como nos alegramos quando Furtado foi o único economista brasileiro a ser indicado ao Nobel de Economia, em 2003. Ainda recordamos daqueles momentos, Fábio como coordenador do Centro Acadêmico de Economia Celso Furtado, Alcides como coordenador do Curso de Economia da UNESC.

Ainda estávamos naqueles anos profícuos quando, em 2004, deixamos de ter Furtado entre nós. Mas o tempo passou e, ainda que não queiram os conservadores, Furtado permanece como maior referência à economia e a história econômica que esse país já conheceu.

Portanto, em apoio a proposta de homenagem da APEC a esse saudoso mestre aceitamos escrever essas considerações sobre história econômica comparada em FEB. Após uma brevíssima abordagem sobre o estimulante ambiente que Furtado conheceu, na época, tratamos, também brevemente, do estímulo que este exerceu e exerce nas pesquisas e pesquisadores brasileiros. Enfim, chegamos ao ponto central dessa análise, com a sessão 4, em que o método comparativo presente em FEB é evidenciado. Conclui-se com algumas considerações sobre vida e obra do autor, depois de 1959.

2 Situando a obra FEB

O contexto político-ideológico das décadas de 1950 a 1970 no Brasil foi, inegavelmente, de preponderância das concepções industrialistas. É possível interpretá-lo como ponto alto de debates sobre economia brasileira, iniciados em meados do século XIX. Estava em pauta, sobretudo a modernização e o desenvolvimento econômico. As políticas de desenvolvimento industrial eram defendidas em um momento de intensa atividade intelectual e debates envolvendo grandes estudiosos do Brasil, ainda que hegemônico o pensamento econômico desenvolvimentista e amplamente aceito o instrumental de expansão econômica planejada.

Desta forma, Kubitschek, na segunda metade da década de 1950, foi capaz de unir interesses de grupos diversos, de todo o espectro político, cujo cimento que unia tal edifício era o crescimento econômico. O conflito social era posto em segundo plano, pois o crescimento econômico e a expansão da renda, como proposta de governo, seduziam as classes sociais. No governo Kubitschek, a pauta principal era as metas, os investimentos em estradas, energia, indústria automobilística, navegação e construção naval, siderurgia, e muitas outras, como a edificação de uma grande cidade, destinada a nova capital, Brasília. Conforme Lessa (1982), ilustre estudioso também influenciado pelo pensamento de Furtado, esse bloco de investimentos foi conduzido por um tripé capitalista, em que se completam investimentos do capital

estrangeiro, nacional privado e estatal. Sob a coordenação do aparto estatal, dirigindo e formulando as diretrizes para os investimentos privados e suas próprias inversões em infraestrutura, o Plano de Metas é tido como um ponto de inflexão na história econômica brasileira.

Esse período é de bastante entusiasmo e exuberância em várias áreas. A própria cultura torna-se cada vez mais frondosa, com o nascimento da Bossa Nova, do Cinema Novo, do Teatro de Arenas e o avanço do Modernismo. As ciências sociais brasileiras, a exemplo da economia, também produziram teses consagradas como as de Raymundo Faoro sobre patrimonialismo, de Darcy Ribeiro sobre questões etnológicas e de Antônio Candido sobre a literatura brasileira. O Brasil, a despeito de séculos de latifúndio e de um passado escravista não muito distante no tempo, parecia assumir posto de nação civilizada, industrial, tropical e multirracial. Em breves palavras, sobre esse país escrevia Furtado.

O paraibano, de Pombal, na época de FEB, tinha 39 anos, trabalhava, então, na CEPAL, que já tomara lugar de destaque quando o assunto era América Latina. Furtado já havia concluído seu doutorado havia uma década, na Sorbonne, quando estudou a economia colonial brasileira. Transitou, desde a tese até o final da década de 1950, entre uma Europa em reconstrução e depois em rápido crescimento, na era de ouro do capitalismo, e em uma América Latina, especialmente Chile e Brasil, em patamar das forças produtivas muito diverso, ainda que em transformação.

3 A profusão da contribuição de Furtado

Celso Furtado foi o mais importante intelectual do Brasil para o desenvolvimentismo e o economista brasileiro com maior projeção internacional. A análise da extensa obra furtadiana não cabe nesse artigo. Nos contentaremos, portanto com uma afirmação mais geral. Não há sentido único na trajetória intelectual de Furtado. Seu pensamento foi dinâmico o suficiente para vislumbrar suas próprias utopias iniciais, sobretudo, de que a industrialização seria suficiente para superar a condição de subdesenvolvimento capitalista. Suas influências teóricas também se alteraram: de ideias pertinentes à formação acadêmica dentro do direito — com ideais positivistas, a crença na técnica, na ciência neutra, na racionalidade e no sentido do progresso — e baseadas nos clássicos da Formação do Pensamento Social Brasileiro (Caio Prado Jr, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda) à revolução keynesiana e a produção teórica europeia e estadunidense, além da produção teórica cepalina, em que o próprio foi

protagonista. Não assimilou simplesmente correntes teóricas. Pelo contrário, é conhecido pela criatividade de suas formulações.

Sua contribuição esteve centrada nas éreas de História Econômica, Política Econômica e Teoria Econômica. Nesse campo, muitos pensadores foram influenciados por Celso Furtado. Uma das principais vertentes, capitaneada por intelectuais do quilate de Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Wilson Cano, João Manoel Cardoso de Mello e Antônio Barros de Castro, para citar poucos, concentrou-se no debate sobre a industrialização nacional, que, mesmo quando restringida, guiada por um modelo de substituição de importações, numa espécie de desenvolvimento para dentro, criou as condições para a dinamização da acumulação capitalista (CARDOSO DE MELLO, 1988; TAVARES, 1981).

Após a publicação de *FEB*, também é verdade que praticamente todos os autores de textos sobre a economia brasileira tiveram de considerar suas teses sobre subdesenvolvimento. Ganhou espaço no meio acadêmico e político o diagnóstico de havia excessiva dependência da economia brasileira à importação de manufaturados. Seria necessário que, por meio de um processo de *substituição de importações*, fosse reduzida essa dependência. O prognóstico de Furtado, destarte, incluía a elevação da inflação e o agravamento do desequilíbrio externo. (GOULARTI FILHO, 1999; CARDOSO, 2015).

Apesar da expressão da corrente de pensadores desenvolvimentistas de então ainda havia intelectuais neoliberais que repudiavam a intervenção do Estado, condição que os primeiros achavam insubstituível quando analisada atividades econômicas básicas, como transportes, petróleo, siderurgia e energia elétrica. A debilidade do capital nacional e o desinteresse (ou desleixo) do capital privado estrangeiro não deixariam alternativa, conforme desenvolvimentistas, que não fosse existência de um forte "Estado empresário". Tanto o foi, que, mesmo com concepções mais frouxas em relação à intervenção estatal, havia um grupo de pensadores que, conforme Bielschowsky (1996), seriam "desenvolvimentistas do setor público não nacionalistas". Mesmo esses economistas, como no caso de Roberto Campos, a assimilação de teses cepalinas e furtadianas era evidente, ainda que desavisados não o percebam.

Alguns dos economistas dessa ala de Campos exerciam cargos eminentes dentro do governo brasileiro, como no Ministério da Fazenda e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), durante a década de 1950. Foram esses que acabaram por tomar as decisões de política econômica que levavam à industrialização.

Furtado, que em boa parte do tempo estava no exterior, exercia influência por meio da CEPAL e por seus escritos. Escreveu FEB, praticamente toda, em Cambridge, envolvido em debates sobre desenvolvimento, macroeconomia keynesiana e sobre a economia estadunidense,

cercado por grandes personalidades do mundo acadêmico, tais como James E. Meade, Richard Kahn, Joan Robinson, Piero Garegnani, Amartya K. Sem, e Nicholas Kaldor, importante incentivador da obra FEB.

Furtado, então, já acumulava uma sólida formação eclética. Com demonstrações de interesse disciplinar acabou por gerar uma obra interdisciplinar e de grande erudição. Em seus estudos, desde os tempos de Sorbonne até por volta de 1958, as influências dos textos de Henri Pirenne, António Sérgio e dos franceses François Perroux e Maurice Byé, seu orientador no doutorado, além de Charles Morazé, também seu professor no doutorado, entre outros, também merecem destaque. Teria vindo de Byé, inclusive, a exigência de que Furtado comparasse a economia açucareira às Antilhas, em sua tese (PAULA, 2015). Como bem destaca SAES (2020), é perceptível a continuidade do trabalho iniciado com a tese de doutorado de Furtado, restrita a análise do período colonial, em FEB.

Furtado também teria se deparado, em fins da década de 1940, com o método comparativo, ao analisar as categorias de sistemas de colonização de Paul Leroy-Beaulieu, como também o havia feito Caio Prado Júnior. Importante frisar que, entre autores brasileiros, sem nos alongar, Caio Prado Júnior, cujo *sentido da colonização*, foi claramente assimilado em FEB, além da preocupação constante em ligar a formação econômica brasileira às transformações da economia mundial. Seria, assim, uma importante influência, em que pese sua omissão bibliográfica na obra de 1958. Outra influência seria de Roberto Simonsen, com a precursora obra História econômica do Brasil, de 1937. Gilberto Freyre também exerceu influência naquela fase de doutoramento, ainda que não tenha sido por suas conclusões (SAES, 2020).

Com esses elementos, Furtado supera a interpretação tradicional da economia, anistorica, e entrelaça história e teoria econômica de forma coesa e elegante. Teoria economia e história economia deixam de ser sobreposições para serem tratadas como elementos de um método dinâmico. Furtado utiliza da diferenciação, em oposição a homogeneização neoclássica, não só de processos históricos, mas também geográficos.

Com isso, logrou sistematizar o quadro analítico estruturalista, dando inteligibilidade à proposta cepalina. A comparação era essencial para demonstrar a distinção entre a evolução histórica dos países subdesenvolvidos e o mundo desenvolvido (BIELSCHOWSKY, 1996).

4 A obra *Formação Econômica do Brasil* e sua história econômica comparada

FEB, como o texto clássico que é, não poderia deixar de levar a inúmeras interpretações. A nossa é de que Furtado não projetava no passado o atraso econômico que via no presente. Não fosse assim não teria considerado a empresa agrícola, fundada pela Coroa Portuguesa a fim de demarcar território nas novas terras em vias de contestação pelas nações europeias alijadas da América, "parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu" (FURTADO, 1991. p. 8).

Furtado dá centralidade ao êxito da empresa agrícola americana, que considera:

> (...) a razão de ser da continuidade da presença dos portugueses em uma grande extensão das terras americanas. No século seguinte, quando se modifica a relação de forças na Europa com o predomínio das nações excluídas da América pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal já havia avançado enormemente na ocupação efetiva da parte que lhe coubera. (FURTADO, 1991. p. 12).

Para tanto a colônia portuguesa logrou, em seu entendimento, a resolução dos principais problemas econômicos (técnica de produção, criação de mercado, financiamento, mão-de-obra) relativos a grande empresa agrícola. O empenho do governo português em conservar suas possessões na América, nutrido também pela esperança de encontrar ouro, só pôde se sustentar pelos seus resultados, que amenizavam o fardo nas finanças do “pequeno reino”. O êxito português, todavia, não se explica isoladamente, decorre, pelo contrário de movimentos internacionais, ao que a história econômica comparada é o recurso central da exposição.

Em seguida vem, então, o primeiro exercício de história econômica comparada, quando Furtado busca a razão do insucesso espanhol, que acabava por abrir espaço ao sucesso português em sua colonização agrícola do Brasil[1]. Os espanhóis, em que pese sua decadência econômica, por se concentrarem na extração de metais preciosos, impondo um esquema de monopólio de transportes, com as frotas de Sevilla, e pelo fomento à autossuficiência com a rústica produção de suas colônias, deixaram de dominar o mercado de produtos tropicais. Foram, assim, incapazes de catalisar transformações econômicas em suas colônias. Por isso Furtado conclui que "um dos fatores do êxito da empresa colonizadora agrícola portuguesa [na América] foi a decadência mesma da economia espanhola, a qual se deveu principalmente à descoberta precoce dos metais preciosos" (FURTADO, 1991. p. 15).

[1] Ainda que anacronicamente, chamaremos de Brasil as possessões portuguesas na América, para simplificar a exposição.

O livro inteiro é mesmo repleto de história comparada e situação do Brasil (ou do território correspondente) no plano internacional. Como bem afirmou o próprio autor, identificando o que sua obra trazia de novo ao debate da história econômica do Brasil, "A novidade estava em captar o evolver histórico no quadro de relações estruturais a começar pelas internacionais. O importante foi observar o Brasil, desde os seus primórdios, como ator relevante na cena econômica mundial" (FURTADO, 1998, p.16).

Nessa toada, Furtado aborda a causa da decadência da indústria açucareira portuguesa no Brasil como consequência direta de fatores exógenos, como a União Ibérica. Em meio ao conflito da Espanha com a Holanda, abriram-se brechas para a ocupação holandesa no nordeste brasileiro por um quarto de século. Esta seria a causa da perda do monopólio sobre a produção açucareira, pois assimilados seriam os métodos e técnicas do processo produtivo pelos invasores. Uma vez expulsos, os holandeses trataram de replicar a indústria açucareira no Caribe. Já Portugal, recuperado seu território em 1640, amargaria a decadência de sua empresa agrícola, com redução substancial do preço e do volume exportado do açúcar e a diminuição proporcional da renda real açucareira. A colônia nem ao menos pode se beneficiar da desvalorização da moeda causada pela crise, pois o monopólio da metrópole retinha algum benefício da depreciação.

Em seguida temos a primeira comparação com a América do Norte. O capítulo V de FEB, *As colônias de povoamento do hemisfério norte*, é o elemento de contraste que Furtado apresenta na primeira parte do livro para reforçar sua reflexão sobre as colônias ibéricas. Para o autor, dando uma conexão aos capítulos anteriores, essa análise se faz necessária, uma vez que "o principal acontecimento da história americana no século XVII foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais" (FURTADO, 1991. p. 19).

Isto posto, Furtado se encarrega de demonstrar sua origem. Uma vez mais teria sido a decadência espanhola, também militar, que liberava espaço à ascensão de Holanda, França e Inglaterra. Os objetivos político-militares das novas potências determinaram as principais diferenças em relação às colônias portuguesas e espanholas na América. A pequena propriedade foi um traço marcante, pois buscava-se, ao colonizar ilhas caribenhas, a densidade populacional que permitisse incursões contra o rico domínio espanhol.

Os assaltos de piratas e milícias às principais cidades portuárias das colônias espanholas no século XVII seria responsável pelas fortificações e cidades muradas ainda hoje presentes em alguns países latino-americanos, tal como Cartagena de Índias, na Colômbia.

Diferente das colônias ibéricas, a principal fonte do contingente humano deslocado às colônias do hemisfério norte seria a população daquelas mesmas potências. A exemplo disso, Furtado destaca a relativa facilidade com que a Inglaterra utilizou de emigrantes das ilhas britânicas para povoar suas colônias, tanto da Nova Inglaterra como na Antilhas. Essa disponibilidade de pessoas, dispostas ao duro translado e às condições de trabalho oferecidas, era consequência de movimentos internos, como o êxodo rural causado pelos cercamentos e as perseguições religiosas e políticas nas ilhas britânicas. Ou seja, outro traço bastante diferente da constante escassez de mão de obra vivida por portugueses e espanhóis.

Essa colonização, promovida por Inglaterra e França, principalmente, em boa medida, também era tratada como negócio, já que as companhias de colonização lucravam com os assentamentos, em que pese os elevados custos de transporte e a dificuldade inicial em acertar os produtos agrícolas que forneceriam lucratividade e que fossem compatíveis com o minifúndio. Chegou-se, todavia, com a produção de algodão, anil, café e fumo, adequados ao clima das Antilhas, a resultados duplamente satisfatórios, para a lucratividade das companhias colonizadoras e para a formação das milícias das potências expansionistas. Essa condição reforçava o recrutamento de mão de obra, que chegou a usar prisioneiros e, assim como portugueses a africanos, a promover sequestros de europeus.

O capítulo VI, *Consequências da penetração do açúcar nas Antilhas*, conclui a comparação na primeira parte do livro. Vê-se, por exemplo, que a prevalência do minifúndio não permaneceu em todas as colônias do hemisfério norte. Na Virgínia bem como nas Antilhas, as dificuldades para o abastecimento de mão de obra europeia levavam, pelo interesse frio das companhias interessadas no comércio das colônias, a introdução do trabalho de escravos africanos. Ao passo em que os preços internacionais de produtos tropicais eram reduzidos, punha-se em xeque a viabilidade da pequena propriedade, a essa época, já sofrendo com a concorrência de grandes plantações escravistas. Modificava-se, assim, esse aspecto da colonização antilhana, trazendo um grande impacto para o Brasil e seu monopólio do açúcar.

A produção de açúcar era incompatível com a pequena propriedade, e não despertava grande interesse. Todavia, somava-se a modificação do perfil fundiário das colônias antilhanas a necessidade de realocação de capitais e recursos de holandeses expulsos dos do nordeste brasileiro, por volta da metade do século XVII. Os holandeses se viram mais interessados em fornecer serviços técnicos, equipamentos e crédito para novos produtores de açúcar, do que produzir diretamente. Esses últimos se candidataram por todas as partes nas Antilhas francesas e inglesas, seja pelos problemas de acesso à metrópole ou mesmo pelas dificuldades em que passavam as mercadorias tradicionais.

Por esse motivo, nas Antilhas, cujo clima era propício e a proximidade ao mercado europeu era maior, em pouco tempo surgiu uma potência na produção de açúcar, quebrando o monopólio brasileiro e transformando aquelas ilhas, a despeito de tentativas de manutenção do perfil de colonização pelo governo francês, por exemplo. Furtado lembra das tentativas de Colbert de, até mesmo, implantação de manufaturas, medida completamente contrária às políticas coloniais, para tentar manter o caráter de colonização de povoamento na Martinica e outras colônias francesas das Antilhas.

Por outro lado, o crescimento da economia açucareira nas Antilhas favorecia as colônias de povoamento inglesas mais ao norte, à medida que essas colônias, mantidas suas características de colônia de povoamento, integravam-se a economia açucareira antilhana, fornecendo a esta, alimentos, animais de tração, madeira e até mesmo embarcações. Os estímulos percebidos pela integração eram sentidos, portanto, não só na produção agrícola, mas também manufatureira, como no caso da construção naval e na destilação derivada da cana recebida da região caribenha. Nesse período, que abrange a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, houve a absorção pelas colônias inglesas, hoje EUA, de correntes de migrantes de origem europeia que afluíram das Antilhas, levando algum capital, inclusive. Essa excitação econômica do norte dos EUA levou ao seu desenvolvimento em um modelo que hoje chamaríamos de sustentável, pois com baixa concentração de renda e da terra, razoável autossuficiência e baixa vulnerabilidade às oscilações da economia Internacional. Essas condições eram diversas das colônias ao sul, que empregam trabalho escravo, em latifúndios e que importavam quase tudo.

Assim Furtado resume essa questão:

> (...) surgia uma economia similar à da Europa contemporânea, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Uma economia deste tipo estava em flagrante contradição com princípios da política colonial e somente graças a um conjunto de circunstâncias favoráveis pôde desenvolver-se. (FURTADO, 1991. p. 29).

As circunstancias favoráveis a Nova Inglaterra a que se refere Furtado seriam a brecha para penetração nos prósperos mercados das ilhas antilhanas, causada pelo período de guerra civil na Inglaterra, no século XVII; a exclusão dos holandeses do comércio das colônias, pela legislação naval protecionista do último quartel desse mesmo século, que favorecia tanto as exportações como a própria indústria naval da colônia inglesa, e; o prolongado período de guerras entre Inglaterra e França, que deixava espaço no abastecimento das Antilhas (inglesas e também francesas).

Enquanto a escravidão se adequava a economia açucareira, a expansão das colônias de povoamento se fazia com mão-de-obra semi servil de migrantes que continuavam a chegar da Europa. Para aprofundar as diferenças, os dois sistemas geravam grupos sociais dominantes completamente diferentes. Enquanto as colônias do norte tinham grupos dominantes profundamente comprometidos com os interesses internos, centralizados em Boston e Nova York e, por isso, em constante conflito com a metrópole (situação que vai cada vez mais sendo acirrada), ao sul as elites atrelavam-se a interesses metropolitanos dos grupos financeiros e comerciais que dirigiam as colônias como negócios além mar. Essa diferença é causa e consequência das rotas diferentes de desenvolvimento econômico dos dois tipos de colonização.

Ao tratar do encerramento da etapa colonial, Furtado novamente trata das imbricadas relações do reino português no sistema de poder internacional, desde a metade do século XVII. Isso porque a potência, então empobrecida pela desorganização de sua economia açucareira, asfixiada por Espanha, que insistia em não reconhecer sua independência, e pela concorrência na colônia americana com Holanda, foi levada a subordinar-se a Inglaterra (não sem este país exercesse pressão militar) em busca de apoio e proteção militar. Assim, entre 1642 e 1661, foram celebrados acordos que garantiam a Inglaterra vantagens comerciais nas possessões portuguesas e permitiam a Portugal a garantia de sua manutenção como grande potência colonial.

Por outro lado, desenvolvia-se a produção aurífera em Minas Gerais, que chegava com grande importância na virada do século XIII. Naquele momento, por seu turno, a Inglaterra já exercia tamanho controle sobre Portugal, que logrou se beneficiar da maior parte do impulso dinâmico gerado pela produção de ouro no Brasil. Com os acordos firmados em 1703, Portugal renunciava às políticas de desenvolvimento manufatureiro, ensaiada no último quartel do século anterior, mas, uma vez mais, consolidava sua posição na América, afastando as pretensões de França na foz do Amazonas e entrando em acordo (não por muito tempo) com a Espanha sobre as terras da porção sul da colônia.

Nesse contexto o chamado ciclo do ouro é caracterizado por uma integração, no plano internacional, da economia mineira brasileira a forte expansão da manufatura e das finanças da Inglaterra, graças a concentração de reservas. A economia do Brasil se beneficiava com a expansão demográfica e Portugal assumia papel secundário no esquema, dependente da Inglaterra. Quando o ciclo do ouro no Brasil entra em decadência, no último quartel do século XVIII, a Inglaterra já entrara em sua revolução industrial. Abria-se uma nova fase de desenvolvimento daquela potência que não mais se enquadravam as políticas protecionistas de

outrora. O que Portugal tinha a oferecer em troca, por sua relação com a Inglaterra, calculou-se demasiado pouco para a manutenção das vantagens comerciais que esse reino desfrutava com a Inglaterra.

As vantagens que a Inglaterra tinha em relação a Portugal, todavia, transferiram-se a sua colônia, quando da mudança da sede da Coroa. E essa tutela inglesa permaneceu mesmo após a Independência do Brasil, em 1822. É bem verdade que a Inglaterra operou nos bastidores do processo, interessada em que não fosse reconhecido ato de agressão da colônia em relação ao reino de Portugal, caso em que a Inglaterra deveria intervir militarmente, conforme acordos de proteção com os portugueses. Com isso, ingleses priorizavam a manutenção dos privilégios que dispunham com o governo brasileiro, àquela altura oferecendo mais vantagens do que Portugal. Pelo acordo de 1827, Inglaterra firmava essas vantagens, como a tarifa de 15% ad valorem para as importações brasileiras provenientes do país anglo-saxão, reduzida em relação aos 24% cobrados dos demais. Mais tarde, como forma de retirar a diferenciação à Inglaterra a tarifa foi reduzida aos demais parceiros comerciais.

O Brasil conseguiu se desvencilhar dos problemas econômicos gerados em tais circunstâncias (como a estagnação das receitas do governo central) em 1842, devido a sua aproximação com os EUA, já como seu maior importador, de modo a resistir às pressões inglesas. Por isso "O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado" (FURTADO, 1991. p. 38).

Ainda assim, a estrutura econômica permanecia baseado no escravismo e na grande propriedade rural. A produção de café, somente na segunda metade do século XIX, seria elemento transformador do sistema econômico nacional. Concluir-se-ia, definitivamente, para Furtado, a etapa colonial da economia brasileira com o surgimento dos elementos de um sistema econômico autônomo, portanto, somente com a crise da economia cafeeira.

A precisão com que Furtado selecionava os temas para tratar do desenvolvimento de outras economias torna os capítulos de história comparada indispensáveis a linha de raciocínio principal, que era explanar a evolução histórica da economia brasileira. O livro é impregnado de história econômica comparada.

Furtado compara não só a economia açucareira nordestina com a das Antilhas, como também as colônias de São Vicente com a Nova Inglaterra, pois coexistiram e se integravam ao sistema de economia açucareiro em cada hemisfério. Interessara-se Furtado, no intento de explicar a projeção da economia açucareira, mais pelas diferenças entre as duas colônias de povoamento do que por suas semelhanças. E, entre as diferenças, destacava a especialização sertanista dos vicentistas, em oposição às atividades litorâneas da colônia Nova Inglaterra,

muito por conta de suas condições divergentes para atração de mão de obra e pela condição geográfica, sobretudo a extensão de terras contíguas (FURTADO, 1991. p. 55).

Em que pese ser mais comum as referências sobre a comparação entre a economia do Brasil e dos EUA, a obra FEB estabelece alguns paralelos e diferenciações entre os próprios sistemas econômicos regionais do Brasil e seus centros. É o que se vê em vários trechos e, de forma sintética, na seguinte passagem da quarta parte do livro:

> Observada em conjunto, a economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em tomo de dois polos principais as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina. Articulado ao núcleo mineiro estava o hinterland pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia-distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens. No Norte estavam os dois centros autônomos do Maranhão e do Pará. Este último vivia exclusivamente da economia extrativa florestal organizada pelos jesuítas com base na exploração da mão-de-obra indígena. O sistema jesuítico, cuja produtividade aparentemente chegou a ser elevada, mas sobre o qual não se dispõe de muitas informações - a Ordem não pagava impostos nem publicava estatísticas - entrou em decadência com a perseguição que sofreu na época de Pombal. O Maranhão, se bem constituísse um sistema autônomo, articulava-se com a região açucareira através da periferia pecuária. Desta forma, apenas o Pará existia como um núcleo totalmente isolado. Os três principais centros econômicos - a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão - se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso hinterland pecuário. (FURTADO, 1991. p. 90)

No centro das preocupações estavam, por exemplo, a origem da mão da obra, a articulação às outras regiões e mercados, a produtividade e o fluxo da renda. Isso porque o autor, além de estar em plena influência da síntese neoclássica, busca compreender a história econômica brasileira também nos termos da teoria keynesiana.

Ainda que a comparação regional esteja em praticamente todo o livro, sua quarta parte é especialmente rica desse tipo de exercício. Assim o é em extensas passagens no capítulo sobre a *Gestação da Economia Cafeeira*, onde Furtado compara a formação das classes dirigentes nas economias açucareiras e cafeeira, traçando um preciso perfil dos tipos sociológicos, e nos 3 capítulos reservados a análise de *O Problema da Mão de Obra* e nos seguintes, analisando fluxos migratórios, crescimento da população e da renda das grandes regiões brasileiras.

Outro capítulo de grande valor para a história econômica comparada seria *Confronto com o desenvolvimento dos EUA*, capítulo XVIII de FEB. Ao comparar a evolução da economia brasileira à economia estadunidense, Furado busca algo mais que uma diferenciação rasa. Considera o autor de FEB que é verdadeira a análise que imputa às trajetórias diferentes causas

na expertise técnica, na ideologia e condução da política econômica e na capacidade de acumulação de capital, mas considera que a explicação pautada nesses traços não é bastante.

No capítulo XVIII, Furtado busca, essencialmente responder à questão: "por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida?" (FURTADO, 1991. p. 100).

Antes de mais nada, ao leitor atento, essa curta passagem já demonstra que mesmo ao debate sobre a origem do subdesenvolvimento brasileiro, o texto permite leituras diferentes. Enquanto há quem diga que Furtado projeta sua percepção presente do atraso da economia brasileira à todo o passado, desde a colônia, também é possível entender que essa hipostasia não existe e que, é a primeira metade do século XIX o ponto de inflexão, em cuja afirmação de uma classe dirigente, latifundiária e antissocial definiu a história posterior. Em comparação, desenrolava-se nos EUA um sistema econômico fundado na pequena propriedade fundiária e no poder de grandes comerciantes urbanos.

Eram representativas as concepções econômicas dos mentores de dirigentes de cada país. Enquanto, nos EUA, figuras como Alexandre Hamilton implementaram políticas de estímulo direto ao setor industrial, no Brasil, as mesmas bases teóricas smithnianas levavam o Visconde de Cairu a uma defesa ferrenha do *laissez faire*.

Daquelas diferenças sociais fundamentais também decorria a discrepância em relação a difusão de conhecimento técnico de manufaturas, haja vista que o bloqueio da metrópole ao desenvolvimento de atividades manufatureiras nas colônias inglesas era muito mais frouxo e, em alguns casos, mesmo fruto de incentivo. As manufaturas no Brasil foram tolhidas completamente pela política econômica portuguesa, desde o último quartel do século XVIII. A uma, pela coerção expressa como no caso no ato do governo português; a duas, pela renúncia lusitana (numa política de submissão à Inglaterra) de desenvolver sua própria manufatura, o que poderia ter qualificado a mão de obra que emigrou ao Brasil do domínio de técnicas produtivas de atividades urbanas.

Por sua vez, dado o desenvolvimento inicial de manufaturas, especialmente na produção de ferro e, ainda mais, na construção naval, as circunstâncias da Guerra de Independência dos EUA e, posteriormente, das guerras napoleônicas estimularam enormemente a produção interna, com efeito, houve forte acumulação de capital.

Todavia, a razão maior para o extraordinário desenvolvimento dos EUA, no século XIX tem ainda outro mote, a integração da economia americana à própria revolução industrial pela enorme exportação de algodão, chegando a representar mais da metade do total exportado por

aquele país. Isso porque, além do fluxo de renda, a produção algodoeira incorporava grandes extensões de terras, em um movimento de interiorização, e a abertura de importantes fluxos migratórios de mão de obra europeia, em moldes semelhantes ao que o café causava no Brasil, só que divergente em inúmeros outros aspectos. Ao concluir o capítulo fica nítido o peso que Furtado atribui a política econômica quando afirma: "Isto foi possível graças à política financeira do Estado, concebida por Hamilton, e à ação pioneira do governo central primeiro e estaduais depois na construção de uma infraestrutura econômica e no fomento direto de atividades básicas" (FURTADO, 1991. p. 105).

Por fim, resta ressaltar que nos capítulos finais transparece a preocupação de Furtado em ancorar sua análise em uma ampla base de dados, muitos dos quais elaborados pela própria CEPAL, que, sem sombra de dúvida já o intrigavam. Levando-se em conta que FEB tem, portanto, pilares na história econômica, na teoria econômica e na estatística, não é exagero considera-la como uma legítima obra de *análise econômica*, tal como a definição de análise econômica de Schumpeter (1964), de 1954.

A comparação regional parece ceder lugar a visão geral, ou a uma interpretação de unidade em torno do processo de industrialização em curso e ao desenvolvimento do mercado interno. Mesmo no último capítulo, quando ressurge alguma comparação regional, e também internacional, os mercados regionais são ressaltados em suas articulações. Portanto, mesmo a quase ausência da história econômica comparada, em um livro como Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado, deve instigar múltiplas interpretação, como é de se esperar de um grande clássico.

5 Considerações finais

No início da década de 1960, durante um período conturbado e de crise política e econômica no Brasil, Furtado escreveu *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), completando e amarrando a categoria do *subdesenvolvimento*. Em fins da década de 1950 e início dos anos 1960, em que pese ter se desenrolado um grande impulso econômico e tecnológico, as rápidas alterações na matriz econômica repunham com mais força a pressão inflacionária.

Para os cepalinos, o próprio processo de industrialização, observado nas décadas anteriores, em boa medida espontâneo, levava ao agravamento de situações de desequilíbrio, cuja inflação era emblemática. Nos países desenvolvidos havia uma baixa elasticidade-renda para os produtos primários, com baixo crescimento da demanda, que, por sua vez, levava a

restrições na capacidade de importação numa economia ainda dependente desse tipo de exportação. A configuração do meio rural limitava a oferta de alimentos e o sistema tributário inadequado restringia o fornecimento dos serviços públicos demandados pelo setor urbano-industrial em expansão, encetando uma série de problemas das economias periféricas.

Por isso, a espontaneidade do processo de industrialização não poderia responder a resolução daqueles problemas, só as políticas de transformação estrutural, industrialização integral e reformas agrária e tributária o fariam. De outro mote, políticas monetárias restritivas deveriam ser evitadas, uma vez que não solucionariam o problema da inflação e ainda implicariam em estagnação.

A *substituição de importações* era mecanismo por quê se desenvolvia a indústria, decorrente da interação dinâmica da economia periférica, com seus problemas e com seu déficit crônico na conta corrente, diante do impulso industrializante. Sem controle, a *substituição de importações* tendia mesmo a agravar o desequilíbrio externo, pois repunha a incompatibilidade entre as divisas geradas pelas exportações e as necessidades de importações em maior magnitude, agora de bens intermediários e de capital. Assim entende, também, Aldo Ferrer (2004). Para o autor argentino, que se manifesta adepto do método de exposição de Furtado, as importações não são reduzidas no processo de *substituição de importações*. Isso poderia se esperar por uma leitura superficial do que seria tal processo de "substituir" importações por mercadorias produzidas no mercado doméstico. Como também expõe Tavares (1981), a *substituição de importações* nada tem a ver com a direção da economia para uma condição de autarcia, porque os ganhos na renda, a ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial se convertem em estímulos à novas importações, tanto para a formação do capital industrial e seu funcionamento como para o abastecimento das massas urbanas. Portanto, o desequilíbrio patente só poderia ser equacionado em fase avançada de substituição de importações, fase em que se processaria nos bens de capital e intermediários. Por isso a opção de intensificá-la e direcioná-la.

Furtado e a CEPAL enxergavam escassez de poupança de um lado e esses desequilíbrios de outro, derivando que haveria de ser feita a seleção das atividades prioritárias para serem desenvolvidas. Os hábitos de consumo da burguesia nascente, que Furtado também destacava, quando chamava atenção ao mimetismo, agravavam ainda mais a "insuficiência de poupança" de um lado e o desequilíbrio das transações correntes de outro.

Portanto, o planejamento seria a mecânica possível. E o protecionismo se justificava porque muitas indústrias criadas na periferia deveriam operar com custos superiores aos dos

concorrentes externos, para que houvesse absorção da mão-de-obra cujo emprego no setor exportador era danoso, já que implicavam em piora nos termos de intercâmbio.

Anos mais tarde, para entender como o subdesenvolvimento se perpetuou apesar da industrialização, Furtado (1974) atrela o movimento da economia brasileira pós-segunda guerra à intervenção estatal, no quadro do processo de substituição de importações, por meio de endividamento, que permitiu a manutenção de subsídios e a execução de grandes obras públicas.

A industrialização pesada, todavia, já não se mostrava suficiente para o fim da condição de subdesenvolvimento. A miséria e o atraso rural não haviam sido superados, já que o modelo de modernização adotado na economia brasileira fora conservador. A tão almejada industrialização já se caracterizava como um novo "ciclo econômico", tal como os anteriores, sem acarretar o desenvolvimento pretendido. Mesmo o Plano de Metas, que significou um pacto social, por exemplo, não alterava a consciência das elites, condição para mudança de rumo do país. O avanço econômico efêmero não poderia levar à superação do subdesenvolvimento. A concentração de renda não havia sido revertida. Pelo contrário, ampliou-a em favor da elite. A massa assalariada percebeu benefício limitado dos ganhos de produtividade. Portanto, o subdesenvolvimento era característico de um comportamento elitista, mecanismo de dependência econômica e cultural. Furtado se deparava com os limites da industrialização como mecanismo de desenvolvimento (FURTADO, 1983). Havia um erro teórico nas teses do intelectual, o de separar política e economia. Entretanto, o contexto da elaboração das teses do subdesenvolvimento não permitia a todos perceber os interesses díspares da sociedade brasileira. Isso seria mais evidente, todavia, por volta de meados da década de 1960.

Após a frutífera passagem pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Ministério do Planejamento, no Governo João Goulart, Furtado esteve no centro de um amplo programa de reformas, contidas no Plano Trienal. Tratava-se de um projeto de reformas capitalistas, urbana e agrária. Contudo, os setores conservadores interpretaram como um alinhamento socialista, uma vez que, pelo conteúdo humanista, as reformas receberam o apoio de amplos setores de esquerda.

A reforma agrária (ainda que fosse apenas levar os direitos trabalhistas ao campo), especificamente, era vista como uma política comunista. Por isso, é considerada mesmo como o estopim para a instalação do golpe de militar em 1964. As elites e da classe média brasileira, descontentes há tempos com governos com apelo popular, deram suporte a ditadura civil-militar que se seguiu por 21 anos. Seria o fim de qualquer tentativa de superação da condição de pobreza e subdesenvolvimento brasileiro.

Alijado o espectro comunista, o Governo Castelo Branco fez uma reforma fiscal, criação do Banco Central, de controle cambial e a reforma do sistema financeiro, medidas até mesmo previstas no Plano Trienal. A expansão da riqueza se fazia ainda com intervenções do Estado, mas, por outro lado, o uso da violência garantia o achatamento da massa salarial.

Desde 1963, Furtado foi um dos primeiros perseguidos pela ditadura civil-militar brasileira. Foi cassado em 1964, quando foi exilado, no Chile, depois EUA, França e Inglaterra. Nesses países, desempenhou uma intensa atividade intelectual, lecionando em algumas das suas mais notáveis universidades e produzindo grandes obras da literatura econômica. Seu interesse permanecia, sobretudo, na América Latina e no Brasil, para onde retornaria com o processo de reabertura democrática.

Na década de 1980, os debates econômicos haviam mudado seu foco. O mestre, no auge da sua maturidade intelectual, parecia se preocupar com novas faces da dependência, como a dívida externa deixada pelos governos militares, mas também com a cultura e com as opções políticas que definiam os rumos do país.

Na década de 1990 e até no início dos anos 2000, Furtado ainda produz grandes textos, obras sínteses, textos autobiográficos, proferiu palestras e produziu vários artigos. Todavia, a título de considerações finais deste artigo, não nos cabe tecer mais sobre todo esse período. O leitor encontrará, com os demais textos desta edição da Revista Catarinense de Economia, relevantes interpretações do mais destacado economista brasileiro. Assim como, o artigo que lhe apresentamos, esta edição deve servir, sobretudo, como um convite honesto à leitura e ao estudo da obra de Celso Furtado.

Referências

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARDOSO, J. L. Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. **Análise Social**, 214, I. (1º), 2015. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_214_a02.pdf. Acesso em 19 out. 2020.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. [1ª ed. 1970].

FERRER, A. **La economía argentina**. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Buenos Aires Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. [1ª ed. de 1967].

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

GOULARTI FILHO, A. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. **Revista de Economia**, Curitiba, n. 23, p. 123-137, 1999.

GUNDER FRANK, A. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, Nova York, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 173 p.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis-RJ: Vozes. 1990.

PAULA, J. A. Celso Furtado, a história e a historiografia. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, pp.144-165, jul.-dez. 2015.

SAES, A. M. Celso Furtado, 100 Anos: Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII (1948). **Economia & História**: especial Celso Furtado. p. 55-63. Maio de 2020.

SCHUMPETER, J. **História da análise econômica**. Rio de Janeiro, Fundo da Cultura, 1964. v. 1.

SIMONSEN, M. H.; CAMPOS, R. **A nova economia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini

Silvio A. F. Cario *
Márcio G. Gomes **
Eduardo S. Sigaúque ***

Resumo
O objetivo desse artigo é discutir a teoria da dependência sob as abordagens dos autores brasileiro Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Esta concepção teórica insere-se na discussão do subdesenvolvimento que marca as economias periféricas em geral, e a brasileira em particular. Em termos metodológicos, recorreu-se a abordagem analítica a partir das obras desses autores. Enfatizou-se a dependência cultural em Furtado, em face do desenvolvimento ocorrer atrelado aos valores e ideologias do centro capitalista desenvolvido. Na concepção de Cardoso, a dependência assume natureza política, expressa pelos vínculos políticos que amarram interesses econômicos nacionais aos estrangeiros. Enquanto, para Marini, a dependência é econômica enquanto instrumento de dominação e exploração dos países capitalistas imperialistas sobre as economias periféricas.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; Dependência; Celso Furtado; Fernando Henrique Cardoso; Ruy Mauro Marini

Abstract
The aim of this article is to discuss the theory of dependency under the approaches of the Brazilian authors Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini. This theoritical conception is part f the discussion of underdevelopment thar marks peripheral economies in general, and Brazilian economies in particular. In methodological terms, na analytical approach was used based on the works of these authors. Cultural dependence in Furtado was emphasized, in view the development occurring linked to the values and ideologies of the developed capitalista center. Cardoso's conceptions, dependency takes on a political nature, expressed by political ties that tie national economic interests to foreigners. Whereas, for Marini, dependency is economic as an instrument of domination and exploitation of imperalist capitalist countries over peripheral economies.

Key-words: Underdevelopment; Dependency; Celso Furtado; Fernando Henrique Cardoso; Ruy Mauro Marini

Classificação JEL: O1; O10

* Professor Titular vinculado aos Programas de Pós-Graduação de Economia e de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fecario@yahoo.com.br
** Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) E-mail: economiamarcio@gmail.com
*** Doutorando do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: eduardo.sigauque@cedeplar.ufmg.br

1 Introdução

A teoria da dependência emerge como uma formulação teórica desenvolvida na América Latina, no decorrer da década de 1960, com o intuito de compreender as características estruturais dos países inseridos, tardiamente, no sistema capitalista de produção. Na medida em que não se confirmaram as expectativas atribuídas aos supostos efeitos irradiantes da industrialização, via substituição de importações, colocou-se em cheque a teoria que até então serviu de inspiração para o estilo de desenvolvimento nacional e autônomo, implementado nos anos precedentes, sob a égide da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CEPAL). Tal conjuntura culminou no surgimento de um movimento de críticas, reparos e autocríticas às premissas do industrial-desenvolvimentismo, prescrito por aquela instituição.

Não obstante, o debate sobre dependência e desenvolvimento já vinha ocorrendo em discussões acerca do desenvolvimento e subdesenvolvimento, no imediato pós II Grande Guerra, com destaque para as décadas de 50 e 60 (PRADO, 2015). No curso desse debate, segundo Fiori (1999), não surgiu uma, mas várias teorias da dependência, e cada uma apontando para projetos políticos e estratégias econômicas diferentes. Nesse contexto, ganhava espaço na cena teórico-analítica, como crítica, a visão estruturalista, inicialmente, apresentada por Celso Furtado, que após passagem pela CEPAL, aprofundaria sua análise explicativa; e por Fernando Henrique Cardoso, em coautoria com Faletto e outros, com passagem pelo Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social, organismo interno da CEPAL. Nesse contexto, destacava-se, também, o tratamento fundado em um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, de autoria de Ruy Mauro Marini, do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile.

Muito tempo se passou desde as primeiras formulações teóricas da dependência até os dias atuais, e as economias latino-americanas continuam amarradas ao atraso e com o desenvolvimento sendo marcado por deformação estrutural, simbolizada em significativa heterogeneidade socioeconômica. Discutir, novamente, as matrizes das interpretações de Furtado, Cardoso e Marini constitui o objetivo desse artigo. Busca-se, assim, demonstrar, em cada autor, as categorias analíticas centrais, que sustentam o argumento principal, assim como, conforme cada autor propõe forma distinta, superar e ou desenvolver a economia sob esse signo.

Para tanto, o artigo encontra-se dividido em cinco seções, sendo que, nessa primeira, aponta-se o seu propósito; na seção dois, discute-se a dependência cultural segundo Furtado; na

seção três, apresenta-se a visão de dependência política na visão de Cardoso; na seção quatro, analisa-se o tratamento marxista da dependência, de acordo com Marini; e, por fim, na seção cinco, apresentam-se as considerações finais.

2 Dependência cultural segundo Furtado

Em sua vasta obra, Furtado teve como uma das preocupações acadêmicas centrais compreender os motivos que impedem a superação do subdesenvolvimento brasileiro. No curso de sua vida, inquietava-o a presença de características que marcam o subdesenvolvimento, como: a desigualdade social, a heterogeneidade econômica estrutural, e a submissão à ordem capitalista mundial. Para tanto, busca compreender o processo de conformação estrutural e as decisões tomadas, historicamente, pelas economias. Não sem razão, afirma que "[...] para compreender o processo de desenvolvimento é indispensável identificar os agentes responsáveis pelas decisões estratégicas e reconhecer os fatores estruturais que condicionam a propagação dos efeitos de tais decisões" (FURTADO, 1983, p.81) no contexto da economia mundial.

Nessa leitura, para Furtado, o desenvolvimento deve ser interpretado a partir da análise da estrutura econômica e dos sujeitos que tomam decisões em contexto histórico, implicando a construção de trajetória autônoma do país. Assim, explicita-se o sistema de dominação reinante, seu relacionamento com os níveis da estrutura social, bem como os meios de sua reprodução (FURTADO, 1980). Nesse curso, o desenvolvimento gera seu contrário, isto é o subdesenvolvimento, sendo considerado não como uma fase ou etapa, mas decorrente do próprio processo de transformação, que ocorre na economia mundial capitalista. Em continuidade observa que o subdesenvolvimento expressa uma deformação estrutural, na medida em que se produz um sistema de dominação de determinado segmento social sobre outro, num contexto de exclusão econômica e social de parte significativa da sociedade, distanciada dos frutos do desenvolvimento.

No propósito de compreender o processo de desenvolvimento capitalista e a forma como adentra a área periférica, Furtado recorre à história para explicar a expansão do capitalismo industrial, a partir dos anos 1700 na Europa, estendida à América do Norte e, depois, para outras áreas territoriais. Nesse contexto, aponta direções do desenvolvimento, identificando que, na primeira expansão capitalista, houve uma desorganização na economia artesanal, liberando mão de obra e promovendo absorção desta para novas atividades, concomitante ao desenvolvimento

de tecnologia compatível com esse fator produtivo. A segunda expansão ocorre para além-fronteira europeia, mas com características produtivas semelhantes; enquanto, a terceira fase, é marcada pela difusão desse modelo industrial europeu para economias de natureza pré-capitalista em outras áreas. No início, através de interesse comercial, obtendo matéria-prima e gerando impactos locais no volume de absorção de mão de obra; e, posteriormente, via indústria, promovendo maiores alterações na estrutura econômica (FURTADO, 2000; LINS, 2013).

Dessa compreensão, aponta que o desenvolvimento capitalista, no Brasil, constituía um caso híbrido, diferente de outras estruturas pré-capitalistas. Aqui, no início, os salários ligados ao comércio internacional dinamizaram o mercado interno, com hábitos de consumo ligados na aquisição de bens importados, criando condições de expansão comercial doméstica. Em paralelo, seguiram-se os lucros da atividade cafeeira, investidos nessa atividade, cuja expansão possibilitou a promoção da econômica de subsistência e a demanda por manufaturas advindas de produção interna, criando, base para expansão industrial. Assim, ao longo do tempo, foi se formando base produtiva via substituição de importações, fundada em indústria de bens de salários (MELLO, 1983; SUZINGAN, 1986).

O desenvolvimento, nesse caso, vinha de fora para dentro e impunha dinâmica dentro da economia doméstica; e, com o tempo, a dinâmica interna passou a se autorreproduzir. Contudo, como afirma Lins (2013), essa autorreprodução aconteceu sem que tivesse uma etapa superior de desenvolvimento industrial, advinda da produção de equipamentos necessários para expansão da capacidade produtiva, em linha com o atendimento das necessidades da população em geral, o qual ocorria via importação dos bens de produção. A dependência do padrão produtivo e tecnológico dos países detentores de bens de capital, combinada com a falta de estratégia de desenvolvimento autônomo interno, marcou, desde o início, o desenvolvimento industrial brasileiro dependente.

Nessa perspectiva, o processo de industrialização adotado no país inclina-se em repetir o padrão tecnológico dos países centrais, onde a indústria se encontrava desenvolvida. Adota-se, no Brasil técnicas intensivas e capital semelhante ao investido nas economias centrais, cuja produção destinava-se a certa parcela da população (ALMEIDA, 2009). A partir desse contexto, como observa Furtado (1992), declarava-se o impedimento de organizar a produção em outra direção, sob outro propósito desenvolvimentista. Cria-se, internamente, um sistema cuja reprodução modernizava a base produtiva, porém, destinada para determinado segmento social, causando, por consequência, forte heterogeneidade social, decorrente da exclusão de acesso, de

grande parte da população, aos bens e serviços gerados. Sob esse sistema, não se constata a homogeneidade social desejada, visto a grande maioria das pessoas não ter acesso, de forma correta, ao atendimento das necessidades alimentares, de vestuário, de moradia, de acesso à educação, ao lazer e a atividades culturais.

Tal quadro demonstra que a economia desenvolvida sob condições de subdesenvolvimento reproduz, sistematicamente, cópia de vida de outras sociedades, com benefícios para determinado estrato social, que tem ganhos decorrentes da produtividade obtida com tecnologias forâneas, alheias à realidade econômica e social periférica. Ao se reproduzir esse sistema no interior das economias subdesenvolvidas, a modernização decorrente não é abrangente, mas, seletiva, segregando parte da sociedade. Nesse sentido, Furtado (1974) afirma que "[...] a teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de processos sociais e que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas, não conduzem a elevação do nível de vida médio da população". Assim, a produtividade, embora seja importante para o processo de desenvolvimento, não se confunde com o desenvolvimento, pois não se traduz em benefício geral à sociedade (LINS, 2013).

Para Furtado (1972, p. 27), "[...] nas economias subdesenvolvidas, não houve uma correlação entre os aumentos da produtividade, engendrados pela elevação da relação capital-trabalho e pela adoção de novas técnicas de produção, e o crescimento da massa salarial, fatores esses que estão na base das economias industriais modernas". Nessas economias, o padrão produtivo adotado constituia-se apropriado para uma pequena parcela da população, que se beneficiava com a diversificação dos produtos gerados, em linha com a alta renda correspondente. Situação distinta observada nos países capitalistas centrais, cujo padrão de produção, impulsionado pela inovação tecnológica, promovia elevação da produtividade, que se estendia em melhoria de vida para a população em geral, seja via aumento da taxa de salário em linha com a produtividade, seja através da diminuição dos preços relativos dos bens de consumo (ALMEIDA, 2009).

A constituição deformada das economias subdesenvolvidas levou a dominação – dependência, por impor um padrão ditado por progresso técnico forâneo. Sampaio Jr, (1999) na leitura das obras de Furtado, em comparação com outros pensadores nacionais – Caio Prado Junior e Florestan Fernandes –, aponta o caráter submisso da dependência a que estavam submetidas as economias subdesenvolvidas, como reflexo do progresso tecnológico advindo dos polos dinâmicos da economia mundial. Nesse sentido, tal dinâmica impôs um padrão de consumo submisso, exclusivo e provocador de heterogeneidade social, condicionando, assim,

o desenvolvimento. A esse respeito, Furtado (1971, p. 342-343, *apud* Almeida 2009, p. 114) afirma que "el control del progresso tecnológico y possibilidad de imponer patrones de consumo, de parte de uno o de algunos subsistemas, viene a condicionar la estructuración del aparato productivo de los demás subsistemas, los cuales se vulven dependientes".

O padrão de produção adotado exigiu, por seu turno, um perfil de demanda restringida, a qual, para atender o mercado de consumo de alta renda, requereu a promoção de concentração de renda em favor de classe mais rica, que garantisse poder de compra a esse grupo seletivo. Conforme Furtado (1974, p.78, *apud* Almeida, 2009, p. 116-117): "A combinação de tecnologia poupadora de trabalho com elasticidade da mão de obra permitiu que os aumentos de produtividade, engendrados pela difusão do progresso técnico e pelas economias de escala, impulsionassem a concentração de renda em favor das classes mais ricas". Nesses termos, Furtado entendia o desenvolvimento econômico como "simplesmente inalcançável [...] a ideia do desenvolvimento econômico é simplesmente mito [...] a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro da dependência" (p. 87).

Na concepção de Furtado, os países geradores de inovação tecnológica influenciam os valores culturais e os padrões de consumo das sociedades periféricas, na medida em que, ao ingressar nessas economias periféricas, criam um sistema dualista estrutural – cultural. Nesse curso, criam-se um setor moderno avançado, que imita padrões culturais impostos pelos países desenvolvidos; e um setor marginalizado, atrasado em relação aos padrões modernos de desenvolvimento. A penetração das técnicas modernas de produção dá origem a um setor possuidor de produtividade elevada e altos salários; e outro rudimentar, com baixos níveis de produtividade e salários de subsistência (IPIRANGA; AREND, 2020). Em linha com o pensamento furtadiano, Albuquerque (2009) expõe que a adoção de tecnologias produzidas no centro das economias periféricas gera polarização modernização-marginalização. De um lado, tem-se estrutura que produz bens de luxo, possibilita acesso a artigos importados e garantia de bem-estar; e, de outro, estrutura que produz bens de salário, desemprego estrutural e heterogeneidade social.

Sob o contexto desse dualismo, a minoria social dominante periférica, que se identifica com valores culturais e ideológicos do centro, mais do que os próprios valores nacionais, estende sua ação reprodutora na sociedade. Diante do controle do poder que exerce e da posse de capital que tem, essa minoria subjuga os demais estratos sociais, em nome da manutenção de valores distantes da realidade nacional (CAETANO; MISSIO, 2017). Além disso, desenvolve, internamente, regramentos econômico e social – incentivo, apoio, favorecimento –

que reproduzem o *status quo* dominante. Produz valores que levam as pessoas a terem o sentimento de que se esforços forem realizados, poderão se igualar e até superar outros. Mecanismos propagadores não faltam. Dentre os instrumentos utilizados, encontra-se o sistema de propaganda e comunicação, tanto como estimulador do consumo da indústria cultural dominante, como via sistema de acesso aos produtos fabricados pelo setor moderno no mercado, via sistema financeiro facilitador.

Eis que se incorpora, na economia periférica, um processo de emulação, cujo efeito demonstração difunde e legitima padrões de produção e consumo, de estratificação superior da estrutura social. Como observam Vilaça e Conceição (2018), a elite periférica tem consumo conspícuo, cuja difusão é vista como um padrão superior de vida, almejado pelos estratos inferiores. O padrão de vida de uma minoria é sonhado e desejado pela maioria na sociedade. Tal emulação se propaga como convenção social na economia periférica, e, como efeito dominó entre os vários estratos sociais, consolida-se como padrão, mascarando a diferenciação social entre os indivíduos. Logo, "a dependência não se manifesta somente no âmbito econômico, mas também, como um aspecto da evolução social e cultural da sociedade periférica" (VILAÇA; CONCEIÇÃO, 2016, p. 12). Na análise de Caetano e Missio (2017), diante da produção e reprodução de ações reprodutora do *status quo*, dificulta-se a consolidação de uma identidade nacional e o estabelecimento de interesse comum na sociedade.

Nesse processo, as decisões de investimento e de adoção do progresso técnico são guiadas e ditadas pelo padrão externo, numa forma e ritmo que não permitem a promoção de mudança estrutural, que conduza a superação do subdesenvolvimento. Destarte, o sistema econômico, "que seria lavado a cabo pela criatividade por inovações tecnológicas promovidas pelos empresários nacionais" (Arend et al., 2019), é comandado pela demanda do setor moderno da economia, guiado pelo estilo de vida estrangeiro e não pela oferta. A dinâmica da acumulação ocorre pelo mimetismo cultural do centro, que gera determinada histerese interna, posta pela forma com o sistema econômico é dotado de capacidade de preservar uma deformação estrutural, efetuada por determinado estímulo externo. Com isso, dificulta o desenvolvimento de condições voltadas a superar as situações que geram o subdesenvolvimento, ampliando, por consequência, o abismo social criado por essa deformação estrutural do desenvolvimento.

Nesse contexto, reproduz-se a dependência via constante modernização do padrão de consumo, em linha ditada pelo padrão estrangeiro dominante. Novos produtos e novos processos são introduzidos como característica do processo produtivo de concorrência, mas sob

a mesma lógica dependencista. Tal permanência renovada é uma forma de manter o aprisionamento instrumental cognitivo, que constrange o desenvolvimento da criatividade na sociedade. Por conseguinte, a dinâmica inovativa periférica resume-se em desenvolver ações imitativas, de fácil caminho, ancorada em estrutura de incentivo, a ter que desenvolver processos rotineiros de busca por inovações, que rompam o *status quo*. Como observam Ipiranga e Arend (2020, p. 02): "Hábitos emuladores dos agentes locais, enraizado secularmente nos processos cognitivos da sociedade levam as empresas a desenvolverem 'genes pouco criativos', limitando em termos microdinâmicos, a liderarem revolução tecnológica schumpeteriana".

Nesse curso, o desenvolvimento de uma nação somente tem sentido, quando superada a dependência cultural, que a leva ao subdesenvolvimento. Desse modo, "[...] a dependência trava o processo de homogeneidade social e, por conseguinte, o acesso aos direitos fundamentais da vida, a utilização deformada de recursos produtivos domésticos e, em última instância, a uma posição marginal e subordinada na economia mundial, dificultando a constituição de uma Nação (BRANDÃO, 2012, p. 8). Assim, levanta-se a questão: Como superar a dependência que trava o processo de homogeneidade social? Furtado aponta que requer, antes, saber se desejamos continuar sob essa posição de dependência ou se há disposição em superá-la. Nessa linha, observa: "[...] continuaremos a contribuir para o enriquecimento do patrimônio comum da humanidade ou seremos relegados ao papel passivo de simples consumidor de bens culturais adquiridos no mercado. Ter ou não acesso à criatividade, eis a questão" (FURTADO, 1999, p. 53).

Para Furtado (1984, p. 28), o caminho de superação do quadro atual passa pela dimensão política, ressaltando que "somente a vontade política será capaz de canalizar as forças criativas para a reconstrução de estruturas sociais avariadas e a conquista de novos avanços na direção de forma superior de vida". Com isso, o papel requalificado do Estado ganha relevância, por ser capaz de direcionar um aparato criativo que permita encontrar caminhos que levem a formas de ação em busca da homogeneidade social (PACHECO; BENINI, 2018). Criar condições de estabelecer estruturas sociais que abram espaço à criatividade, em amplo espaço cultural e que "libere a criatividade; [...] a fim de que ela possa servir ao pleno desenvolvimento de seres humanos, concebidos como fim, portadores de valores inabaláveis" (FURTADO, 1998, p. 66, *apud* PACHECO; BENINI, 2018, p. 329). Para tanto, o Estado precisa ser requalificado. Essa instituição deve ser capaz de criar espaço que permita aflorar a criatividade na sociedade, e, com isso, encontrar caminhos que promovam a homogeneidade social.

Contudo, Furtado aponta a necessidade de construir uma política de desenvolvimento, assim expressa: “A superação do impasse com que nos defrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade, e abra espaço para a realização das potencialidades de nossa cultura” (FURTADO, 2000, p. 36). Requer, portanto, deparar com grande desafio, dado que existe um sistema de poder e de domínio do capital que reproduz as condições do subdesenvolvimento. Essa, com certeza não é tarefa fácil. Exige-se uma nova forma de exercício de poder e requer organização, coordenação e controle pelos centros de decisão, que permita aflorar a criatividade da sociedade. Novamente, a presença do Estado é fundamental, alargando o horizonte de possibilidades de mudanças, criando condições desenvolvimentistas em linha com as aspirações nacionais. Nessa perspectiva, Brandão (2012) aponta que o Estado deve estabelecer estímulos à promoção da identidade, diversidade, diferenciação e variedade, advindos de participação cidadã em arenas de interesses voltadas a discutir caminhos de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

3 A dependência política na visão de Cardoso

Adentrar a teoria da dependência sob a ótica de Cardoso requer, primeiro, repensar a concepção de desenvolvimento que permeia as elaborações teóricas do autor. Segundo Cardoso e Faletto (1975, p. 16), “o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes”. Assim, é insuficiente limitar-se às análises baseadas nos esquemas econômicos do desenvolvimento, dada a dimensão social inerente. Mais do que isso, a análise do desenvolvimento requer um duplo esforço: por um lado, considerar, em sua totalidade as condições históricas (econômicas e sociais) particulares de cada economia; e, por outro, compreender, dadas as situações estruturais específicas, “os objetivos e interesses que orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais que ‘põem em marcha’ as sociedades em desenvolvimento” (p. 21).

A partir de uma formulação que transcende o estritamente econômico, Cardoso (1964) destaca que o capitalismo monopolista, dominado pelas grandes corporações, implica economias, cuja feição é cada vez mais política, de modo que o controle da propriedade está intrinsecamente associado à formação de grupos de pressão, que atuam no interior das empresas, e ao poder de decisão, que resulta das alianças entre os grupos econômicos. Desse modo, a compreensão da mudança na estrutura das economias periféricas da América Latina

suplica o entendimento do processo histórico, o que não significa a interpretação ingênua – ressaltam Cardoso e Faletto (1975) – da importância da sequência temporal para a explicação científica, "mas que o devir histórico só se explica por categorias que atribuam significado aos fatos e que, em consequência, sejam historicamente referidas" (p. 22).

Nesse contexto, a análise do desenvolvimento deve ser alcançada a partir de perspectiva que a vincule, concretamente, à análise das relações entre os grupos sociais, os componentes econômicos e os sociais. Assim, ao estudar as estruturas de dominação e as formas de estratificação social, que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico, a análise do desenvolvimento, a partir da perspectiva sociológica, apoia-se, fundamentalmente, na compreensão dos movimentos e das forças que constituem cada situação particular. Esses movimentos de luta política e econômica, que se desdobram na esteira do processo histórico, constituem a matéria prima da qual partem as análises da dependência.

O conceito de dependência, nesse sentido, objetiva conferir significado a um conjunto de fatos e situações que se manifestam, de forma conjunta, em dado momento do processo histórico e, a partir deles, buscar se entender como se dão as relações que tornam inteligíveis as observações acerca da realidade econômica e social. Compreender tais vínculos, que se dão a partir da conexão entre componentes estruturais internos e externos, pressupõe centrar a análise da dependência na manifestação interna resultante Desse modo, o desenvolvimento deve ser entendido como resultado de interações de grupos e classes sociais que demonstram seus interesses materiais e valores distintos, em movimentos de conciliação ou superação que ocorrem no sistema econômico (CARDOSO; FALLETO, 1975).

Por essa lógica, as mudanças nas estruturas sociais e políticas, que permeiam a estrada do desenvolvimento, sucedem da luta entre os atores sociais, na medida em que estes conseguem impor seus interesses sobre o conjunto da sociedade. Considerando tal compreensão, Cardoso (1959) avalia o movimento político e econômico do processo de industrialização no Brasil do pós-guerra. O acelerado processo de industrialização em curso permitia a incorporação maciça de trabalhadores nas atividades urbano-industriais, a expansão de serviços e das atividades terciarias nas cidades, e o fortalecimento do mercado interno. Nessa perspectiva, formavam-se, em solo brasileiro, as condições que permitiriam o crescimento relativamente autônomo do setor industrial, a remoção das estruturas atrasadas e a afirmação do modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, capaz de promover a superação do subdesenvolvimento. Essa transformação, impulsionada pela industrialização, é assim descrita: "o processo de crescimento industrial significará [...] a transformação de uma economia de base

agrária [...] numa economia nacional de base capitalista que se desenvolve numa sociedade de classes, onde a indústria torna-se, ao lado da agricultura, um componente essencial do mecanismo econômico" (CARDOSO; IANNI, 1959, p. 144, 1959).

A coincidência dos interesses políticos e econômicos das massas, do capital externo e da política protecionista de Juscelino Kubitschek, e a expectativa de que a industrialização autônoma seria a tábua de salvação para o desenvolvimento nacional, porém, caem por terra a partir do início dos anos 1960, quando a economia brasileira entrava em forte desaceleração, sobretudo no setor industrial, cuja taxa média de crescimento declinou da ordem de 11% ao ano, entre 1955-61, para 1,8% ao ano entre 1962-66. A esse ambiente econômico somou-se a crise política com a perda de apoio do executivo junto a outras esferas, dentre as quais no poder legislativo e junto as organizações representativas na sociedade (CARDOSO; FALETTO, 1975).

Assim, o enfrentamento à crise poderia se dar a partir da ocorrência de uma das três situações: i) o setor industrial impor sua hegemonia, exercendo controle sobre o Estado no sentido de atender as demandas deste setor; ii) o Estado populista assumir o enfrentamento da crise, visando conciliar os interesses da burguesia urbano-industrial e das massas, o que, deveras, não seria tarefa fácil dado o acirramento da luta de classes; ou iii) caso se consolidasse uma aliança entre a burguesia industrial e a burguesia agroexportadora. Algumas dessas possibilidades foram, de fato, tentadas (ainda que parcialmente), todavia não cabe aqui avançar sobre as especificidades de cada uma. O aspecto fundamental a ser destacado é: fosse qual fosse o cenário, a associação com o capital estrangeiro seria inevitável (CARDOSO; FALETTO, 1975)

Segundo Cardoso (1964, 1975), faltava ao Brasil uma classe hegemônica com mentalidade moderna, capaz de assumir a liderança do processo de desenvolvimento. Entre os principais obstáculos, o autor destaca: a fraca visão empresarial dos grupos industriais; o pouco conhecimento da realidade política do país; a pouca participação no sistema do poder; o pouco conhecimento técnico; a obsessão pelo lucro imediato; a falta de perspectiva inovadora; entre outros (ALMEIDA, 2009). Cardoso (1964, p. 41) manifesta a inviabilidade do desenvolvimento sob a condução da burguesia nacional em termos pragmáticos: "Não se pode esperar, por outro lado, que nestas últimas áreas, o empreendedor repita, simplesmente, a história dos homens que fizeram o desenvolvimento do capitalismo no período clássico".

Na medida em que se verifica, em alguns ramos da atividade industrial, a mentalidade tacanha da burguesia nacional, constitui-se como barreira às possibilidades de desenvolvimento

do modo capitalista de produção. Dessa forma, a ausência de condições político-sociais para a imposição de uma ideologia industrializante, por parte do empresariado nacional, reforça a necessidade de associação ao capital estrangeiro. Nas palavras de Cardoso (1964, p. 177): "para desenvolver de fato a economia nacional, ela precisa apelar para a interferência de grupos que lhe são estranhos, que nem sempre têm interesse em desenvolver a economia do país em termos que permita sua hegemonia".

Enquanto no período precedente, do nacional-populismo, o desenvolvimento industrial orientou-se a partir da consolidação do Estado como instrumento de regulação e formação de setores produtivos. O ambiente pós anos 1960 e, sobretudo na sequência do golpe militar, suscita a reorientação do desenvolvimento na direção de uma acomodação subalterna ao sistema internacional, sob a liderança de grandes corporações estadunidenses. Para Martins (1968), "os setores industrializantes [...] acomodaram-se com relativa docilidade a essa reorientação ou com ela se solidarizaram expressamente" (p. 26, *apud* ALMEIDA, 2009, p. 56). Cardoso (1993, p. 87) enfatiza que fração "ponderável do empresariado nacional conspirava claramente com grupos estrangeiros, organizava-se politicamente e enfrentava ao mesmo tempo o sindicalismo nacional-populista e o governo que a esquerda acreditava ser da burguesia nacional".

Assim, as articulações dos grupos econômicos e das forças sociais se traduzem num movimento de internacionalização do mercado que, por sua vez, reflete uma nova "situação de desenvolvimento" nas economias industriais-periféricas. Sob esse novo modelo, os laços entre centro e periferia não se restringem ao sistema de importações e exportações, mas se dão através de investimentos estrangeiros industriais diretos, nos novos mercados das economias periféricas. Segundo Cardoso (1964), embora sufocasse a atuação do empresariado local, a internacionalização representaria a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento capitalista para a periferia, na medida em que provocaria uma redefinição no comportamento rudimentar e tradicional dos empresários brasileiros. Fica evidente, dessa maneira, a importância que Cardoso confere ao papel comportamental do empresariado nacional no processo de desenvolvimento.

A elevação no grau de diferenciação produtiva, que se supõe a partir desta nova situação, é capaz de promover desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva. Vale ressaltar, esse contexto não prevê incremento da autonomia nacional sobre o processo de desenvolvimento, pelo contrário, aprofunda o caráter periférico e dependente, já que: [...] tanto o fluxo de capitais quanto o controle das decisões econômicas 'passam' pelo exterior; os lucros, mesmo quando a produção e a comercialização dos produtos realizam-se no

âmbito da economia dependente, aumentam virtualmente a massa de capital disponível por parte das economias centrais; e as decisões de investimento também (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 126).

Do mesmo modo, o tipo de desenvolvimento associado ao capital financeiro internacional intensifica o "*sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas" (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 124). Sobre esse aspecto, entretanto, Cardoso e Faletto ressaltam não haver contradição alguma ao se vislumbrar a ocorrência de desenvolvimento, posto que o entendimento marxista sobre o desenvolvimento (ou acumulação) capitalista pressupõe exploração, concentração de renda, espoliação e exclusão. Nesses termos, o desenvolvimento da economia dependente realiza-se, simultaneamente, ao aprofundamento das desigualdades sociais e regionais, o que retrata, simplesmente, a forma que o capitalismo industrial assume no contexto de uma situação de dependência (CARDOSO, 1993).

Em outras palavras, "a dependência constitui o *modus operandi* do capitalismo na periferia; trata-se de [...] uma constatação e não uma característica disfuncional que possa ser contraproducente à materialização do desenvolvimento ou mesmo torná-lo inviável" (ALMEIDA, 2009, p. 102). Os beneficiários desse tipo de desenvolvimento, aponta Cardoso (1993), formam o denominado tripé do desenvolvimento dependente-associado: as empresas estatais, as grandes corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambos.

A nova conjuntura de desenvolvimento dependente-associado redefine, também, as prioridades do Estado, que deixa de ser um Estado-populista para transformar-se em um Estado-empresarial: atuando, majoritariamente, como comprador e produtor, por meio das empresas públicas, e, de forma tímida, no fomento às políticas do tipo populista, que estimulam a redistribuição de renda e os aumentos salariais. Nessa linha, Cardoso (1964) argumenta que o "Estado se torna então tanto um instrumento que 'regula' a divisão do mercado entre empresas gigantes [...] quanto um meio de absorção dos excedentes econômicos: obras públicas, despesas militares, projetos tecnológicos de grande vulto etc" (p. 37). Mais a frente, todavia, sublinha: "é preciso que a Nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão de vontade coletiva, embora, de fato, o Estado continue a ser, nas resoluções fundamentais, instrumento da prosperidade dos capitalistas" (CARDOSO, 1964, p. 38). A atuação combinada do Estado junto do capital internacional, assim, opera no sentido de reforçar a tendência de desenvolvimento dependente.

Dessa maneira, ao conjunto de fatores econômicos e políticos - expressos nas condições estruturais e na imposição de uma agenda industrializante em favor das elites nacionais e do capital internacional - soma-se à debilidade da capacidade de integração das massas operárias, cujas aspirações encontravam pouca unidade. Essa característica, para Cardoso (1964) não traz como novidade a existência da dominação externa, mas a caracterização da forma que ela assume, com parte do processo de subordinação das condições internas às externas. A teoria da dependência apresenta-se como "instrumento teórico para acentuar tanto o os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional" (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 139).

O que há de novo, portanto, é a consideração dos interesses de poder, das alianças para garantir hegemonia de grupos e facções de classe, internos e externos, no sentido de explicar as situações de dominação que, por certo, não se restringem ao grau de diferenciação logrado pelo sistema econômico periférico. Assim, levando-se em conta as condições dadas pelo processo histórico, a elaboração teórico-analítica de Cardoso vislumbra pouca concretude nas possibilidades de superação do modelo de desenvolvimento dependente-associado. Mais do que isso, conclui que a materialização do desenvolvimento das nações subdesenvolvidas só teria sentido com a colaboração das economias avançadas e com a conveniência dos capitais financeiros internacionais, o que, como já dito, não pressupõe melhoria das condições de vida para o conjunto da população.

4 Tratamento marxista da dependência: uma leitura contemporânea de Ruy Mauro Marini

No que se refere à teoria marxista da dependência, muitos intelectuais se notabilizaram na construção das bases teóricas e históricas para a difusão crítica, em diversos contextos políticos e sociais, nas regiões da América Latina, África e Ásia. Segundo Santos (2013), Ruy Mauro Marini inseriu o debate das grandes questões da luta revolucionária, em um campo teórico altamente abstrato, e foi capaz de iluminar os aspectos mais relevantes da realidade econômica, social e política. Por sua vez, Martins (2011) elucida que as obras de Ruy Mauro Marini constituem uma das mais importantes e originais descrições do pensamento social e do marxismo no século XX. Por tudo isso, o debate entre os intelectuais da América Latina sobre

a teoria marxista da dependência gerou uma base teórica e histórica firme para construir uma interpretação crítica do papel da periferia no sistema capitalista mundial (Prado, 2010).

Nos seus trabalhos, Marini (1969; 1973) aplica as categorias marxistas no estudo das realidades econômicas e políticas no processo de desenvolvimento das economias dependentes. Desse modo, define a dependência como um processo de subordinação produtiva, tecnológica e ideológica ao centro hegemônico imperialista (liderado pelos Estados Unidos da América) (MARINI, 1973). Para assegurar a reprodução ampliada da dependência, ocorre modificação ou recriação das relações de produção das nações dependentes pelo centro capitalista hegemônico.

Nesse contexto, as grandes questões econômicas e políticas, que norteiam a construção teórica da teoria marxista da dependência, centram-se na superexploração do trabalho, no intercâmbio desigual e no subimperialismo. Para Marini (2000), a superexploração do trabalho é condição necessária para o capitalismo mundial. Isso se ocorre principalmente, pelo fato de a produção capitalista ter como mecanismo fundamental para sua subexistência a criação de mais-valia (Marini, 1969). Essa é parte do valor produzido pelo trabalhador da qual se apropria o detentor dos meios de produção, o capitalista. A expansão do capitalismo global pelas regiões periféricas visa extrair a mais-valia absoluta por meio de exploração da força de trabalho. Para isso, os principais fenômenos do capitalismo global têm sido o elevado dinamismo do progresso tecnológico e a subordinação da burguesia nacional aos interesses do capital internacional. No caso concreto, o progresso tecnológico, que poupa a mão de obra e aumenta o tempo de trabalho, é frequentemente um anômalo de mais-valia absoluta (Marini, 1969).

A dependência do sistema hegemônico imperialista, nas regiões periféricas, apresenta uma realidade, a qual, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem nos países centrais (Marini, 1973). Há um exército de reservas nos países dependentes, aliado à baixa regulamentação das condições de trabalho, que proporciona uma maior realocação das bases produtivas para os países periféricos. Nesse ponto, Martins (2011) afirma que as contribuições teóricas de Ruy Mauro Marini (décadas de 1970s e 1980s) partem da tese objetiva de que o capitalismo é um sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual. Essa premissa sustenta-se no fato de o sistema criar enclaves mundiais de acumulação de capital e regiões dependentes, num processo global de transferência de valor. Sobre o resultado da relação antagônica entre as economias centrais e periféricas, defende que “[...] o desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizou pelas

elevadas taxas de mais-valia, que, ao refletir um grau desproporcionado de exploração do trabalho, configuram de fato uma situação de superexploração" (Marini, 1973, p. 164-165).

Esse fenômeno é explicado visto que, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, a gravitar para a mais-valia relativa, os países periféricos fundamentam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho (Martins, 2011). Nessa ótica, segundo Marini (1969, p. 172-73), a desvalorização constante da força de trabalho se torna um elemento decisivo na produção e acumulação capitalista. Como resultado, dessa desvalorização, a história do desenvolvimento capitalista é, neste sentido, a história da depreciação do valor real do trabalho. Por isso, para compreender o intercâmbio comercial, Marini presta atenção à análise das relações entre o centro hegemônico imperialista e as economias dependentes. A tese é que a industrialização nos países dependentes não cria a sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda externa do centro hegemônico (Marini, 2000).

Nesse sentido, a divisão internacional do trabalho determina e condiciona o desenvolvimento dos países periféricos ao longo das últimas décadas. Marini (1973) observa que o crescimento da classe trabalhadora nos países centrais e a elevação da produtividade do fator trabalho resultaram no surgimento da indústria multinacional, levando em conta que a massa de matérias-primas, voltada para o processo de produção, aumentou em maior proporção. As regiões periféricas, historicamente produtoras de matérias-primas para alimentar às indústrias das metrópoles e, posteriormente, dos centros indústrias hegemônicos (liderados pelos Estados Unidos) viram-se igualmente pressionados a aumentar a produção de produtos primários.

Desse modo, a burguesia local teve um papel crucial na criação de articulações ideológicas e estruturais com as elites dos países centrais. Martins (2011) defende que setor o monopólico da burguesia, representado pelo grande capital internacional e nacional, tem a base de sua mais-valia extraordinária no monopólio setorial que exerce na economia dependente. O entrelaçamento dependente entre os interesses da burguesia local, limitada pelas capacidades de controle hegemônico da burguesia imperialista, dá origem às bases para criação de conclaves intermediários de produção capitalista.

Segundo Marini (1973), as regiões periféricas do sistema capitalista global, no âmbito do intercâmbio desigual, não buscam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas; mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Tais desequilíbrios resultam do

fato de a inserção dos países dependentes na economia capitalista, responder às exigências que colocam os países capitalistas, de obtenção de mais-valia relativa. Por isso, a mais-valia relativa estava ligada, indissoluvelmente, à desvalorização dos bens-salário e não à produtividade do trabalho (Marini 2000).

Destarte, cristaliza-se, nos países dependentes, um segmento monopólico da burguesia local, associado à tecnologia estrangeira, que aufere altas taxas de mais-valia e de lucro, beneficiando-se de um mercado de trabalho regido pela superexploração (MARINI, 2000). Para Marini (1967, p. 8 apud Luce, 2011a), as relações entre a burguesia nacional e o imperialismo hegemônico devem ser vistas dentro das leis da cooperação antagônica no processo de integração internacional do capitalismo. Daí o entendimento de Marini (2000, p. 137), de que as similaridades aparentes entre as economias industriais dependentes e as economias industriais desenvolvidas encobrem profundas diferenças, acentuadas pelo desenvolvimento capitalista em lugar de atenuá-las. Nesse sentido, a maior produtividade é acompanhada, efetivamente, da geração de mais-valia relativa, significando que o valor do capital variável em relação ao capital constante possibilite que se eleve a composição-valor do capital.

No curso do desenvolvimento capitalista, argumenta que os países centrais apresentam preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem, por isso baixar significativamente os preços de mercado, expressando-se, para os países hegemônicos, em um lucro extraordinário. As transações entre as nações, que intercambiam distintos tipos de mercadorias, permitem que as demais eludam a lei do valor. Vendem seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando, um intercâmbio desigual, implicando que os países periféricos ou regiões dependentes cedam gratuitamente parte do valor que produzem (Marini, 2000, p. 120-121). Neste processo antagônico de relações econômicas e políticas entre a burguesia dos países dependentes e centros hegemônicos, uma nova estrutura na relação se reconfigura, isto é, o subimperialismo.

Segundo Martins (2011), Ruy Mauro Marini foi um dos primeiros intelectuais brasileiro a fazer uma análise objetiva do subimperialismo brasileiro, e das condições objetivas de expansão do capitalismo industrial no Brasil. Por sua vez, Santos (2015) argumenta que, para o caso do Brasil, o centro do poder mundial (comandado pelos Estados Unidos), se expandiu, depois do Golpe de Estado de 1964. Nesse sentido, Marini (1969) sustenta que "[…] a reativação da acumulação nos marcos tratados pelo modelo subimperialista em 1964 dependia inteiramente da inversão da tendência de altos salários o que significava a reafirmação da

superexploração do trabalho. Para tal, a acumulação de capital seria determinada pela relação entre os dois tempos constitutivos da jornada de trabalho" (Marini, 1969, p. 171).

Para Marini (1974), a tese central do eixo do subimperialismo é constituída pelo problema ou limitação do mercado nos países imperialistas. Na visão de Luce (2011b), Marini estabelece o conceito de subimperialismo para explicar a nova divisão internacional do trabalho, e da emergência de sub-centros econômicos e políticos da acumulação mundial; regiões intermediárias de acumulação capitalistas entre os centros hegemônicos e os países dependentes. Martins (2011) afirma que o subimperialismo, teorizado por Ruy Mauro Marini, na década de 1970, se caracteriza, do ponto de vista econômico, pelo alto dinamismo das exportações de mercadorias, pela exportação de capital e pelo controle regional de matérias-primas e suprimentos energéticos.

Marini (1992) fundamenta que, em razão deste novo dinamismo externo, centrado nas exportações de produtos primários, o subimperialismo corresponderia à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial. Assim sendo, defende, ainda, o pressuposto de que o subimperialismo cria uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e uma política expansionista relativamente autônoma. Entretanto, essa autonomia das regiões intermediárias de acumulação não é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, tornando-a dependente da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional.

Na ótica de Marini (1969, p. 246), os governos ditatoriais na América Latina (Brasil - 1964, Chile - 1973) foram instrumento e resultado de um desenvolvimento de tipo capitalista de Estado e subimperialista. Nessa perspectiva, a criação de condições de mobilização e organização das classes trabalhadoras e da pequena-burguesia para revolução apresenta-se como único caminho para a implantação de uma plataforma socialista na região. Ademais, considera-se que o caráter social e econômico das lutas políticas na América Latina torna imprescindível, para o controle dos meios de produção e do Estado pelas classes trabalhadoras, a via da revolução continental. Portanto, cabe apontar, ainda, a necessidade de construção de um partido que reflita a hegemonia do proletariado, segundo o qual os seus interesses primem no programa revolucionário das classes trabalhadoras (MARINI, 1969, p. 259).

Assim sendo, entende-se que, para um desenvolvimento autônomo dos países periféricos, é vital a construção de uma hegemonia do proletariado, que, com o objetivo de construir uma plataforma socialista inclusiva, leve as agendas das classes trabalhadoras para o campo político. Ruy Marini considera com sua obra que o desenvolvimento decorre de um

processo de lutas e conquistas da classe trabalhadora e da pequena-burguesia. Defende a existência de um dever histórico dessas classes em contribuir no processo de articulação e acumulação produtiva do capital e no desenvolvimento nacional. O caminho é a revolução, pois sem essa, as condições materiais para o desenvolvimento autônomo da periferia serão ditadas pelo Estado capitalista ou subimperialista, deixando pouco espaço de participação e mobilização necessárias do proletariado e da pequena-burguesia.

5 Considerações finais

O desenvolvimento capitalista, para Furtado, gera, no seu curso, o subdesenvolvimento, o qual, nessa perspectiva, não constitui uma etapa, um estágio ou uma fase do desenvolvimento, ao contrário, estão intrinsecamente vinculados. O sistema, ao se desenvolver, gera estruturas econômicas heterogêneas, promovendo desigualdade social, em distintos espaços nacionais. Todavia, alguns países constroem trajetórias de desenvolvimento autônomas, enquanto outros, o fazem de forma subordinada, submissa e dependente. No curso do processo histórico, decisões são tomadas por atores sociais sobre estruturas econômicas estabelecidas, afetando a trajetória do desenvolvimento. E, ressalta-se, muitas dessas não estão vinculadas aos interesses maiores da sociedade, mas, sim, à manutenção de determinado grupo de atores sociais.

No Brasil, o processo de desenvolvimento foi marcado, historicamente, por uma dinâmica geradora de dependência, que, segundo Furtado, é cultural, estabelecendo-se, aqui, um padrão de desenvolvimento fundado em reproduzir o sistema produtivo e de consumo dos países centrais, distinto das condições econômicas e sociais de um país periférico. Com isso, firmou-se uma estrutura econômica interna dotada de capacidade de preservação, sustentada por determinado estímulo externo. A produção organizou-se de forma seletiva, com técnicas intensivas em capital e poupadora de mão de obra, cujos ganhos de produtividade não foram transferidos para o conjunto da sociedade, mas, sim, para certo grupo social. Constituiu-se uma estrutura econômica deformada, com presença de segmentos atrasado e moderno; sendo esse último produtor de bens de luxo e diversificados, com acesso aos produtos importados, gerador de bem-estar e vinculado a consumidores de renda elevada.

Ainda, segundo Furtado, tal processo dependencista na sociedade brasileira fora sustentado pelo mimetismo de valores culturais e ideológicos do centro. Essa forma de desenvolver o capitalismo brasileiro permitiu que grupos sociais internos, detentores de poder

e capital, se beneficiassem, se reproduzissem e subjugassem estratos sociais inferiores. Para tanto, o sistema criou valores mantenedores, como facilidade de ingresso de capitais estrangeiros, sistema de propaganda e comunicação em favor do consumo conspícuo, difusão de valores emuladores na sociedade, financiamento dos bens produzidos etc. Esse sistema, por um lado, levou o país a um aprisionamento instrumental cognitivo, constrangedor para a busca de outras alternativas de desenvolvimento. Por outro lado, desenvolveu estrutura econômica produtora de heterogeneidade social, excluindo parcela significativa da população do acesso aos bens e serviços, necessários para se viver de forma digna na sociedade.

Entretanto, Furtado tinha esperança que o país encontraria saída para superar as amarras do subdesenvolvimento, e caminhar para a construção de uma sociedade em direção a homogeneidade social. O caminho de superação apontado passava pela vontade política da sociedade, desejosa de reconstruí-la sob novas bases econômicas e sociais. Nesse curso, caberia ao Estado grande responsabilidade, considerando, principalmente, que ele deveria ser refundado, reconstruído. A partir do exercício de funções de criação, organização e controle do aparato estatal, abririam-se espaços institucionais para aflorar a criatividade humana em diferentes foros. O propósito principal seria: potencializar o desenvolvimento da nossa cultura no caminho da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraternal; uma tarefa considerada difícil de ser levada a cabo, mas não impossível, dada a estrutura de dominação existente.

Na perspectiva analítica de Cardoso, em seus trabalhos individuais e em parceria, o desenvolvimento constitui um processo social, mesmo que seja visto pelos aspectos econômicos. No interior ocorrem lutam políticas entre as forças sociais que se manifestam, através de objetivos e interesses voltados em dar direção no rumo do desenvolvimento da sociedade. Assim, o desenvolvimento deve ser considerado a partir da análise das relações entre os grupos sociais, estando em pauta a estrutura de dominação – controle e decisão - e a relação com os estratos da estrutura social existente. O curso do desenvolvimento ocorre sob movimento de lutas política e econômica, na esteira de processo histórico, particular de cada país. Nesse processo, confere-se o conceito de dependência, que se manifesta a partir de relações estruturais internas – interesses de grupos e classes sociais - com parceiros externos, forâneos.

No entendimento de Cardoso, estabelece-se no Brasil a dependência política, manifestada pela opção de desenvolvimento a partir de vínculos dos interesses internos aos do capital internacional. Os esforços de construir industrialização autônoma não se viabilizaram

diante das crises econômica e política, que se instauraram no limiar dos anos 60, e da falta de hegemonias política e econômica. Em particular destaque-se o empresariado nacional, caracterizado como amorfo, apático e sem iniciativa para formular um projeto que levasse o país ao desenvolvimento autônomo. Instaurou-se, a partir de então, um capitalismo dependente associado, constituído por empresas do setor produtivo estatal, empresas multinacionais de grande porte e empresas nacionais locais vinculadas a ambas.

Nesse curso, consolidou-se o projeto de desenvolvimento com interferência de grupos sociais estranhos à economia doméstica. Essa decisão, que se iniciou na segunda metade dos anos 50, manifestou-se pela adesão ao processo de internacionalização do mercado, como caminho para o desenvolvimento. Com isso, entrelaçaram-se os interesses de poder e de alianças de grupos e frações de classes internas e forâneas. Contudo, tal quadro, antes de apresentar característica disfuncional, estabeleceu uma dependência instaurada, a qual, para o Cardoso, constitui um modus operandi do capitalismo na periferia. Caberia ao Estado, nesse caso, a função de regular, intervir e promover o desenvolvimento capitalista sob esta forma de dominação.

Em outra perspectiva teórica analítica, Ruy Mauro Marini explica a dependência a partir da teoria marxista, como meio para entender as dinâmicas paradoxais do desenvolvimento capitalista nas regiões periféricas. Assim, partiu do conceito de superexploração do trabalho, visto como condição necessária e histórica do desenvolvimento do capitalismo, para, então, discutir as configurações de que os países imperialistas hegemônicos extraem a mais-valia absoluta pela exploração do trabalho. Na visão de Marini, dois fatores permitem uma inserção subordinada do capital hegemônico na periferia do sistema: 1) os avanços tecnológicos na grande indústria, que proporcionam uma redução do tempo do trabalho necessário, sem aumento no salário ao trabalhador; e 2) as articulações da burguesia nacional como as elites hegemônicas pelo monopólio setorial, extraindo uma mais-valia relativa dentro do processo de acumulação. Nesse contexto, o desenvolvimento da estrutura industrial brasileira encontra-se condicionada aos ditames do padrão tecnológico ditado pelo país hegemônico (Estados Unidos) e a participação da indústria nacional no sistema produtivo global se dá por meio de mercadorias e produtos primários, além da desvantagem de preços baixos no mercado internacional para os países periféricos.

Partindo desse debate, Ruy Mauro Marini aponta que os termos de troca são desiguais entre a periferia e o centro hegemônico do sistema capitalista. O autor afirma, ainda, que o sistema capitalista hegemônico cria “enclaves de acumulação”, ou seja, regiões semiperiféricas,

onde os países nessas condições exercem um Estado do tipo capitalista e subimperialismo. Na região da América Latina, o Brasil é o único país com condições institucionais, produtivas e políticas para exercer o subimperialismo. Por fim, Marini traça as linhas gerais para a superação do subdesenvolvimento nas regiões periféricas, orientando para: a) uma maior mobilização e organização hegemônica do proletariado e da pequena-burguesia; b) a criação de uma base política com caráter social e econômico para a edificação de um Estado fundado numa plataforma socialista; e c) uma mobilização da região da América Latina rumo à revolução continental.

Referências

ALBUQUERQUE, E. M. A. Celso Furtado, a polaridade modernização-marginalização e uma agenda para a construção dos sistemas de inovação e de bem estar social. In.: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. (org.) **Celso Furtado e o século XXI**. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 181- 204.

ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e dependência**: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. 205 fl. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

AREND, M.; FAGOTTI, V. Z.; MOREIRA, A. G. Cultura e histerese institucional: a dependência furtdiana como uma instituição histórica. **Revista Nova Economia**, v. 29, n. especial, p. 1305 – 1330, 2019.

BRANDÃO, C. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economia Política de las Tecnologias de la Información y de la Comunicaión**. Vol. XIV, n. 1, ene-abr, 2012, 11 p.

CAETANO, J. E. B.; MISSIO, F. J. Notas sobre o papel da cultura no desenvolvimento de Celso Furtado. **Texto de Economia**, v. 20, n. 1, p. 19-35, 2017.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARDOSO, F. H. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. “As exigências educacionais do processo de desenvolvimento”. **Revista Brasiliense**, nº 26, São Paulo, nov.- dez. 1959.

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. FIORI, J. L. (org.) **Estado e moeda no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 11-46.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

FURTADO, C. Dependência externa y teoria econômica. **El Trimestre Económico**. Vol. XXXVIII, no. 150. México, abr-jun, p. 23 – 37, 1971.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimetno em época de crise**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, 1(1), 5-19. agosto de 1992.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. Rio de Janeiroi: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. Estão liquidando a soberania nacional. In: BENJAMIN, C.; ELIAS, L. A. (orgs.) **Brasil**: crise e destino – entrevistas com pensadores contemporâneos. São Paulo: Expressão Popular. 2000. p. 15 – 20.

IPIRANGA, H. A.; AREND, M. Fundamentos microdinâmicos do subdesenvolvimento: aportes evolucionários à teoria da dependência de Celso Furtado. **Textos de Economia**, v. 23, n. 2, p. 1-23, dez; mar, 2020.

LINS, L. C. O. **Desenvolvimento social: o projeto de Celso Furtado para a nação brasileira**. 149 fl. (Dissertação de Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

LUCE, M. S. A economia política do sub-imperialismo em Ruy Mauro Marini: uma história conceitual. **Anais**… XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011a.

LUCE, M. S. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. 225 fl. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011b.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**, Ed. Siglo XXI, México D.F., 1969.

MARINI, R. M. D**ialéctica de la dependencia**: la economía exportadora, em Tres ensayos sobre América Latina, Ed. Anagrama, Barcelona, 1973 [1972].

MARINI, R. M**. América Latina** - dependência e integração, São Paulo, Página Aberta, 1992.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS. C. E. Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. **Crítica Marxista**, n.32, p.127-146, 2011.

MARTINS, L. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento** – introdução a crise brasileira. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MELO, J. M. **Capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. A economia criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**. Vol. 38, no. 2 (151), pp. 324-337, abril-junho, 2018.

PRADO, F. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, p. 68-94, 2010.
PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Política Internacional). Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

SAMPAIO JR., P. A. O impasse da formação nacional. In: FIORI, J. L. (org.). In: **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 415-448.

SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Editora Insular. Volume 1, Florianópolis, 2015.

SIGAÚQUE, E. S. **Capitalismo africano dependente**: estudo histórico-estrutural da economia moçambicana entre o período de 1985-2015. 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira** – origem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalism financeiro** – ensaios sobre economia brasileira. 6a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1977.

VILAÇA, A.; CONCEIÇÃO, O. A. Dinâmica do desenvolvimento periférico latino-americano: uma conformação institucional. **Anais**...XIX Encontro de Economia da Região Sul da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Economia. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. 16 p.

Celso Furtado: subdesenvolvimento e dependência tecnológica

Tatiane Ap.Viega Vargas*
Anielle Gonçalves de Oliveira**

Resumo
Furtado foi um economista brasileiro que dedicou sua vida acadêmica às questões do desenvolvimento. Preocupava-se com a criatividade dos pesquisadores latino-americanos em pensar os projetos desenvolvimentistas com um olhar atento aos fenômenos históricos e estruturais, que são elementos fundamentais de análises para o Brasil. O objetivo deste artigo é fazer uma releitura das obras *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico* (1986) e *O Capitalismo Global* (1998) escritas por Celso Furtado e em alguma medida comparar com os problemas apontados por ele e ainda não superados no Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica das obras elencadas. Na primeira obra, *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico*, especial atenção foi dada a quarta parte do livro, intitulada *O subdesenvolvimento*. Parte-se de uma análise histórica do processo de desenvolvimento mundial, até chegar no subdesenvolvimento, finalizando com a análise da dependência tecnológica, onde as autoras fizeram uma breve relação com o comércio exterior brasileiro. Na segunda obra *O Capitalismo Global,* Furtado situa o recém iniciado processo de globalização, chamando atenção para aumento da dependência das relações centro-periferia, e consequente ampliação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Celso Furtado, subdesenvolvimento, dependência.

Celso Furtado: underdevelopment and technological dependence

Abstract
Furtado was a Brazilian economist who dedicated his academic life to development issues. He was concerned with the creativity of Latin American researchers in thinking about development projects with an attentive eye to historical and structural phenomena, which are fundamental elements of analysis for Brazil. The purpose of this article is to review the works *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico* (1986) and *O Capitalismo Global* (1998) written by Celso Furtado and to some extent compare with the problems pointed out by him and not yet overcome in Brazil. The methodology used was a bibliographic review based on the listed works. In the first work, *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico*, special attention was given to the fourth part of the book, entitled *O subdesenvolvimento*. It starts with a historical analysis of the world development process, until it reaches underdevelopment, ending with the analysis of technological dependence, where the authors made a brief relationship with Brazilian foreign trade. In the second work *O Capitalismo Global*, Furtado situates the recently initiated globalization process, calling attention to the increase in dependence on center-periphery relations and the consequent expansion of social inequalities.

Keywords: Celso Furtado, underdevelopment, dependency.

Classificação JEL: O1; O10

---

* Professora do Departamento de Economia da Fundação Universitária da Região de Blumenau (FURB). E-mail: tatianeviega@gmail.com
** Professora do Departamento de Economia do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). E-mail: anielleg20@unidavi.edu.br

1 Introdução

Escrever sobre Celso Furtado poderia ser considerado uma tarefa de fácil realização, afinal, temos um acervo considerável que nos permite uma vasta fonte de referências. Mas pensar "sobre" e "com" Celso Furtado, definitivamente não é tarefa fácil, sua genialidade não permite que façamos ensaios superficiais, pelo contrário, nos coloca em situação de grande responsabilidade. Pois foi assim, com responsabilidade que Furtado pensou, escreveu e ousou sonhar o país. Um Brasil que poderia sim, superar as desigualdades, através de planejamento e de políticas públicas de enfrentamento da herança colonial, à qual em alguma medida ainda nos encontramos subjugados. Assim, cientes dessa responsabilidade, esse artigo teve como objetivo revisitar duas obras de Celso Furtado, quais sejam: *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico* (1986) e *O Capitalismo Global* (1998), e através delas refletir sobre a produção e trocas contabilizadas na pauta do comércio internacional em 2019 e 2020.

Iniciamos descrevendo brevemente a vida acadêmica e política de Celso Furtado. Foi certamente um dos mais importantes economistas brasileiros, Paraibano, nascido em Pombal, em 26 de julho de 1920, segundo filho de uma família de oito irmãos. Seu pai foi advogado e sua mãe filha de donos de terras. Ainda aos 7 anos de idade mudou-se com sua família para a capital João Pessoa. Estudou no Liceu Paraibano e completou os estudos no Ginásio Pernambucano, no Recife. Aos 19 anos chega ao Rio de Janeiro, indo morar em pensões nos bairros do Flamengo e na Lapa (CENTRO CELSO FURTADO, 2020).

No Rio de Janeiro, Furtado cursou a faculdade de direito. Durante o curso prestou dois concursos na área pública e nos dois passou em primeiro lugar. Assumindo cargo em função pública essa temática passou a ocupar grande parte de sua pesquisa e ele começou a publicar textos neste universo. Quando terminava sua faculdade, no ano de 1944, o Brasil declarava guerra com as potências do eixo, foi quando Furtado partiu para a Itália. Quando voltou, em 1945, tinha algumas certezas: não queria ser advogado e seguiria seus estudos na área de ciências sociais. Ingressou no curso de doutorado em Economia na Universidade de Sorbonne, em Paris, onde defendeu a tese *A economia colonial brasileira nos séculos XVI e XVII* em 1948 (D'AGUIAR, 2020).

Aos 28 anos, retornando de Paris, Furtado vai para Santiago no Chile, trabalhar na recém fundada Comissão Econômica para a América Latina, a Cepal, quando inicia sua carreira como economista. Foram quase dez anos analisando e pensando a forma como as economias latino americanas se desenvolveram. Da Cepal, Celso parte em 1957, para Cambridge, UK, para lecionar. Volta ao Brasil em 1958 como diretor do BNDE para questões do Nordeste, foi onde

dirigiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Participou da implementação de políticas para essa região durante três governos (Kubitschek, Quadros e Goulart). Por alguns meses (entre 1962 a 1963) foi o primeiro ministro do Planejamento do Brasil (D'AGUIAR, 2020).

Essa fase na carreira pública da vida de Celso Furtado foi encerrada em 1964 com o golpe militar, onde, exilado, sai da cena política brasileira e parte para a carreira acadêmica. Primeiro na Universidade de Yale; depois, (1965) volta à Paris, na Sorbonne, onde foi por 20 anos professor de economia do desenvolvimento e economia latinoamericana (D'AGUIAR, 2020).

Retorna ao Brasil novamente apenas em 1979. Lutou pela redemocratização brasileira ao lado de Ulysses Guimarães. Foi Ministro da Cultura (de 1986 a 1988). Suas reflexões como economistas versavam sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento, estruturas dualistas. Furtado faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 2004 (D'AGUIAR, 2020).

A metodologia de pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica das duas obras, *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico* (1986) e *O Capitalismo Global* (1998). Em suma o artigo está estruturado da seguinte maneira, (i) esta introdução, (ii) Obra: Teoria Política de Desenvolvimento Econômico, (iii) Obra: O Capitalismo Global, (iv) Breve histórico da balança comercial brasileira entre 2019 e 2020 e (v) Considerações finais.

2 Obra: teoria política do desenvolvimento econômico

Em seu livro "Teoria Política do Desenvolvimento Econômico", Furtado (1986) apresenta na primeira parte - dos capítulos 1 ao 6 - uma revisão de todas as teorias do desenvolvimento. Inicia pelos clássicos, explica o modelo de Marx, aborda os neoclássicos, Schumpeter, e por fim, a teoria keynesiana. Após esta, que ele chama de primeira parte - A teoria do desenvolvimento na ciência econômica - Furtado (1986) aborda, na segunda parte do livro o processo de desenvolvimento, utilizando um enfoque analítico. Na terceira parte, o autor continua analisando o processo de desenvolvimento, mas agora com um enfoque histórico.

Nesta pesquisa, especial atenção foi dada a quarta parte do livro, ao qual Furtado (1986) intitulou como - O subdesenvolvimento. Dos capítulos 13 até o 18 ele aborda os temas do subdesenvolvimento e relaciona questões históricas e estruturais da economia brasileira, bem como do desenvolvimento do capitalismo na economia-mundo. Fala de comércio exterior, industrialização, dualidade e dependência externa. E são estes temas que vêm ao encontro do

objetivo deste artigo. A quinta parte - Política de desenvolvimento - é onde o autor consegue resumir ações de cunho político-prático. E também onde existe uma espécie de "organização das ideias" num sentido de fechamento, ou seja, uma conclusão geral da obra.

Para explicar subdesenvolvimento, faz-se necessário voltar ao processo histórico que levou ao patamar de desenvolvimento atual, os países conhecidos como "desenvolvidos". Furtado (1986) volta ao século XVIII, na Europa Ocidental, para analisar como se deu a propagação da revolução industrial. A primeira grande modificação trazida por este movimento foi dentro da própria Europa Ocidental, "[...] Neste caso o desenvolvimento assumiu a forma de desorganização da economia artesanal pré-capitalista e de progressiva absorção dos fatores liberados, a um nível mais alto de produtividade" (FURTADO, 1986, p.187). Nesta fase, até certo ponto a oferta de mão-de-obra era totalmente elástica, porém aos poucos, com o avanço da industrialização essa mão-de-obra tende a esgotar-se. Assim, o papel do progresso técnico assume um papel fundamental, já que o fator capital teria de combinar a falta de mão-de-obra com aumento de produção.

Em um segundo momento deste mesmo processo histórico, Furtado (1986) assinala que houve um deslocamento da economia industrial europeia "[...] para além de suas fronteiras de mão-de-obra, capital e técnica, onde quer que houvesse terras ainda desocupadas e de características similares às da própria Europa" (FURTADO, 1986, p. 188). Aqui é importante destacar países como Austrália e Estados Unidos, que receberam muitos destes emigrantes que levavam as técnicas e hábitos de consumo europeus em suas bagagens. Eram formadas "colônias" de emigrantes que se estabeleciam onde houvesse uma base ampla de recursos naturais, o que lhes propiciou, desde o início, elevados índices de vida, assim como tinham nos países europeus.

A terceira linha de expansão desta economia industrial foi no sentido de ocupar as regiões que já estavam em funcionamento, porém onde existiam sistemas considerados pelos europeus como "de natureza pré-capitalistas". Furtado (1986) afirma que este contato se deu de maneira diferenciada nos diferentes lugares. Em alguns limitou-se a abertura de novas linhas de comércio; outros o desejo de fomentar a produção de matérias-primas. Porém o autor é enfático ao colocar que "[...] a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção" (FURTADO, 1986, p.188). Portanto, o subdesenvolvimento não é uma fase ou etapa do desenvolvimento, mas sim um processo histórico autônomo, e também que esta estrutura dualista prevalece até hoje nestes espaços que, assim foram colonizados.

Francisco de Oliveira, na obra *Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco*, aborda a estrutura dualista da economia brasileira. O autor, também, dedicou sua vida acadêmica aos estudos da forma específica com que o capitalismo se desenvolveu na estrutura brasileira. Em trecho desta obra, ele ressalta que,

> Ao enfatizar o aspecto da dependência - a conhecida relação centro-periferia -, os teóricos do "modo de produção subdesenvolvido" quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito a oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Com o intuito de reforçar a relevância desta forma de desenvolvimento - o subdesenvolvimento - na economia brasileira, Oliveira (2003) nos mostra em suas obras que a estrutura interna da economia brasileira e as relações estabelecidas entre as classes, é uma categoria de análise que precisa ser considerada. As relações de dependência externa, não são as únicas condicionantes da situação de desigualdade social existentes, até hoje em nosso país. Apesar de ser este o foco de análise desta pesquisa, fica claro que as autoras consideram o processo de estrutura interna relevante para que a manutenção e inclusive ampliação do quadro de desigualdades sociais brasileiros seja um dos principais problemas a serem enfrentados.

Segundo Furtado (1986) a teoria clássica do comércio internacional, que foi iniciada por Adam Smith e David Ricardo, deu continuidade por ressaltar que as trocas internacionais são mais vantajosas para todas as economias. Para os clássicos, o protecionismo dificulta o comércio externo e faz com que a produtividade na economia global decaia. A teoria neoclássica, quando trata do intercâmbio das mercadorias, afirma que trocar mercadorias é o mesmo que trocar fatores de produção. Essas trocas fariam com que aumentasse o preço dos fatores abundantes, e reduzisse o preço dos fatores escassos, pela lei da oferta e demanda.

> O estudo dos fatores responsáveis pela perda de dinamismo da procura internacional de produtos primários, abriu a porta a uma crítica em profundidade da teoria tradicional do comércio internacional. Ao contrário do que se infere desta última, o intercâmbio externo não conduziu a uma igualização na remuneração dos fatores. Pelo contrário: ele tem operado no sentido de possibilitar a concentração da renda em favor dos países industrializados, mediante a deterioração a longo prazo dos termos do intercâmbio dos países especializados na exportação de matérias-primas (FURTADO, 1986, p. 228)

Este trecho do autor é bem claro ao mostrar a crítica feita por Furtado, e pelos demais economistas da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, à teoria clássica do comércio internacional. Um dos mais respeitados economistas da Cepal, o argentino

Raul Prebisch fez um estudo que demonstrou a perda das vantagens comparativas ao longo dos anos, em detrimento dos países subdesenvolvidos. Neste ponto, faz sentido adentrarmos na segunda obra analisada neste texto, onde a análise sobre a crítica à teoria clássica fica mais evidente.

3 Obra: o capitalismo global

Na obra *O Capitalismo Global,* Furtado (1998) coloca que a partir dos anos 1930 o modelo agrário exportador começa a ser questionado no Brasil. Para o autor, o agrarismo era a causa do atraso no desenvolvimento brasileiro. Na época, mais de 90% das exportações nacionais eram produtos primários agrícolas. “Não que nosso país fosse totalmente destituído de indústrias. O que não havia era sistema industrial capaz de autogerar seu dinamismo” (FURTADO, 1998, p. 17).

É neste ponto que o autor chama a atenção, pela primeira vez nesta obra - O Capitalismo Global - para a questão da dependência tecnológica: “O problema não se limitava a depender da importação de tecnologia e de equipamentos para crescer, e sim dispor de uma classe dirigente capaz de formular um projeto de transformação do país" (FURTADO, 1998, p. 17). Furtado (1998) percebe que a classe dominante teria de mudar para que um projeto de desenvolvimentismo no Brasil pudesse acontecer, e ele acreditou que a classe industrial nascente poderia assumir esse papel.

Em meio a este cenário, um trabalho de Raul Prebisch intitulado: “Manifesto Latino-Americano”, traduzido por Furtado, foi publicado na Revista Brasileira de Economia. Essas ideias deram base ao pensamento estruturalista e, segundo Bielchowsky (2020, p. 4) estas são “palavras que apenas situavam o significado da industrialização no contexto histórico por que passava a América Latina”.

Este manifesto foi importante pois deu subsídio teórico para que fossem implementadas mudanças no direcionamento da política brasileira rumo à industrialização. Furtado (1998) coloca como importantes alavancas para esse processo a prolongada depressão dos anos 30 e os transtornos trazidos ao comércio em virtude da guerra. “Em síntese, as possibilidades da atividade industrial eram tão grandes, no Brasil, que mesmo medidas precárias nessa direção produziram resultados apreciáveis” (FURTADO, 1998, p. 19-20).

Furtado (1998) faz uma reflexão acerca do processo histórico de formação econômica do mundo moderno. Nesta reflexão o autor conclui que, em resumo, dois processos foram os responsáveis pelo dinamismo da economia capitalista nos países centrais: a inovação técnica e

a expansão do mercado. “O peso do primeiro destes fatores (a inovação técnica), depende da ação dos empresários em seus esforços de maximização de lucros, ao passo que o peso do segundo, (a expansão do mercado), reflete a pressão das forças sociais que lutam pela elevação de seus salários” (FURTADO, 1998, p. 29). Desta forma, ainda que reflita na realidade econômica, Furtado deixa o comércio internacional, principalmente as exportações, em segundo plano, com contribuições apenas subsidiárias.

Porém, quando o autor começa a analisar o processo de globalização que se iniciava, ele alerta para uma possível mudança de quadro. Afirma que com a globalização das empresas, estas acabam “escapando” da ação reguladora do Estado, se apoiando mais nos mercados externos para crescerem, o que pode acontecer “em prejuízo das massas trabalhadoras organizadas e em proveito das empresas que controlam as inovações tecnológicas” (FURTADO, 1998, p. 29). O autor coloca que este processo de interdependência e globalização, traz de volta “o modelo do capitalismo original”, visto na primeira revolução industrial, que se baseava nas exportações e no investimento estrangeiro.

Tendo este quadro em mente, Furtado faz uma reflexão sobre a realidade mundial emergente e assinala nove pontos distintos. Interessa, aqui destacar o quinto ponto:

> 5. Independentemente das mudanças na configuração da estrutura do poder político mundial, deve prosseguir a realocação de atividades produtivas provocada pelo impacto das novas técnicas de comunicação e tratamento da informação, o que tende a concentrar em áreas privilegiadas do mundo desenvolvido as atividades criativas, inovadoras ou simplesmente aquelas que são instrumentos de poder (FURTADO, 1998, p. 37)

O autor faz então um breve resumo sobre como se deu o processo de industrialização brasileiro, a partir dos anos 1930. Salienta que durante três séculos a economia brasileira baseou-se na exploração dos recursos, que em sua maioria eram considerados não-renováveis, florestas, minério de ferro e vários ciclos agrícolas. Cabe, aqui, lembrar que todo esse contexto foi aprofundado de forma *sui generis*, na célebre obra *Formação Econômica do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1959. Dando sequência, coube ao Estado brasileiro papel central no processo de industrialização, baseado na substituição de importações, com imposição de altas tarifas alfandegárias. Porém, a partir dos anos 1970 o quadro internacional, antes favorável ao processo de industrialização, mudou graças principalmente a crise do dólar e ao primeiro choque do petróleo. Os países de terceiro mundo foram forçados a uma disciplina fiscal para quitarem suas dívidas externas. “Esses ajustamentos exigem um consenso e uma disciplina social difíceis de serem alcançados em qualquer país, e mais ainda em sociedades

marcadas por profundas desigualdades e atraso político, como é a brasileira" (FURTADO, 1998, p. 40).

Com a abertura da economia, que se deu nos anos 1990, poderia se pensar como estratégia, aumentar o esforço para aprofundar a inserção internacional. Porém Furtado aponta que as altas taxas de crescimento que foram verificadas na economia brasileira entre os anos 1930 e 1970, foram devidas ao dinamismo do mercado interno. Ele, então, questiona "[...] cabe indagar se não terá sido um erro abandonar a estratégia de construção do mercado interno como "motor de crescimento" (1998, p. 40). E, reitera apresentando os dados de deterioração dos preços reais dos produtos primários que são exportados pelos países de terceiro mundo.

- A média desses preços no quinquênio 1986-1990 correspondeu, aproximadamente, à metade do que foram quarenta anos antes, ou seja, entre 1948-1955.
- Entre 1989 e 1991 os preços dos produtos primários exportados pelos países pobres declinaram em média 20%.
- Estudo da comissão Sul pôs em evidência que os preços dos produtos manufaturados exportados pelos países do terceiro mundo cresceram 12% em termos nominais (em dólares), nos anos 1980. Ora, durante esse mesmo decênio, os preços das manufaturas exportadas pelos países industrializados cresceram 35%.
- Se ajustarmos o poder de compra gerado pelas manufaturas exportadas pelos países do terceiro mundo, tendo em conta os preços das máquinas e dos equipamentos que eles importaram, vemos que a perda alcançou 32% no referido decênio (FURTADO, 1998, p. 41-43).

É importante refletir sobre a dependência tecnológica, porque Furtado situa a mesma como um elemento essencial, haja vista que o próprio desenvolvimento tecnológico pode ser considerado dependente "[...] quando não se limita a introdução de novas técnicas, mas impõe a adoção de padrões de consumo sob a forma de novos produtos finais que correspondem a um grau de acumulação e de sofisticação técnica que só existem na sociedade em questão na forma de enclaves" (FURTADO, 1998, p. 48). Mas Furtado aponta também possibilidades para tentativas de superação do subdesenvolvimento para a segunda metade do século XX: um projeto de coletivização dos meios de produção, priorizar a satisfação das necessidades básicas da sociedade, admitindo que a solução para essa questão é de natureza política. A última estratégia apontada seria o ganho de autonomia nas relações externas assumindo papel de maior iniciativa comercial.

De toda a forma, a discussão sobre dependência tecnológica levantada por Furtado nos leva a refletir, por que, passadas duas décadas, o Brasil continua inserido na produção mundial

como fornecedor de bens primários. O que se identifica atualmente é a transferência de tecnologia dos países centrais para os periféricos. A Industrialização parece inacabada. "Um forte indicador de que o processo não se completou é que a balança comercial latino-americana é estruturalmente deficitária em bens de maior intensidade tecnológica. Se houve avanços significativos na estrutura produtiva na fase da industrialização dirigida pelo Estado, estes não tiveram continuidade na fase seguinte" (FEIJÓ, 2011, p. 461). O que se evidencia é a periferia assimilando e reproduzindo o que é gerado pelos países ditos desenvolvidos.

4 Breve histórico da balança comercial brasileira entre 2019 e 2020

Buscamos, nessa seção, apontar brevemente, a partir de informações sobre as importações e exportações brasileiras, de 2019 até setembro de 2020, tendo como base dados disponibilizados no site do Ministério da Economia que, os apontamentos de mais de três décadas sobre dependência tecnológica e a produção de bens primários coadunam com o presente momento. O Brasil registrou, em 2019, uma balança comercial superavitária em US$ 48 bilhões. As exportações brasileiras atingiram um total de US$ 225 bilhões, o que representou uma queda de 5,8% com relação ao total exportado em 2018. Já as importações chegaram ao valor de US$ 177 bilhões, o que representou uma queda de 2,1% com relação a 2018. O saldo da balança comercial brasileira nos últimos 10 anos foi positivo, exceto para 2014, ano em que o déficit chegou a US$ 4,2 bilhões (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O superávit comercial obviamente é recebido de forma positiva, mas quando olhamos mais atentamente para os principais produtos exportados pelo Brasil, a ordem é a seguinte: soja (12% - US$ 26,1 bilhões); óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (11% - US$ 24,2 bilhões); minério de ferro e seus concentrados (10% - US$ 22,7 bilhões); celulose (3,3% - US$ 7,5 bilhões); e milho não moído, exceto milho doce (3,2% US$ 7,3 bilhões) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Essas 5 categorias de produtos citadas representaram 39,5% do total da exportação brasileira em 2019. Exceto a celulose, que faz parte da indústria de transformação, os demais itens pertencem ao setor agropecuário e indústria extrativista, demonstrando que o Brasil tem em sua pauta principal de exportação, produtos de baixa intensidade tecnológica, sendo, portanto, produtos com baixo valor agregado.

Verificando a pauta das importações brasileiras no ano de 2019, pode-se perceber que o principal item, representando 7,3% do total, foram óleos combustíveis de petróleo ou de materiais betuminosos (exceto óleos brutos), cujo valor importado foi de US$ 13 bilhões. Após, temos adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) que representaram 5,1% do

total, sendo que o valor importado foi de US$ 9,1 bilhões. Em seguida, aparecem demais produtos da indústria de transformação (4,5%) e equipamentos de telecomunicações incluindo peças e acessórios (4%). A grande maioria se enquadrava como produtos da indústria de transformação (91%) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Furtado (1986) chamou atenção para a tendência de elevação para o coeficiente de importação, sugerindo que na busca pela eliminação do subdesenvolvimento, novas técnicas são inseridas nos processos produtivos, criando uma inter-relação entre o setor agrícola e manufaturado, o que nas economias subdesenvolvidas não acontece de forma gradual e sim bruscamente. Quando analisadas, as importações brasileiras de óleos combustíveis de petróleo, adubos e fertilizantes químicos devem ser vistas considerando sob a perspectiva do comportamento do coeficiente de importações. Assim como, pelos dados acima, a importação dos produtos apontados pode não ser tão representativa, mas com efeito no nosso processo produtivo interno, portanto mais mecanizado. Com a utilização interna, cria maior "dependência" de produtos complementares.

O ano de 2020 está se constituindo um ano atípico, devido a pandemia da Covid-19. Essa crise de saúde pública transforma-se, também, em uma crise econômica, atingindo os países em sua totalidade. Quando verificado os dados de janeiro até setembro de 2020, percebe-se que o saldo da balança comercial continua positivo; e tudo indica que o superávit será maior que o obtido em 2019, pois o valor acumulado alcançou a cifra de US$ 42 bilhões. Isso acontece pois, mesmo que o país esteja tendo uma diminuição das exportações com relação a 2019 de 7,7%, às importações apresentaram queda ainda maior, sendo de 14,4% com relação ao mesmo período de 2019 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

O maior reflexo na balança comercial ocorre com relação à indústria de transformação. O item desta pauta que teve maior queda nas exportações até o último mês registrado figurou em “demais produtos - Indústria de Transformação”, representando 2,6% do total das exportações brasileiras em 2020. A queda registrada foi de 47%. Já a soja, principal produto da nossa pauta exportadora, apresentou um crescimento nas exportações de 27,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). O item de exportação que sugere maior uso de tecnologia reduziu em 47%; todavia, a soja, que representou 17% das exportações até setembro de 2020 (US$ 27,2 bilhões exportados) teve um aumento de quase 50%.

Ainda em 2020, em segundo lugar apareceu o minério de ferro e seus concentrados (US$ 17,3 bilhões - 11%), produto que não teve oscilação. Em seguida, registrou-se o item de pauta óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (9,8% - US$ 15,3 bilhões) que sofreu

uma queda nas exportações de 13% (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Também, registram-se produtos que tiveram aumento nas exportações em 2020 com relação ao mesmo período de 2019: açúcares (63%), carne bovina (25,4%), carne suína (52,6%), ouro, não monetário (31,6%) e algodão (36,1%) (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Em 2020, com o avanço do setor de agronegócios no Brasil, ocupam, o primeiro lugar na pauta de importações, adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) sendo responsáveis por 5,1% do total, o que gerou um valor importado de US$ 5,8 bilhões. Em seguida, óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, com 4,9% do total sendo que o valor FOB registrado foi de US$ 5,8 bilhões. Após, têm-se as plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes, representando 4,8% e o valor FOB expresso foi de US$ 5,4 bilhões. Os demais produtos da indústria de transformação vêm em seguida, representando 4,5% do total importado, sendo que o valor FOB registrado foi de US$ 5,2 bilhões. Ainda com um valor bastante alto, os equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios, representando 4,2% do total, sendo o valor FOB da ordem de US$ 4,8 bilhões. No período de meses considerado do ano de 2020, a grande maioria dos produtos importados enquadra-se como produtos da indústria de transformação, de representatividade elevada na pauta dos produtos importados, 93% do total (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Nesses termos, o superávit na balança comercial mascara muitas vezes a deterioração nas trocas. Sem análises de maior profundidade, é possível apurar que o dólar apreciado pode trazer desajustes consideráveis para a balança comercial. Se, por um lado, tem-se os ganhos na valorização de bens primários exportados; por outro, as importações de produtos de transformação e outros que complementam a produção interna como óleos combustíveis ou fertilizantes ficam mais caros. Nossa dependência tecnológica alinhada à vulnerabilidade externa experimentadas atualmente, confirmam, ainda para os dias de hoje, os apontamentos de Celso Furtado sobre a produção e troca internacional quando afirma que “para um país subdesenvolvido, suas trocas externas são, acima de tudo, um intercâmbio de mercadorias produzidas a um nível técnico que lhe é acessível, por outras produzidas a um nível técnico que não lhe é acessível” (FURTADO, 1986, p. 233).

5 Considerações finais

Como mencionado no começo deste artigo, escrever sobre o pensamento furtadiano não é tarefa fácil, mas é reconfortante. Dizemos isso porque a atualidade nas obras de Furtado nos

provoca, questiona, ao mesmo tempo nos instiga a buscar mudança. Como pensador nos legou um passado de muitas inquietações. Buscou compreender o Brasil desde sua essência, considerando os fenômenos históricos e estruturais. Tentou colocar em prática muitas das suas teorias, quando assumiu a direção da Sudene, implementando políticas públicas durante três governos, e assumindo cargo como ministro do planejamento, diga-se de passagem, foi o primeiro a ocupar o cargo.

Passadas mais de três décadas da publicação de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1986) as reflexões e indagações ainda são muitas. Por que ainda não superamos o subdesenvolvimento? Não somente o excedente agrícola como grande parte da produção brasileira de bens primários é exportada, mesmo assim os ganhos dessas produções não se revertem em melhorias das condições sociais da grande massa de trabalhadores rurais e urbanos no país. É inegável que se olharmos os dados sobre emprego e renda nas últimas décadas alguns avanços foram feitos, mas nada perto de superar as condições de nação subdesenvolvida.

Quanto a perspectiva ilusória no advento da "globalização" nutrida por muitos teóricos, principalmente dos liberais do mercado, já em 1998 na publicação de *O Capitalismo Global*, Furtado advertia para a concentração de poder que favorecia as grandes empresas e a da perda de comando provocada pela globalização. Sabemos por exemplo que o capital que hoje gere grande parte das empresas brasileiras não é nacional. Teria a abertura do mercado para o capital estrangeiro nos levado a uma fatídica desnacionalização? Se a resposta é sim, aumentamos então ainda mais a dependência.

Finalizando a breve reflexão que fizemos a partir do legado teórico disponibilizado nas publicações estudadas, se evidencia a atualidade do pensamento furtadiano para compreender, passado e presente da realidade brasileira. E sobre o futuro? Aí também encontramos em Celso Furtado pistas do que precisamos fazer, cientes de que parte da solução é de natureza política. E a outra parte deve permanecer nas análises criativas e propositivas das pesquisadoras e pesquisadores brasileiros; e é aqui, no pensamento latino-americano que encontraremos meios para galgar condições que nós, povo brasileiro, entendemos que precisam ser superadas.

Referências

BIESLCHOWSKY, R. Do "Manifesto latino-americano" de Raúl Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na CEPAL. **Revista Economia Contemporânea**, v. 24, n. 1, p. 1-25, 2020.

CENTRO CELSO FURTADO. 1920-39 - Do sertão à capital. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/geral.php?ID_S=64. Acesso em 27 nov. 2020.

D'AGUIAR, R. F. Capítulo I - Celso Furtado – um retrato intelectual. In: SOUSA, C. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (Org). **Celso Furtado:** a esperança militante: vol. I. [Livro Eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

FEIJÓ, C. Desarrollo, vaivenes y desigualdad: una historia económica de América Latina desde la independencia In: **Caderno do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 455-461, jul.-dez. 2011.

FURTADO, C. **O capitalismo global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998, 83 p.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 9ª. ed., São Paulo: Nacional, 1986, 344 p.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Brasil: informações gerais:** Exportações, importações e balança comercial. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis. Acesso em 05 de nov. 2020.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003, 150 p.

Internacionalização, desindustrialização precoce e subdesenvolvimento recente sob a ótica de Furtado

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt *
Pollyanna Rodrigues Gondin **

Resumo
À luz da interpretação de Celso Furtado, com ênfase nos conceitos de desenvolvimento e homogeneidade social, buscamos compreender se o subdesenvolvimento recente no Brasil está associado ao processo de desindustrialização. Para tanto, o presente trabalho analisa as variáveis: importação, exportação, Investimento Direto Externo (IDE) e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) nos anos 2000. Os dados foram coletados na Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Banco Central do Brasil e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A pesquisa é explicativa com abordagem de análise quantitativa. Os resultados apontam que o Brasil está distante da autonomia tecnológica à qual Furtado fez referência. No âmbito da internacionalização, a dependência externa se acentua, visto que importamos produtos de média-alta e alta tecnologia. Outra evidencia é a relação inversa entre o aumento do IDE e a contração da FBCF. Sendo o desenvolvimento do progresso técnico uma das vias para a superação do subdesenvolvimento, constatamos que há muito a ser percorrido rumo ao desenvolvimento e à homogeneidade social.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; Internacionalização; Desindustrialização.

Internationalization, premature deinsustrialization and recent underdevelopment under the perspective of Celso Furtado

Abstract
According to Celso Furtado's interpretation, with an emphasis on the development's concept and social homogeneity, we seek to understand whether the recent underdevelopment in Brazil is associated in the deindustrialization process. Therefore, the present work analyse the variables: import, export, Foreign Direct Investment (FDI) and Gross Fixed Capital Formation (GFCF) in the 2000s. The data were collected in the Federation of Industries of the State of Paraná, Central Bank of Brazil and Institute of Applied Economic Research. It is an explanatory research with a quantitative analysis approach. The results show that Brazil is far from the technological autonomy which Furtado referred. In the scope of internationalization, external dependence is accentuated, since we import medium-high and high technology products. Another evidence is the inverse relationship between the increase in FDI and the contraction of GFCF. Since the development of technical progress is one of the ways to overcome underdevelopment, we find that a long way to go towards development and social homogeneity.

Keywords: Underdevelopment; Internationalization; Deindustrialization Process.

Classificação JEL: O1, O10, O11

* Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: rossandra.maciel@yahoo.com.br
** Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professora no Centro Internacional Universitário (UNINTER). E-mail: pollygondin@gmail.com.

1 Introdução

Em seus ensaios e debates, Celso Furtado demonstra que na América Latina houve modernização, mas sem desenvolvimento, com valores diferentes dos países que alçaram voos rumo ao progresso técnico antecipadamente (tais como China, Japão, Coreia, entre outros). A modernização conservadora refere-se à mudança que moderniza, mas não transforma a estrutura, pois permanece com defasagem de métodos produtivos eficazes (FURTADO, 1992).

À luz da interpretação de Furtado, com ênfase nos conceitos de desenvolvimento e homogeneidade social, buscamos compreender se o subdesenvolvimento recente no Brasil está associado à intensificação do processo de desindustrialização precoce nos anos 2000. Como não é possível falar em desindustrialização sem considerar o comércio exterior, o presente trabalho apresenta uma síntese das seguintes variáveis: importação, exportação, Investimento Direto Externo (IDE) e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Em relação ao processo de desindustrialização precoce, é relevante mencionar que nos países de renda *per capita* alta a desindustrialização faz parte da própria dinâmica de desenvolvimento da indústria. São economias que alcançaram alto nível de renda em função do processo de industrialização e que recentemente perderam relevância relativa em função do rápido crescimento dos segmentos de serviços. Essa desindustrialização relativa não implica, necessariamente, queda da renda *per capita*. Trata-se de um processo relativamente "natural" na medida em que as atividades de maior complexidade tecnológica relacionadas a serviços passam a ter maior participação relativa da renda (SILVA, 2014). Entretanto, esse não é o caso brasileiro. Conforme Lima (2017), no começo dos anos de 1970 a indústria brasileira era responsável por 27,4% do total de empregos. Já em 2015, esse valor caiu para 14,2% segundo PNAD contínua.

No tocante à metodologia, com o objetivo de estudar a evolução do comércio exterior brasileiro por nível de Intensidade Tecnológica (IT), foram coletados dados junto à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) por meio de pesquisa de campo. Os dados fornecidos pela FIEP foram extraídos da base do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). No que se refere ao IDE e à FBCF, os dados foram coletados junto ao Banco Central do Brasil e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Trata-se, portanto, de uma pesquisa explicativa com abordagem de análise quantitativa.

O presente artigo encontra-se dividido em cinco partes. Após esta introdução, analisamos os conceitos de desenvolvimento e homogeneidade social a partir de Celso Furtado.

Na sequência, adentra-se à discussão sobre internacionalização, IDE e desindustrialização. Posteriormente, são apresentados os resultados desta pesquisa, e, por fim, são feitas as considerações finais acerca do que foi observado.

2 Desenvolvimento e homogeneidade social

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento socioeconômico passou a ser discutido em uma perspectiva de intervenção do Estado na economia, em detrimento de uma visão mais normativa, pouco histórica, que se restringia à diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Esse é o cenário em que emerge a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), fomentando um debate sobre a superação do subdesenvolvimento na América Latina. Para Raúl Prebisch, economista que se dedicou aos estudos cepalinos, a distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos estava essencialmente na histórica heterogeneidade do progresso técnico.

Como acoplar em uma sociedade o progresso técnico quando há um enorme contingente de mão de obra disponível? Essa problemática perpassa as raízes do processo de industrialização na América Latina e foi objeto de estudo de Celso Furtado junto à CEPAL. A principal crítica dessa vertente é que, na periferia, ou seja, nos países latino-americanos, o aumento da produtividade não produziu homogeneidade, como ocorreu nos países do centro, sendo essa uma das razões explicativas para o subdesenvolvimento.

Para Furtado (1992) a homogeneidade social implica a garantia do que é humanamente essencial a todos. Esse cenário se concretiza quando membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e ao mínimo de bens culturais. Essa é a mudança estrutural necessária que a modernização conservadora não alcançou ao longo do século XX. Mas, ao contrário, agravou ainda mais a distribuição de renda e concentrou o capital, ou seja, manteve a heterogeneidade.

Na visão de Furtado, a modernização dos países latino-americanos é conservadora porque ampliou o processo de acumulação excedente – por meio do Processo de Substituição de Importações, porém a renda nesses países permaneceu concentrada. Ou seja, boa parte do contingente social não teve alcance e pouco se apropriou, ao passo que o desenvolvimento deveria preocupar-se com a distribuição do excedente gerado não só pelo salário, mas pela

melhoria das condições de vida. Essa interpretação remete à associação entre subdesenvolvimento, desigualdade e heterogeneidade social.

Aprofundando essa reflexão, Furtado (1992) argumenta que a modernização conservadora no Brasil e na América Latina promoveu uma convulsão social, na medida em que ampliou a lacuna entre a penetração da moderna tecnologia no estilo de vida e nos processos produtivos. Permanecemos subdesenvolvidos porque o crescimento da produtividade está longe de ser condição suficiente para que se produza o verdadeiro desenvolvimento.

Desenvolvimento requer que produção e consumo andem juntos. A desarticulação entre ambos intensifica o subdesenvolvimento. A crítica furtadiana afirma, portanto, que estamos mais voltados às políticas anticíclicas de recuperação de crises do que propriamente a um projeto amplo de desenvolvimento. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma condição estrutural, o que torna necessário uma grande ruptura:

> O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças (FURTADO, 1992, p. 9).

Nessa perspectiva, Furtado afirma que o crescimento da produtividade está longe de ser condição suficiente para que se produza o verdadeiro desenvolvimento, pois não conduz à redução da heterogeneidade social, ou pelo menos não o faz espontaneamente dentro dos mecanismos de mercado. Por outro lado, a homogeneização social é condição necessária, mas não suficiente para alcançar a superação do subdesenvolvimento. Esta precisa vir associada à criação de um sistema produtivo eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica, o que requer: (a) descentralização de decisões que somente os mercados asseguram; (b) ação orientadora do Estado; (c) exposição à concorrência internacional.

> [...] para penetrar nos mercados internacionais o caminho mais eficaz consiste em utilizar um misto de tecnologias: tirar partido da abundância de certos fatores primários e ao mesmo tempo apoiar-se em tecnologias de vanguarda. Essa situação particular requer certo grau de autonomia tecnológica, que não se obtém sem um esforço contínuo e crescente de aplicação de recursos na pesquisa científico-tecnológica, particularmente de parte das empresas (FURTADO, 1992, p. 20).

Ainda que de forma breve, resgatamos a associação entre os conceitos de desenvolvimento e homogeneidade social por se traduzirem em categorias teóricas centrais na análise empírica que trazemos. Reconhecemos que, por se tratar de temas complexos, não

devemos correr o risco de abordá-los de forma rasa. Sobretudo, porque ambos abrem um leque de elementos a serem aprofundados. Falar de homogeneidade implica adentrar nas fissuras de um processo de desenvolvimento impregnado de desigualdades sociais. E reconhecer a heterogeneidade é um dos passos para compreender as condicionalidades do subdesenvolvimento.

Logo, essas categorias norteiam a presente análise na medida em que Furtado afirma que a superação das condições estruturais do subdesenvolvimento impõe a necessidade da homogeneização social associada à criação de um sistema produtivo dotado de autonomia tecnológica e competitividade internacional. É partindo dessa constatação que damos sequência à presente análise, adentrando a seguir na relação entre internacionalização, investimento direto externo e desindustrialização.

3 Internacionalização, investimento direto externo e desindustrialização

Atualmente, a temática relacionada ao processo de desindustrialização brasileira é considerada central e tema de grande debate entre estudiosos. Desde a crise da dívida brasileira, nos anos de 1980, alguns autores voltaram seus estudos para esse fenômeno. Essa discussão se intensificou com a abertura comercial que ocorreu na década de 1990, marcada pelo abandono das políticas desenvolvimentistas e pela valorização cambial como ferramenta de controle da inflação. Deve-se considerar, também, que outros fatores e acontecimentos influenciaram o processo de desaceleração da indústria, como, por exemplo, as reformas liberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e a pauta exportadora focada em *commodities*.

Contudo, de acordo com a corrente ortodoxa, o país passa, na verdade, por um processo de modernização da indústria, sendo que muitos dos autores desta corrente chegam a não reconhecer o processo de desindustrialização. Esses estudiosos argumentam que os indicadores utilizados para demonstrar esse processo se referem a um momento conjuntural relacionado a acontecimentos que poderiam dar a falsa ideia de desindustrialização. Conjuntamente, o período compreendido entre 1994 e 2002 foi marcado por fortes instabilidades, que contribuíram, de modo significativo, para que a produção industrial se desacelerasse mais rapidamente do que o PIB (FGV, 2010). Apesar disso, não existe, segundo essa corrente, evidências concretas de que esse processo esteja acontecendo.

Há também os que afirmam que o processo de desindustrialização está ocorrendo, tanto do ponto de vista dos dados quanto do ponto de vista do que estaria acontecendo no comércio

e no dia a dia da economia brasileira em geral. De acordo com Oreiro e Feijó (2010), Marquetti (2002) foi um dos primeiros autores a apresentar um estudo que aponta para a desindustrialização brasileira como consequência do baixo investimento na economia. Além deste, vários autores se propuseram a estudar a temática, destacando-se: Bresser-Pereira (2008), Cano (2012), Bresser-Pereira e Marconi (2008), Oreiro e Feijó (2010).

Outra abordagem que se sobressai é a investigação feita por Sarti e Laplane (2002). Os autores analisaram o processo de internacionalização produtiva no Brasil nos anos 1990 e apontaram diferenças importantes com relação às experiências em outros países: México, Coreia do Sul e China, destacando que o Brasil sofreu uma internacionalização "introvertida". Esse processo se caracterizou pela transferência da propriedade de empresas nacionais para investidores estrangeiros, sem contrapartida proporcional de investimentos de empresas brasileiras no exterior, e pela assimetria entre o expressivo incremento de volume e conteúdo importados no mercado e na produção doméstica. Nessa contradição, a estrutura produtiva muito mais eficiente contribuiu para agravar a vulnerabilidade externa da economia brasileira nos anos 1990 (SARTI; LAPLANE, 2002).

Um elemento que conecta o debate sobre internacionalização e desindustrialização diz respeito ao Investimento Direto Externo (IDE). Na década de 1990, os autores supracitados constataram que embora o investimento estrangeiro promovesse aumento expressivo da eficiência e da competitividade em setores relativamente defasados a padrões internacionais, o principal instrumento utilizado era a importação massiva de tecnologia, sem contrapartida equivalente no aumento das exportações. Nesses termos, o baixo poder de indução do IDE nos anos 1990 não favoreceu a industrialização:

> A tradicional fragilidade das cadeias produtivas locais, agravada pela estratégia de estabilização adotada – câmbio valorizado e juros elevados –, fazia com que parte importante do impulso dinâmico dos investimentos fosse direcionada para o exterior, alimentando a importação de equipamentos, de componentes e de tecnologia (SARTI; LAPLANE, 2002, p. 64).

Nos anos 1990, a mudança mais marcante no plano produtivo foi, sem dúvida, o aumento significativo do grau de internacionalização. Para Sarti e Laplane (2002), a dimensão mais visível da abertura econômica foi a patrimonial, ou seja, a internacionalização do sistema empresarial. Todavia, no caso brasileiro, esse processo assumiu a forma de uma desnacionalização, visto que a transferência da propriedade de empresas nacionais para estrangeiros ultrapassou de longe a aquisição de ativos produtivos no exterior por brasileiros.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) também foi objeto de análise dos autores

supracitados, os quais constataram que esta não acompanhou o crescimento do IDE. Essa contradição evidencia a pequena contribuição do IDE para o aumento da taxa de investimento na economia:

> A análise da composição do IDE mostra que, no caso brasileiro (assim como em outros países da América Latina e diferentemente da China), uma parte considerável foi destinada à aquisição de ativos já existentes. Essa é a razão pela qual os investimentos estrangeiros que ingressaram no país pouco contribuíram para aumentar a FBCF na economia (SARTI; LAPLANE, 2002, p. 68).

Diferentemente do IDE destinado à construção de novos ativos, aquele orientado à compra de ativos já existentes, públicos ou privados, não pode ser caracterizado como investimento no sentido macroeconômico. Nesses casos, a relação do IDE com o crescimento do produto é, na melhor das hipóteses, indireta.

Em suma, sabe-se que no início do século XX o Brasil reduziu fronteiras no âmbito da internacionalização. Contudo, apesar de os indícios aqui explanados apontarem para um possível cenário de desindustrialização, não há unanimidade quanto ao assunto. Essa lacuna abre espaço para uma investigação com ênfase na dinâmica recente de segmentos diferentes da indústria, principalmente sob a ótica dos seus padrões tecnológicos, conforme veremos a seguir.

4 Desindustrialização, investimento direto externo e formação bruta de capital fixo no Brasil

De acordo com Cardoso de Mello (1982), o Brasil passou por um período de industrialização restringida entre 1933 e 1955 e, após esse período, iniciou-se um período de industrialização pesada. Entretanto, o caráter tardio e periférico da industrialização continuou apresentando as seguintes especificidades (SILVA; LAPLANE, 1994, p. 86):

> [...] menor dinamismo da produção de bens de capital, presença marcante das empresas de capital estrangeiro de origem diversificada, forte setor produtivo estatal principalmente na área de insumos básicos, estrutura patrimonial das empresas nacionais privados fragilizadas, baixo esforço tecnológico tanto das empresas nacionais como das estrangeiras (estratégias de produto e de processo imitativas e defasadas), baixos coeficientes de importação (associados a níveis elevados de proteção tarifária e não-tarifária) e estratégias de crescimento voltadas principalmente para o mercado interno e apoiadas na continuidade do processo de substituição de importações.

Como resultado dos caminhos tomados durante o processo de industrialização brasileira, desde a década de 1980, ascendeu no debate acadêmico a tese da desindustrialização precoce. Dada a fragilidade da competitividade da indústria, a defesa dessa tese se baseia no fato de que

ela estaria ocorrendo em função da abertura comercial, das reformas neoliberais e do estímulo às exportações de *commodities* por conta da sua elevada competitividade "vocacional" e, em alguma medida, pelo câmbio valorizado.

Apesar do debate sobre o processo de desindustrialização ter se acendido na década de 1980, foi após o período de 2008/2009 que este ganhou força. Isso se deve, principalmente, à queda significativa da indústria de transformação no PIB brasileiro, à redução da participação do emprego industrial no emprego total, à maior participação das *commodities* nas exportações e ao aumento das importações de bens manufaturados (SILVA, 2014).

De acordo com Cano (2012), a indústria deteriorou-se devido à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento. Acrescentam-se, ainda, os juros elevados, a falta de investimento, o câmbio valorizado e a abertura comercial. Nesse âmbito, o autor elenca quatro fatores responsáveis por desencadear a desindustrialização precoce no Brasil:

> a. Política cambial instaurada a partir do Plano Real, com câmbio excessivamente valorizado, diminuindo a competitividade internacional da indústria nacional;
> b. Abertura comercial desregrada a partir de 1989, que juntamente com o câmbio valorizado reduziu o grau de proteção perante a concorrência internacional;
> c. Taxa de juros elevada, inibindo o investimento e deixando a indústria vulnerável;
> d. O investimento direto estrangeiro (CANO, 2012, p. 4-5).

Esse foi um cenário em que a produtividade e a competitividade da indústria brasileira caíram ao mesmo tempo em que o IDE americano e asiático migraram para a China em busca de trabalho barato, câmbio desvalorizado e alta competitividade.

Tabela 1 – Indicadores de participação no Produto Interno Bruto – Indústria (% PIB) – 2000-2018

Ano	Construção civil	Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana[1]	Extrativa	Transformação
2000	6,96	3,14	1,38	15,27
2005	4,59	3,37	3,15	17,36
2010	6,27	2,81	3,33	14,97
2015	5,74	2,39	2,15	12,24
2017	4,77	2,63	1,67	12,25
2018	4,46	2,84	2,99	11,31

Fonte: Ipea-data.

Assim, houve perda de competitividade das exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que aumentaram as importações de produtos chineses (CANO, 2012). A Tabela 1 evidencia

[1] Produção e distribuição.

o presente argumento, indicando a queda expressiva da participação da Indústria de Transformação no PIB nos anos 2000.

Outro indicador que pode sinalizar a desindustrialização é o comércio exterior (MORCEIRO, 2012). Expressa a relação da economia brasileira com o restante do mundo em termos de balança comercial, e o IDE no tocante à evolução da competitividade da indústria e sua capacidade de inserção no mercado mundial.

No que se refere à evolução da balança comercial brasileira no período de 1997 a 2018, dados coletados em pesquisa de campo junto à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (2019) demonstram, a princípio, uma situação favorável, visto que o saldo das exportações superou o das importações. Nessa mesma linha, a Taxa de Crescimento Anual Composta (*Compound Annual Growth Rate* – CAGR)[2] reforça que, para o período analisado, a variação das exportações é superior à das importações, 7,45% e 5,44% respectivamente.

Ao desagregar as exportações e importações, classificando em produtos da indústria de transformação[3] e produtos não classificados na indústria de transformação (NCIT),[4] nota-se que os valores das exportações industriais são superiores às exportações NCIT. Entretanto, o ritmo de crescimento é diferente, sendo que, enquanto as exportações de produtos NCIT tiveram uma CAGR de 11,60%, as exportações industriais apresentaram uma CAGR de 5,81%.

Por outro lado, as importações apresentam uma dinâmica diferente, em que a Taxa de Crescimento Anual Composta das importações industriais é de 5,62% e a CAGR das importações de NCIT é de 4,07%. Para o período analisado, as importações industriais superam as importações de produtos NCIT, o que reafirma o argumento da desindustrialização, visto que no Brasil importam-se mais produtos com alto valor agregado.

Comparando-se, é possível perceber que as importações industriais crescem no mesmo ritmo das exportações industriais no período todo, com um agravamento negativo do saldo a partir de 2009. Assim, isso pode significar que exportações e importações evoluem, de certo modo, dentro do mesmo ritmo, variando de acordo com o ritmo de expansão da economia. Em outros termos, as importações se expandem num ritmo similar às exportações; portanto, pode-se inferir que não há redução da capacidade de oferta interna. Entretanto, esse cenário sofre alterações a partir de 2009.

---

[2] Compound Annual Growth Rate (CAGR) = $\left[\left({}^{valor\ final}/_{valor\ inicial}\right)^{1/n}\right] - 1$. n = número de períodos.

[3] Indústria que transforma matéria-prima em utensílios, que podem ser bens de produção ou indústria de base e bens de consumo.

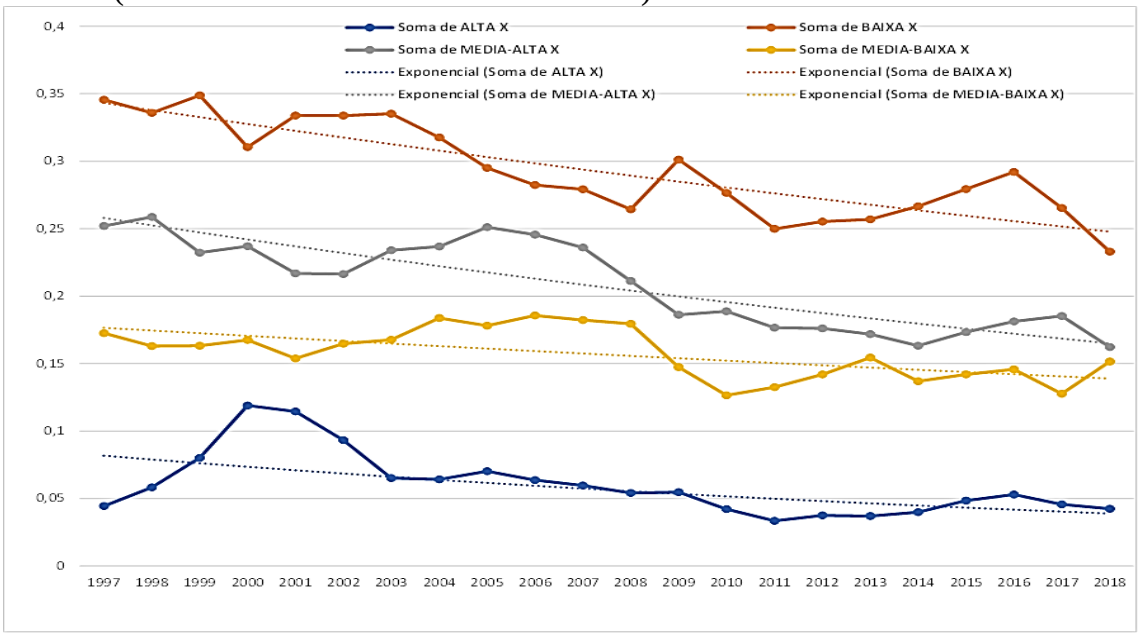
[4] Incluem-se os demais setores, inclusive *commodities*.

Desagregando os dados das exportações e importações dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica (SIIT), buscamos avaliar o comportamento de acordo com a Intensidade Tecnológica (IT). Se a indústria como um todo perde importância relativa nas exportações, é importante investigar como se comporta cada SIIT em relação a essa perda.

O Gráfico 1 demonstra que a indústria brasileira é predominantemente exportadora de produtos de baixa, média-alta, média-baixa e alta intensidade tecnológica, por ordem de importância relativa. Seria de se esperar que a segunda maior exportadora fosse média-baixa IT. Nesse contexto, a indústria brasileira exporta mais baixa e média-alta IT, o que é uma indicação não desprezível do grau relativo de complexidade tecnológica dessa indústria, mesmo com predomínio da baixa intensidade tecnológica.

Dando sequência à análise, o Gráfico 2 corrobora a hipótese de que a estabilidade da participação das importações significa manutenção relativa das atividades industriais. Conforme demonstram os dados, a economia brasileira é primordialmente importadora de média-alta, alta, média-baixa e baixa intensidade tecnológica, respectivamente.

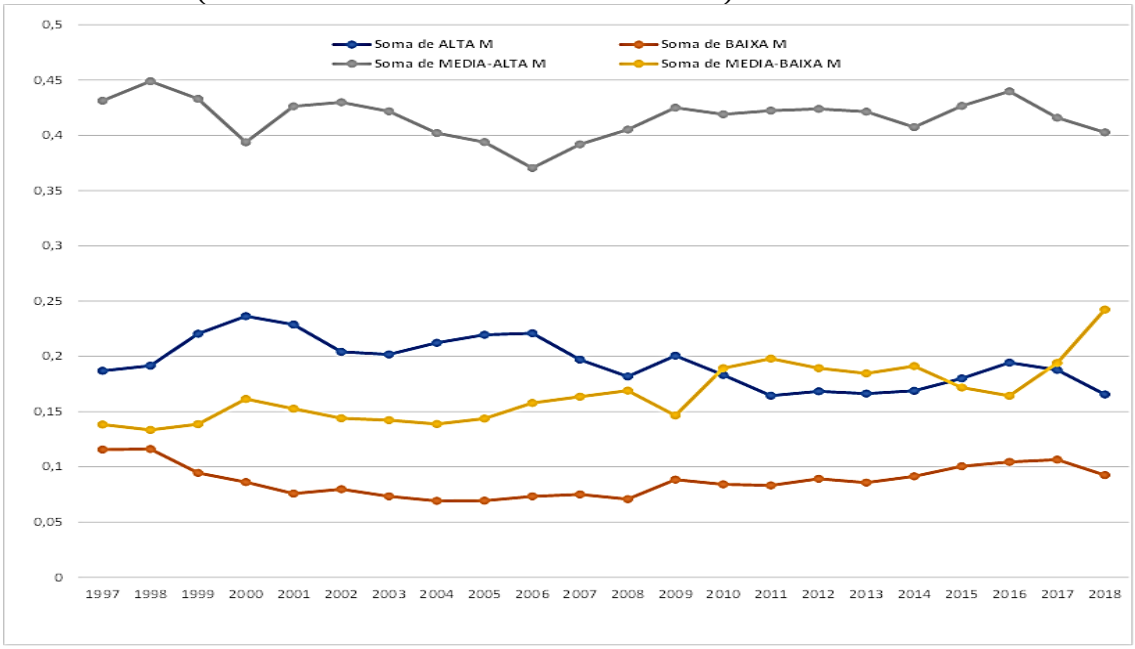
Gráfico 1 – Comparativo da evolução das participações das exportações de acordo com a IT – 1997-2018 (Unidade de medida - Decimal *100 = %)



Fonte: Elaborado pelas autoras[5] com base em dados da FIEP.

[5] Os dados explanados nos Gráficos 1 e 2 foram coletados em pesquisa de campo pela autora Pollyanna durante o estágio de pós-doutorado em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná, em parceria com Walter Tadahiro Shima e Roberto Antônio Peredo Zurcher, com apoio financeiro da CAPES.

Gráfico 2 – Comparativo da evolução das participações das importações de acordo com a IT – 1997-2018 (Unidade de medida - Decimal *100 = %)

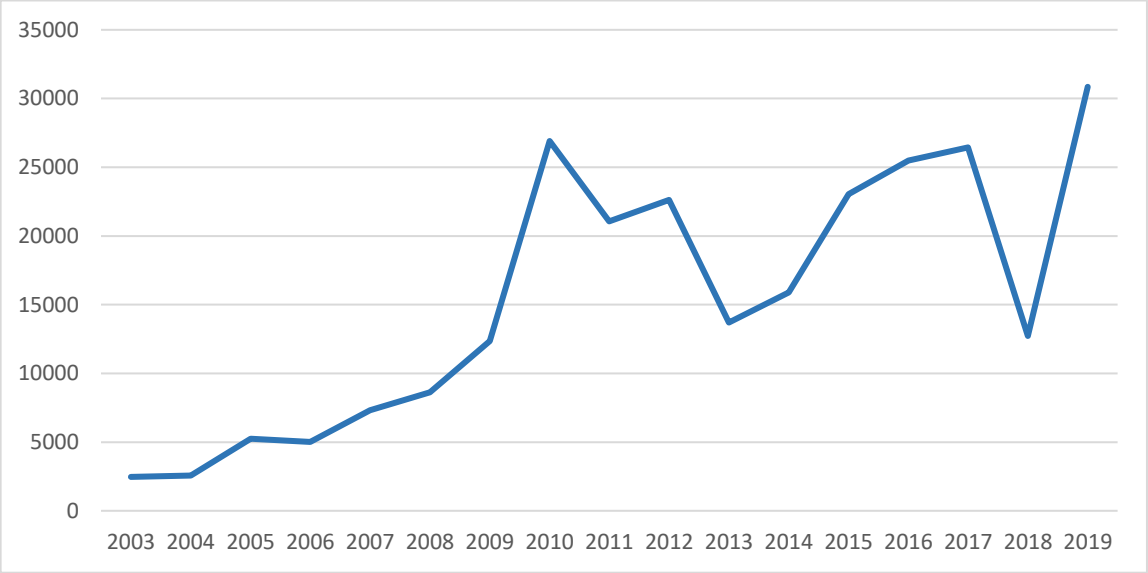


Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados da FIEP.

Em geral, observamos então uma relativa estabilidade entre importação e exportação no período em análise. Por outro lado, avaliando a desagregação dos dados, verificamos que as exportações de NCIT se expandem em um ritmo elevado, representando o dobro das exportações industriais. Vale enfatizar, também, que o crescimento das exportações de NCIT se deve fundamentalmente à participação de *commodities*. Corroborando os escritos furtadianos, o Brasil continua sendo considerado um país subdesenvolvido e a grande participação das *commodities* na pauta exportadora reforça que o crescimento da produtividade não é condição *per se*, para que se produza o verdadeiro desenvolvimento. Além disso, o peso das *commodities* nas exportações brasileiras, a importação de produtos de alta intensidade tecnológica, somados ao câmbio desvalorizado, reforça a tese de que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas sim uma condição estrutural do capitalismo.

Soma-se a essas informações, a análise do Investimento Direto Externo (IDE) e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Nos três primeiros trimestres de 2019, o valor do IDE proveniente de Estados Unidos, China, Japão, Itália e França foi de US$30,8 bilhões. Segundo o Ministério da Economia (2019), esse valor representou um aumento de aproximadamente 140% no fluxo de IDE no Brasil. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Valor do acumulado anual de IDE confirmado, 2003 - 2019 – US$ milhões



Fonte: Ministério da Economia/SE-CAMEX (2019).

A respeito do IDE de Estados Unidos, China, Japão, Itália e França, o relatório emitido pelo Ministério da Economia (2019, p. 7) afirma que:

> De 2003 a 2019 (acumulado até o 3º trimestre), os investimentos norte-americanos, em termos de valor, representaram 31,2% dos investimentos dos cinco países selecionados, e os chineses 30,9%. Os investimentos franceses e japoneses, por sua vez, representaram 14,5% e 14,2% respectivamente. Os investimentos italianos representaram apenas 9,2% dos investimentos confirmados no Brasil nesse período, conforme mostrado pelos gráficos 8 e 9. Considerando apenas o acumulado em 2019, os investimentos italianos e franceses se destacam e representam, respectivamente, 43% e 32% do total. Os investimentos japoneses corresponderam a 16%, os chineses a 6% e os norte-americanos apenas 2% do total investido pelos cinco países neste ano.

No que diz respeito à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a partir da Tabela 2, evidencia-se de 2013 e 2019 houve uma retração de seus componentes, como, por exemplo, máquinas e equipamentos, veículos, caminhões e ônibus e indústrias diversas.

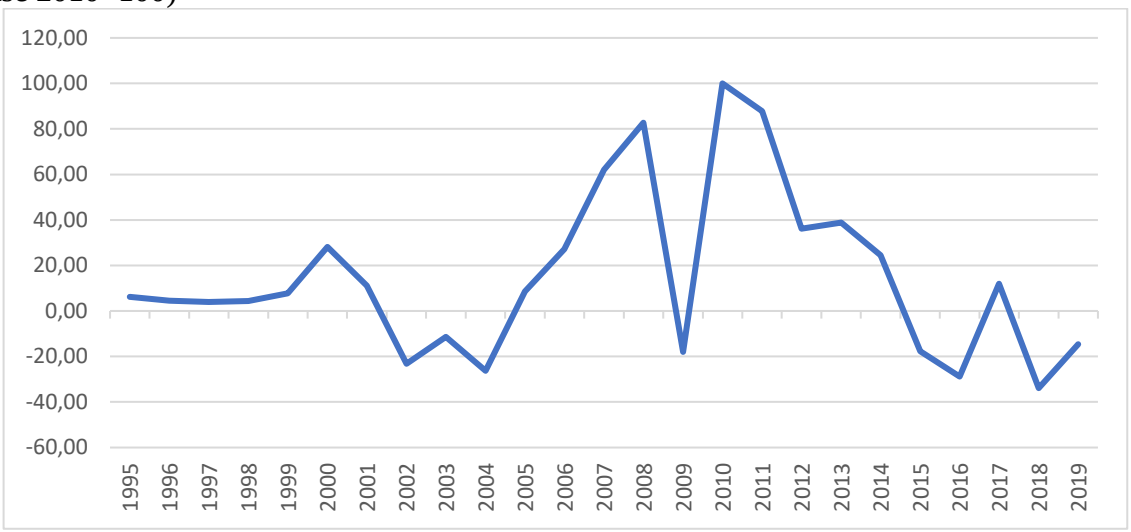
Tabela 2 – Contribuição dos componentes selecionados da Formação Bruta de Capital do Brasil, 2013-2019 (Variação %)

	Peso	**Contração**	**Expansão**	**Total**
		2013 a 2016	**2017 a 2019**	**2013 a 2019**
Máquinas e equipamentos	46,4	-19,3	4,6	-16,6
Veículos	14,2	-5,3	-2,3	-6,7
Caminhões e ônibus	11,2	-12,5	9,8	-6,9
Indústrias diversas	21,6	-6,0	7,2	-1,9
Outros equipamentos de transporte	4,4	0,2	0,6	0,6

Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Os dados da Tabela 2 podem ser confirmados com a análise do Gráfico 4, em que há uma expansão significativa da FBCF no ano de 2009, decorrente, em grande medida, das iniciativas do governo brasileiro diante da crise imobiliária dos Estados Unidos. Entretanto, essa expansão não se mantém, sofrendo queda gradual nos anos subsequentes.

Gráfico 4 – PIB – Formação Bruta de Capital Fixo – variação de estoque – ,1995 – 2019, índice (base 2010=100)



Fonte: IPEA Data (2010), elaborado pelas autoras.

Corroborando a análise de Sarti e Laplane (2002) para os anos 1990, a presente observação sobre o IDE e a FBCF demonstra que a contradição entre ambos permanece nos anos 2000. Nesse contexto, o aumento do IDE não se refletiu na ampliação da capacidade produtiva brasileira, visto que o país permaneceu em condição de dependência externa.

4 Considerações finais

O presente trabalho apresentou inicialmente a hipótese de que o subdesenvolvimento recente no Brasil está associado à intensificação do processo de desindustrialização precoce. À luz da interpretação de Furtado, sabemos que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas uma condição estrutural que requer rupturas.

Essas rupturas fazem-se necessárias em diversos âmbitos, a fim de que se alcance a homogeneização social é preciso superar a condição do subdesenvolvimento. Enquanto recorte metodológico, analisamos aqui, prioritariamente, a via do progresso técnico, visto que para Furtado a autonomia tecnológica é condição essencial para que se alcance essas rupturas, sobretudo de dependência com o comércio exterior.

Em um cenário ideal, deveríamos penetrar nos mercados internacionais, ampliando a participação com tecnologias de vanguarda em detrimento dos produtos primários. Porém, os dados aqui ilustrados demonstram que o Brasil ainda está distante da autonomia tecnológica à qual Furtado (1992) fez referência. Infelizmente, ainda estamos mais voltados às políticas anticíclicas de recuperação de crises do que propriamente a um projeto amplo de desenvolvimento.

Apesar de a balança comercial brasileira apresentar, *grosso modo*, uma dada estabilidade, o saldo positivo não implica reconhecer que estamos em uma linha ascendente de industrialização, progresso técnico e desenvolvimento. Avaliando a desagregação dos dados, vimos que as exportações de NCIT (que incluem produtos primários) se expandem em um ritmo elevado, representando o dobro das exportações industriais. No âmbito da importação, a dependência externa se acentua, visto que ainda importamos prioritariamente produtos de média-alta e alta tecnologia.

Outra contradição que evidencia um cenário de dependência e desindustrialização é a relação entre o IDE e a FBCF. O IDE sugere a princípio a ampliação do grau de internacionalização; esse seria um cenário positivo se o investimento estrangeiro promovesse aumento na taxa de investimento interno da economia brasileira. Mas as evidências demonstram que isso não aconteceu, dada a contração nas taxas da FBCF, sobretudo no que se refere a máquinas e equipamentos.

Será que estamos sofrendo novamente uma internacionalização introvertida em meio a esse processo de desindustrialização precoce? Se há aumento do IDE sem contrapartida na FBCF, é provável que sim, até mesmo porque permanecemos na dependência externa de produtos com alto teor tecnológico. Embora o ritmo de IDE aponte para o aumento do nível de internacionalização da economia brasileira, esta não vem acompanhada pelo desenvolvimento do progresso técnico, o que reafirma a tese de que seguimos pela via da desindustrialização precoce e, consequentemente, do subdesenvolvimento.

Auferir a garantia do que é humanamente essencial a todos é um sonho que herdamos de Celso Furtado. Sendo o desenvolvimento do progresso técnico uma das vias para a superação do subdesenvolvimento, constatamos aqui que ainda há muito a ser percorrido rumo ao desenvolvimento e à homogeneidade social.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução recente da Formação Bruta de Capital Fixo**. Estudo Especial nº 63/2019. Obtido em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE063_Evolucao_recente_da_formacao_bruta_de_capital_fixo.pdf Acesso em: 24 nov. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The dutch disease and its eutralization: a ricardian approach, **Revista de Economia Política**, v. 28, nº 1, p. 47-71, 2008.

BRESSER-PEREIRA; L. C.; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa no Brasil?** In: IV Fórum de Economia de São Paulo, 2008. Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 21, n. 4, p. 831-851, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273. Acesso em: 22 nov. 2012.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **A desindustrialização brasileira em debate.** Carta do IBRE – Conjuntura Econômica, v. 64, n. 8, 2010. Obtido em: http://www.fgv.br/mailing/ibre/carta/agosto.2010/CIBRE_agosto_2010.pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, p. 5-19, ago. 1992.

LIMA, H. **Manter e ajustar a política de conteúdo local – no Brasil, a desindustrialização precoce é um retrocesso**. El País, 2017. Obtido em: http://www.jornalgrandebahia.com.br/wp-content/uploads/2018/01/Manter-e-ajustar-a-pol%C3%ADtica-de-conte%C3%BAdo-local.pdf. Acesso em: 30 jan. 2018.

MARQUETTI, A. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**, v. 32, n.1. p.103-124, 2002.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Boletim de investimentos estrangeiros** – Países selecionados, n. 3, jul. – set. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-2013-paises-selecionados-3o-trimestre-de-2019. Acesso em: 23 nov. de 2020.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na economia brasileira no período de 2000 a 2011**: abordagens e indicadores. 2012. 219f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

OREIRO, J. L; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2, p.292-232, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003. Acesso em: 29 de jan. 2018.
SARTI, F.; LAPLANE, M. O investimento direto externo estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan./jun. 2002.

SILVA, A. L. G.; LAPLANE, M. F. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. **Economia e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 81-97, 1994. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643219. Acesso em: 30 jan. 2018.

SILVA, J. A. A questão da desindustrialização no Brasil. **Revista Economia e Tecnologia,** v. 10, n. 1, p. 45-75, 2014. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/32888/23265 Acesso em: 30 jan. 2018.

Celso Furtado na busca da melhor "estrutura" para compreender e propor o Desenvolvimento Latino-americano

Adriano de Amarante*

Resumo
Neste ensaio, expõe-se o modo de pensar e as principais noções apresentadas na produção literária de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento Socioeconômico. Neste estudo exploratório-qualitativo, faz-se um resgate bibliográfico no tocante a obra de Furtado na tentativa de sistematizar e apresentar as principais ideias sobre o Desenvolvimento Econômico e Social. O principal resultado desta revisão experimental foi apresentar que as ideias e definições resgatadas dos textos de Furtado permanecem atuais e ainda presentes em nossa sociedade, a estrutura econômica e social desigual, a presença de um sistema capitalista dual em que convivem o subemprego em atividades informais e o trabalho formal e altamente qualificado e um sistema cultural com vícios de uma sociedade arcaica. O texto foi estruturado em 6 seções incluindo as considerações finais.

Palavras-chave: Celso Furtado; Subdesenvolvimento; Progresso Técnico; Cultura;

Celso Furtado in search of the best "structure" to understand and propose Latin American Development

Abstract
In this essay, the way of thinking and the main notions presented in Celso Furtado's literary production on Socioeconomic Development are exposed. In this exploratory-qualitative study, a bibliographic review regarding Furtado's work is done in an attempt to systematize and present the main ideas about Economic and Social Development. The main result of this experimental review was showing that the ideas and definitions recovered from Furtado's texts remain actual and still present in our society, the unequal social economic structure, the presence of a dual capitalist system, in which underemployment coexists with formal activities of highly qualified labor force and a cultural system with the addictions of an archaic society. The text was structured in 6 sections including the final considerations.

Keywords: Celso Furtado; Underdevelopment; Technical Progress; Culture;

Código JEL: O10; O21; O54

---

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: adriano.amarante@udesc.br

1 Introdução

Sem dúvidas, um estudioso dedicado aos problemas econômicos e sociais latino-americanos. Justamente pela busca incansável por soluções concretas às mazelas do subdesenvolvimento, Celso Furtado mergulhou em mares teóricos das mais diversas abordagens. Sem preconceitos e com objetivo claro, cada linha de pensamento pode ser uma peça útil para uma proposta clara e articulada na construção de uma sociedade Brasileira e Latino-Americana continuamente menos desigual e mais prospera.

Em seu pensamento, o fenômeno econômico e social é explicado não somente por meio de modelos econômicos analíticos, mas deve recorrer ao estudo do movimento histórico das relações e estruturas sociais,[1] apesar da complexidade de seu modo de pensar, suas obras são tecnicamente rigorosas e facilmente compreendidas e por consequência, referenciadas por inúmeros estudiosos, sejam eles críticos ou seguidores de seu pensamento. Em sua introdução à Formação Econômica do Brasil, Furtado com elevado grau de preciosismo, evidencia a sua preocupação sincera com os leitores: "sem uma adequada profundidade de perspectiva torna-se impossível captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos" (FURTADO, 1961, p. 9).

No prefácio da 32ª edição de Formação Econômica do Brasil, Plínio de Arruda Sampaio Jr. deixa claro as pretensões do autor ao citar Max Weber em "a vida pode ser racionalizada de acordo com perspectivas e direções extremamente diferentes" e ao concluir indica que a visão de Brasil para Celso Furtado não se resume a "escolha binaria entre o modernismo acelerado dos neoliberais ou a nostalgia extemporânea dos nostálgicos neodesenvolvimentistas" (SAMPAIO, 2005, p. 8).

Celso Furtado foi fortemente influenciado por Raul Prebisch[2], fundador da escola estruturalista aplicada a problemas econômicos latino americanos, tendo Celso contribuído e chegando a ter o conjunto de sua obra definido como "Economia Política do Desenvolvimento Latino-americano"[3], por importantes pesquisadores.

[1] Na preparação do manuscrito Formação Econômica do Brasil, Furtado (1961, p. 9) sugere que "a assimilação das teorias econômicas requer mais e mais ser completada, ao nível universitário, pela aplicação dessas teorias aos processos históricos subjacentes à realidade na qual vive o estudante e sobre a qual possivelmente terá de atuar", assumindo que sua obra tem caráter introdutório as ciências econômicas e sociais.

[2] Prebisch (1951) trata-se de um trabalho que sintetiza sua teoria e várias de suas suposições e argumentos teóricos podem ser identificados nos trabalhos de Furtado.

[3] Autores como Szmrecsányi (2005), Bresser-Pereira (2004), Bielschowsky (2006) e Boianovisky (2012), apesar das referências se direcionarem a principal economia da América Latina, a brasileira. Certamente existem contribuições em outras áreas, mas aqui o interesse se limita a teoria do desenvolvimento sócio econômico.

A proposta deste ensaio é discutir sua astúcia na maneira de pensar e discutir o Desenvolvimento Socioeconômico dos países Latino-americanos[4] com destaque às dimensões estruturais social e econômica.

E, esse manuscrito está estruturado em 6 seções. Nessa primeira seção, apresenta-se o propósito do texto. Na segunda seção, faz-se uma breve discussão sobre as metodologias utilizadas por Furtado na análise dos fenômenos econômicos e na fundamentação de projetos e planos de desenvolvimento; aqui, não se pretende fazer uma discussão profundada sobre o método, mas compreender como ele explica o subdesenvolvimento. Na terceira seção, discute-se como o sistema cultural afeta a estrutura econômica e social. Na quarta seção, apresenta-se uma breve discussão sobre a estrutura heterogênea do subdesenvolvimento. Na quinta seção, apontam-se os condicionantes e ideias importantes para a compreensão do subdesenvolvimento, bem como suas políticas. Por fim, na sexta seção mostram-se algumas considerações finais sobre a problemática do subdesenvolvimento em nossa sociedade.

2 Como explicar o subdesenvolvimento[5]

Na Dialética do Desenvolvimento, Furtado (1964) deixa claro, a dificuldade de compreender os problemas econômicos e sociais das economias Latino Americanas. Ele discute as implicações do desenvolvimento econômico sobre o processo de mudança cultural e *vice-versa*. Destaca que apesar do caráter "ahistórico" da teoria econômica moderna, os instrumentos metodológicos foram aperfeiçoados em modelos de equilíbrio parcial e geral, contudo tendo a permanência de dificuldades na análise dos problemas complexos[6] de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento, para ele, é um processo amplo de mudança social e para o compreender se faz necessário contextualizar historicamente o todo social e seu comportamento ao longo do tempo. A análise econômica histórica pode ser resgatada em autores da escola clássica (Adam Smith e David Ricardo) e por Marx que sugere uma "teoria da mudança social" aplicável ao estudo do desenvolvimento econômico na sociedade capitalista moderna. Um ponto crítico à concepção Marxista, destacado por Furtado, seria a tomada de juízos de valor

[4] Delfim Netto (1966) declara que o modelo apresentado por Celso Furtado na *The Indian Journal of Economics* em 1958, foi contribuição relevante ao estudo e compreensão do processo de desenvolvimento em economias abertas.

[5] No trabalho de Bresser-Pereira (2004) pode-se compreender com detalhe o(s) método(s) aplicados por Furtado em seus inúmeros trabalhos; nesta seção, busco entender os procedimentos metodológicos utilizados na compreensão da ideia de subdesenvolvimento.

[6] Aqui insiro o termo complexo para manter o argumento atual, já que a Teoria Moderna a que se refere evoluiu ao ponto de tratar de vários aspectos do desenvolvimento econômico ao longo das possíveis trajetórias de produtividade e desigualdade econômica. O termo complexo motiva a importância da análise histórica das estruturas e relações sociais que mudam, mas também influenciam no desenvolvimento econômico.

ao progresso social, assumindo que o capitalismo necessariamente seria superado.[7] Furtado ao juntar os estudos sobre mudança social no campo da antropologia e a sintetize das duas análises da economia, ao que se pode dizer um "progresso intelectual", numa melhor compreensão do desenvolvimento socioeconômico discorre:

> "A introdução de modelos analíticos dinâmicos no estudo dos sistemas sociais representaria, por outro lado, para a antropologia e a sociologia o reencontro necessário com a teoria econômica. E para economia esse reencontro significou a volta a formas de pensamento historicistas" (FURTADO, 1964, p. 24).

Neste caso, coube aos antropólogos estudar as causas fundamentais das mudanças culturais, recobrando o interesse histórico na análise da interação entre elementos materiais e não materiais do sistema cultural de uma sociedade.

Em Furtado (1979, p. 81) ele sugere a utilização do método lógico-dedutivo quando explica que a análise econômica de certos fenômenos pode ser simplificada por modelos estruturados com variáveis e equações. Furtado (1979, p. 268) define modelo como "... um conjunto coerente de relações entre dados possíveis de expressão quantitativa, capaz de explicar o funcionamento de uma unidade econômica simples ou complexa". Mas argumenta que o estudo rigoroso da economia requer uma dupla abordagem, nesse momento menciona a importância de adicionar ao estudo da análise econômica, o enfoque histórico para compreensão das da dinâmica das relações sociais. (FURTADO, 1979, p. 85-6).

Furtado (1979, p. 732-74) deixa claro que necessita desses dois enfoques para elaborar a análise e propostas de políticas para o desenvolvimento, em que a estrutura diversificada das economias desenvolvidas possibilita ao tomador de decisão atingir com "relativa eficácia" quanto ao objetivo da política econômica sem preocupações de cunho qualitativo. A "política qualitativa" pode ser entendida como instrumentos de índole social que provocam mudanças na estrutura de valores, para isso é necessário um estudo de abordagem histórico-cultural. Já a "política quantitativa", também importante, pode não funcionar dissociada de uma visão histórica das relações sociais e seus elementos culturais.

3 Sistema cultural e estrutura econômica e social

Como apresentado na seção anterior, para compreender a estrutura subdesenvolvida, se faz necessário entender como está estruturado o conjunto de elementos culturais dentro da

[7] Bresser-Pereira (2004) aponta para uma posição crítica de Furtado à ideia Marxista de colocar o Estado a serviço da burguesia ao suprimir direitos dos trabalhadores.

sociedade subdesenvolvida e qual a dinâmica de funcionamento desta estrutura. De modo breve, pode-se definir o que são elementos materiais e não materiais da cultura, no primeiro temos a tecnologia, insumos e bens e serviços, no segundo estão os valores e costumes, a religião e formas de organização social.

As mudanças sociais e econômicas podem ser explicadas pela introdução de inovações originadas dentro do próprio sistema cultural, por isso uma mudança endógena, ou importada de outras culturas, nesse caso, exógena. A introdução de inovações tende a afetar um conjunto de valores anteriormente em equilíbrio, provocando uma mudança em todo o sistema formado por elementos culturais materiais e não materiais. Celso aponta que mudanças que partem da cultura material como inovações tecnológicas são de caráter dinâmico, e afetam toda a cadeia de valores. Essas mudanças provocam alterações na organização da produção, na distribuição do produto social que afeta "o processo social de formação do poder" com reflexos na política econômica implicando em mudanças em todas as engrenagens da economia e alteração na estrutura social. Em última instância, as inovações tecnológicas condicionam o processo de mudança social. No entanto, as mudanças no conjunto cultural não material se dão de forma mais lenta.

Em economias subdesenvolvidas, as mudanças rápidas com importação de novas tecnologias podem ter repercussões em todo conjunto de valores culturais não materiais (atitudes e hábitos), com uma revisão de expectativas e modificações em toda estrutura social. Contudo, nestas economias as reações em cadeia, ditas de grupos de interesse, tendem a regredir ao modelo antigo de desenvolvimento.

Furtado (1964) define o "desenvolvimento como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas". Neste sentido, quando há a introdução de uma inovação na cultura de uma sociedade, alguns grupos de interesse ficarão insatisfeitos, pois certos valores serão excluídos do sistema de elementos culturais e outros valores surgirão. Essa é uma busca consciente com valores que se excluem, o que possibilita o surgimento de conflitos sociais. As inovações afetam a superestrutura de valores, podendo causar conflitos entre grupos de uma classe dominante, pois provoca realocação de renda e um desequilíbrio de poder entre esses grupos.

Assim, quando do surgimento da inovação tecnológica e consequente aumento da produtividade, cria-se um excedente social que pode ser utilizado para aumentar a capacidade produtiva e ou para melhoria presente do bem-estar coletivo. Essa possibilidade de acumulação

de capital só se viabiliza mediante uma sociedade de classes antagônicas, distante de uma sociedade com base na propriedade coletiva[8], em que parte do excedente pode ser destinado à ampliação da capacidade produtiva, enquanto a classe trabalhadora se beneficia de outra parte (FURTADO, 1964, p. 28).

Bresser-Pereira (2004) usa o termo "dependência cultural" como um condicionante ao subdesenvolvimentismo. O caráter cultural do subdesenvolvimento faz com que ocorra um uso discricionário do excedente, originado do progresso técnico ou de outros fatores de mudança de produtividade, em direção ao consumo, em detrimento da acumulação de capital.

Logo, como conclui Furtado (1964, p. 28), essa divisão de classes é uma condição necessária para formação de capital e serve de "base para o processo histórico de desenvolvimento econômico", o que proporcionou um longo período de rápida melhoria no padrão de vida das economias capitalistas. Nesse se faz necessário admitir uma certa sincronia, entre "separação" das classes em estratos com a consciência coletiva de cada classe.

Uma ideia importante assinalada por Celso Furtado é a de que as inovações tecnológicas não apenas provocam mudanças no sistema produtivo, mas encadeiam um conjunto de mudanças nos elementos básicos de uma cultura, alterando toda uma estrutura social submetida a condicionantes históricos. Assim, ele passa a desvendar o porquê da trajetória de economias subdesenvolvidas divergir dos caminhos bem sucedidos das economias capitalistas desenvolvidas.

4 Estruturas do subdesenvolvimento

Furtado propõe como condição inicial para o subdesenvolvimento, uma heterogeneidade estrutural da economia e que é intensificada por fatores tecnológicos que tornam a estrutura econômica perene e o processo de subdesenvolvimento passa a se retroalimentar de seus "vícios" (FURTADO, 1979, p. 197).

Como os condicionantes históricos de economias subdesenvolvidas são distintos de economias desenvolvidas, uma mudança tecnológica provoca reações adversas por parte de atores sociais nas primeiras, que prejudicam um ajustamento positivo e suave de uma estrutura social. Enquanto, nas economias ricas seus condicionantes empurram o "sistema econômico-social" para um equilíbrio de longo prazo ou uma espécie de estado estacionário, *Stead State*.

[8] Nesse tipo de sociedade não existe espaço para apropriação de parcela do excedente para acumulação de capital, todo o excedente é distribuído para consumo.

Nestes países o progresso da ciência assegura a continuidade do progresso técnico e assim, a acumulação de capital tem caminho livre, apesar de poucos entraves institucionais que mudam de maneira mais lenta.

Alguns entraves institucionais implicam na resistência de "formas anacrônicas de distribuição de renda" que se traduzem em insuficiência de demanda efetiva, consumo e investimento. Existem duas possibilidades de resolver esse anacronismo, uma sinalizando os agentes tomadores de decisão em seguir um comportamento "racional", e outra em que as autoridades de política econômica observam inflexibilidades e tomam medidas para eliminar as barreiras entre a realocação do investimento e o consumo em setores e fatores da estrutura econômica (FURTADO, 1964, p. 30).

Do contrário, na economia subdesenvolvida permanece a estrutura social heterogênea em conjunto com os anacronismos econômicos, que geram desequilíbrios estruturais de emprego, preços e comerciais e são fatores determinantes das desigualdades e desequilíbrios relacionados a rigidez de valores culturais arcaicos.

5 Condicionantes do 'sub'desenvolvimento[9]

5.1 Processo de melhoria tecnológica

Furtado (1979) sugere que em uma economia capitalista o fenômeno da quase renda originado pelo progresso técnico é temporário, na medida que a realocação de recursos ou fatores de produção dentro da estrutura econômica faz com que os lucros se equalizem entre os setores e o excedente fica, novamente, repartido entre os fatores, como se o benefício fosse distribuído na estrutura interna do sistema econômico.

Cabe destacar que nas economias desenvolvidas, boa parte do progresso técnico é integrante da engrenagem do sistema econômico, existe um conjunto de mercados que demandam e ofertam inovações ou projetos de novas ideias.

Nos países subdesenvolvidos de economia primário-exportadora, o progresso técnico é um condicionante exógeno[10] para o aumento da produtividade do setor dinâmico da economia, mas também, a importação destas técnicas pode servir como instrumento para ampliar a heterogeneidade estrutural e retroalimentar este subsistema.

[9] O termo 'sub'desenvolvimento com aspas simples tem o objetivo de destacar, que os condicionantes podem levar o desenvolvimento a depender de como são qualificados.
[10] No sentido de que a melhoria técnica e a inovação estão ausentes na economia subdesenvolvida e se processa nas economias centrais.

5.2 Excedente de mão de obra

Em uma economia Subdesenvolvida o excedente estrutural de mão de obra é um condicionante endógeno a manutenção do processo de subdesenvolvimento, ou seja, existe uma massa de trabalhadores em setores informais de subsistência. Neste caso, as quase-rendas originárias de aumentos de produtividade por melhoria tecnológica de produção, não são absorvidas entre os fatores de produção disponíveis na estrutura econômica do sistema subdesenvolvido. Para reverter esta condição, é preciso uma forte concorrência na procura por mão de obra, o que esgota o excedente de trabalhadores em setores de subsistência e os benefícios dos ganhos de produtividade passam a ser internalizados. Em economias desenvolvidas, apesar de muitos setores exercerem poder de mercado, o alto nível de investimentos provoca aumentos nas taxas de salários e portanto, absorção dos benefícios do progresso técnico (FURTADO, 1979, p. 198).

Como nas estruturas subdesenvolvidas, os lucros do setor exportador não devem ser inseridos no fluxo interno de renda, o excedente de mão de obra pode ser absorvido sem que ocorra distribuição dessa renda adicional. Furtado (1979, p. 199) sugere que o "subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação de natureza cultural e política". Neste sentido, para entender o processo de subdesenvolvimento temos que inserir esta economia no "sistema de divisão internacional do trabalho". O excedente é mantido pela ausência de massa crítica e de baixa participação de uma classe trabalhadora urbana consciente de seu papel, no sistema de produção capitalista. Por isso, uma grande massa de trabalhadores em economia de subsistência ou economia informal ajuda a reproduzir o subdesenvolvimento.

5.3 Abertura econômica e processo de industrialização

No caso das economias primário-exportadoras, a abertura econômica era seletiva, apresentando atividades manufatureiras semiartesanais para a produção de bens e serviços de primeira necessidade. E, tendo boa parte dos bens de consumo e de luxo importados, devido ao fato de a lógica da elite dominante tender a não permitir que um grupo capitalista, conteste o domínio econômico e político da classe primário-exportadora. Com o processo de substituição de importações e a industrialização, passa a ocorrer uma mudança econômico-estrutural que redesenha toda a estrutura social de poder com implicações na distribuição política e econômica regional.

Segundo Furtado (1992, p.9) “a substituição de importações se inicia pelas indústrias mais simples, pouco exigentes em tecnologia e de baixo coeficiente de capital” que ao se desenvolver como um setor mais complexo necessita continuamente ampliar sua capacidade produtiva. Nessa fase se faz necessário expansão da taxa de poupança, e por consequência, estará sempre em busca de recursos externos o que pode implicar em endividamento externo e desequilíbrios. A indústria “poupadora de mão de obra” é condição necessária ao desenvolvimento, mas não suficiente. O processo de industrialização como fator promotor do desenvolvimento se dará mediante redução de heterogeneidade social (FURTADO,1992, p. 9-10).

5.4 Diversificação da estrutura produtiva

Nas economias subdesenvolvidas, ao superar o modelo primário-exportador, geralmente a diversificação da estrutura produtiva é restrita. Uma das causas fundamentais apontada pelos estruturalistas é a insuficiência de poupança (BIELSCHOWSKY, 2006, p.9). O Investimento Direto Externo (IDE) é visto como uma alternativa importante para superar a insuficiência de poupança, mas pode encontrar dificuldades quando as condições de abertura econômica são ditadas por uma elite obstinada a manter o poder econômico e político. Furtado se mostra favorável ao movimento dos IDE com ressalvas quanto ao fluxo de excedente de renda não retornar na forma de acumulação de capital.[11]

Dentro dessa condição, pode ser inserido a característica primária-exportadora das economias subdesenvolvidas como um condicionante exógeno, em que grande parte dessas economias dotada de recursos naturais abundantes sofreu um tipo de colonização de exploração, o que definiu uma estrutura produtiva de monocultura extensiva ou de extração mineral por longo período. Tal ocorrência fixou um conjunto de valores culturais, dificultando, assim, a diversificação produtiva.

Outros fatores associados podem ser destacados, como o clientelismo arraigado na política de Estado promovendo uma industrialização tardia e dual, e uma falta de diversificação da procura ligada à contínua concentração de renda, o que provoca restrições no tamanho do mercado. Bielschowsky (2006), com base na abordagem do estruturalismo, também apresenta a “falta de instituições adequadas e de capacidade empresarial” como uma característica estrutural das economias Latino Americanas.

[11] Leff (1977, 131-2) destaca que a uma forte diferença presente ao comparar os dois planos econômicos na década de 60. No Plano de Campos, o Investimento Direto Externo – IED era visto de maneira incontestável como um fluxo favorável ao desenvolvimento; enquanto, o grupo de Furtado tinha algumas ressalvas e apresentava medidas que regulamentavam os IED.

Para Furtado (1979, p. 273), políticas que resultem com êxito em uma ampla utilização de mão de obra, conduzirão a economia ao desenvolvimento. Nas economias subdesenvolvidas, a força de fatores exógenos como o impulso da expansão da procura externa por produto do setor dinâmico da economia, a política discricionária de Estado e as mudanças estruturais que resultem, por exemplo, em substituição de importações, quase sempre levam a um processo de desenvolvimento.

6 Considerações finais

Em síntese, as proposições de Celso Furtado miram de maneira mais objetiva em dois resultados desejáveis, a redução das desigualdades regionais e de renda ao nível civilizado e o crescimento sustentável da produtividade do trabalho. Tais proposições estão assentadas no diagnóstico complexo dos problemas sociais e econômicos enfrentados pelas economias subdesenvolvidas, que apresentam características singulares que dificultam a mobilidade da estrutura econômica e social.

Furtado sugere que o desenvolvimento é como um processo de dissolução de estruturas heterogêneas no caldo do desenvolvimento. De maneira objetiva, o desenvolvimento tende a absorver o subdesenvolvimento no sentido da homogeneização da estrutura econômica, com a ampliação da participação do setor avançado em detrimento do setor atrasado.

Assim, quando se observa em nossas relações sociais a cultura do clientelismo, do patriarcalismo, do machismo, do racismo e do subemprego, isso pode ser apontado como causa e resultado do processo de subdesenvolvimento. Aspectos e valores sociais arcaicos se mantém enraizados em nossa cultura, o que faz do legado de Celso Furtado ser fundamental para o entendimento do processo de subdesenvolvimento, dentro de economias que podem ter um grau de modernização elevado, mas boa parte de sua população não desfruta dos benefícios do progresso.

Referências

BIELSCHOWSKY, R. Celso Furtado's contributions to structuralism and their relevance today. **CEPAL Review**. N. 88, (abr), 2006.

BOIANOVSKY, M. Celso Furtado and the structuralist-monetarist debate on economic stabilization in Latin America. **History of Political Economy**. Vol. 44, N. 2, p. 277-330, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Method and passion in Celso Furtado. **CEPAL Review**. N. 84, (dec), 2004.

DELFIM NETTO, A. **Planejamento para o desenvolvimento econômico**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora / Editora da USP, 1966.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 7ª ed., São Paulo: Editora Nacional, 1979.

_____. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade. Vol. 1, N. 1 (1), p. 5-19, agosto, 1992.

_____. Formação econômica do Brasil. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

LEFF, N. H. **Política econômica e desenvolvimento no Brasil**. Trad. Roberto Borges Martins. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

PREBISCH, R. Interpretação do processo de desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia.** Vol. 5, N. 1, p. 7-117, 1951.

SAMPAIO JR., P. A. Celso Furtado: um economista a serviço da Nação. Prefácio. In: FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

SZMRECSÁNYI, T. The contributions of Celso Furtado (1920 – 2004) to development economics. **Euro. J. History of Economic Thought**. 12(4), p. 689-700, 2005.